



**FLACSO**  
BRASIL

# **AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL: CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, DO MULTILATERALISMO E DA SOCIEDADE CIVIL**

RITA GOMES

INGRID WEBER

MELISSA OLIVEIRA

IVANA DE SIQUEIRA

(ORGANIZADORAS)

**Série Cadernos FLACSO**

# **N25**

[www.flacso.org.br](http://www.flacso.org.br)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Amazônia sustentável [livro eletrônico] :  
contribuições das ciências sociais, do  
multilateralismo e da sociedade civil /  
organizadoras Rita Gomes...[et al.]. --  
Brasília, DF : Faculdade Latino-Americana de  
Ciências Sociais, 2025. -- (Série cadernos  
Flacso ; 25)  
PDF

Vários autores.  
Outras organizadoras: Ingrid Weber, Melissa  
Oliveira, Ivana de Siqueira.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-87718-49-1

1. Amazônia - Aspectos ambientais  
2. Amazônia - Aspectos sociais 3. Ciências sociais  
4. Multilateralismo 5. Sociedade civil  
6. Sustentabilidade ambiental I. Gomes, Rita.  
II. Weber, Ingrid. III. Oliveira, Melissa.  
IV. Siqueira, Ivana de.

25-269003

CDD-981.1

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Amazônia : Sociedade : Aspectos socioeconômicos  
981.1

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Série Cadernos FLACSO

N25

[www.flacso.org.br](http://www.flacso.org.br)





**FLACSO**  
BRASIL

**Série Cadernos FLACSO**

Número 25

Flacso Brasil

Diretora: Rita Gomes do Nascimento (Rita Potyguara)

*AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL: CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, DO  
MULTILATERALISMO E DA SOCIEDADE CIVIL*

Rita Gomes

Ingrid Weber

Melissa Oliveira

Ivana de Siqueira

(Organizadoras)

ISBN: 978-65-87718-49-1

Abril, 2025

Flacso Brasil (da Série Cadernos FLACSO)

Brasília, 2025

Editora: Flacso Brasil

Projeto Gráfico: Marcelo Giardino

Revisão: Marcelle Tenorio e Luciana Rodrigues Brandão

Flacso Brasil

SAIS Área 2-A, s/n, 1º andar, sala 121

CEP: 70610-900, Brasília (DF), Brasil

E-mail: [flacsobr@flacso.org.br](mailto:flacsobr@flacso.org.br)

**Série Cadernos FLACSO**

**N25**

[www.flacso.org.br](http://www.flacso.org.br)

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO <i>As organizadoras</i>	6
APRESENTAÇÃO FLACSO BRASIL <i>Rita Potyguara</i>	8
APRESENTAÇÃO FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG) <i>Marcia Loureiro</i>	10
APRESENTAÇÃO SECRETARIA GERAL DA FLACSO <i>Josette Altman Borbón</i>	13
POVOS INDÍGENAS E SUAS ANCESTRALIDADES: EXPERIÊNCIAS QUE INSPIRAM VIDAS SUSTENTÁVEIS <i>Gersem José dos Santos Luciano Baniwa</i>	15
SUSTENTABILIDADE E O RISCO DA IMPOSSIBILIDADE DE FUTURO PARA OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS <i>Davi Pereira Junior</i>	28
A TERRA NÃO NOS PERTENCE, NÓS QUE PERTENCEMOS A ELA, POR ISSO SOMOS SUSTENTÁVEIS <i>Almires Martins Machado</i>	32
NAS NOSSAS COSMOVISÕES DE SUSTENTABILIDADE ESTÁ TUDO INTERLIGADO <i>Angela Amanakwa Kaxuyana</i>	39
MEGAPROJETOS NA PANAMAZÔNIA: NOTAS PRELIMINARES PARA UMA COMPREENSÃO SOCIOLÓGICA <i>Alfredo Wagner Berno de Almeida</i>	44
LA SUSTENTABILIDAD EN LA AMAZONÍA ECUATORIANA, PUESTA A DEBATE <i>Ivette Vallejo Real</i>	60
HORA DE NACIONALIZAR A AMAZÔNIA E AMAZONIZAR O MUNDO <i>Caetano Scannavino</i>	82
CÚPULA DA AMAZÔNIA: UM CHAMADO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA ECONÔMICA ALINHADA À JUSTIÇA CLIMÁTICA <i>Flávia do Amaral Vieira</i>	86

LAS FRONTERAS Y LA INTEGRACIÓN FRONTERIZA EN LA CUMBRE AMAZÓNICA <i>Carlos Gilberto Zárate Botía</i>	100
NOVOS OLHARES NO INTERIOR DA AMAZÔNIA <i>Ennio Candotti</i>	115
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA: PRODUÇÃO CIENTÍFICA E CONTRIBUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES <i>José Guilherme Fernandes</i>	122
BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO SUSTENTÁVEL: O CASO CPI- ACRE <i>Vera Olinda Sena de Paiva</i>	131
BOAS PRÁTICAS NA DOCUMENTAÇÃO DE LÍNGUAS INDÍGENAS: ENCICLOPÉDIA DIGITAL DA LÍNGUA E CULTURA TRADICIONAL DOS GAVIÃO E PAITER (SURUÍ DA RONDÔNIA) <i>Denny Moore</i>	137
MAPEAMENTO DE TECNOLOGIA SOCIAL NA AMAZÔNIA -AGENDA 2030 <i>Regina Oliveira, Denise Gutierrez, Dávila Souza, Estefani Segato Fujita, Benedita Barros, Cassia Toshie Yamanaka, Felipe Addor e Diana Cruz Rodrigues</i>	148
ANEXO I – PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL: CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, DO MULTILATERALISMO E DA SOCIEDADE CIVIL	167
ANEXO II – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL: CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, DO MULTILATERALISMO E DA SOCIEDADE CIVIL	172

## APRESENTAÇÃO

Esta publicação é fruto do *Seminário Internacional Amazônia Sustentável: contribuições das ciências sociais, do multilateralismo e da sociedade civil* que foi realizado nos dias 5 e 6 de agosto de 2023, em Belém. O seminário aconteceu no âmbito do ‘Diálogos Amazônicos’, evento com a participação da sociedade civil que precedeu a ‘Cúpula da Amazônia’, reunião dos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

O evento foi organizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais do Brasil (Flacso) e pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG/ MRE), com apoio do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e da Plataforma CIPÓ. Seu objetivo era discutir o tema da sustentabilidade na Amazônia, considerando as contribuições da comunidade científica, dos movimentos sociais, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais da região, bem como apresentar propostas de ação.

O seminário contou com a participação de 30 palestrantes do Brasil e de outros países da Panamazônia que palestraram em três conferências e quatro diferentes painéis temáticos com os seguintes temas: ‘Sustentabilidade da Amazônia: o protagonismo dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais’; ‘Sustentabilidade da Amazônia: a produção científica e a contribuição das universidades’; ‘A bioeconomia e a agenda ambiental e climática: desafios e propostas’; ‘Boas Práticas de Desenvolvimento Sustentável’. Os textos desta coletânea refletem as ricas discussões ocorridas na ocasião e vêm a público no momento em que o Brasil se prepara para sediar pela primeira vez a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP-30.

A realização da 30ª Conferência do Clima em Belém do Pará, em plena Amazônia, por um lado, é motivo de celebração. Trata-se da maior floresta tropical do mundo e região que abriga a mais rica diversidade biológica e linguística do planeta. Entretanto, sabemos que são inúmeras as pressões e ameaças a esse inestimável patrimônio, conforme descritos por vários autores e autoras desta publicação. O papel estratégico da Amazônia para o equilíbrio ambiental e climático planetário torna a situação ainda mais dramática, considerando também que esta será a primeira COP realizada após o mundo ter excedido o limite de temperatura estabelecido pelo Acordo de Paris, aproximando-nos cada vez mais do ‘ponto de não retorno’.

Por sua vez, é importante valorizar os inúmeros projetos e pesquisas em curso na Amazônia desenvolvidos por universidades e diversos segmentos da sociedade civil com o objetivo de fazer frente a esse cenário, conforme registradas em alguns textos desta publicação. Ressalta-se nessas iniciativas o papel central dos conhecimentos e modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que habitam a região há centenas ou milhares de anos.

Esses povos e comunidades não somente souberam viver no ambiente amazônico de forma equilibrada, não predatória, como também o incrementaram, tornando-o mais rico e biodiverso. O conceito de ‘sustentabilidade’ – ‘suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades’ – que para a chamada ‘sociedade ocidental’ é um ideal a ser perseguido, para os povos indígenas e tradicionais é uma prática natural. Prova disso é o fato das terras indígenas serem ainda hoje as áreas mais preservadas da Amazônia, com menor índice de desmatamento, apesar de todas as pressões do entorno. Como diz Ailton Krenak, ‘o futuro é ancestral’.

Em um dos painéis do seminário tivemos a honra de contar com a ilustre presença do professor Ennio Candotti, que veio a falecer alguns meses depois, em dezembro de 2023. Candotti brilhou nosso seminário com suas ideias e seu carisma. Defendeu a expansão e interiorização das universidades públicas na Amazônia e apontou a juventude local como o grande trunfo para a construção de um futuro diferente para a Amazônia. A ele dedicamos esta publicação. Sua paixão pela Amazônia, seu entusiasmo e dedicação à ciência e ao conhecimento continuarão para sempre nos inspirando.

As organizadoras



Professor Ennio Candotti  
(*in memoriam*)

## APRESENTAÇÃO FLACSO BRASIL

Rita Potyguara<sup>1</sup>

Para nós, da Flacso, é uma honra e um compromisso ético, político e acadêmico estar na realização deste seminário, juntamente com as instituições parceiras e todas as pessoas que aceitaram o convite para estarem conosco. A Flacso, na condição de organismo internacional, tem cooperado para a construção de sociedades democráticas e sustentáveis que respeitem os direitos humanos e da natureza em todas as suas diversidades. Assim, ao longo dos seus 65 anos, a Flacso vem atuado no campo das Ciências Sociais e suas aplicações por meio da oferta de cursos, da realização de pesquisas científicas e aplicadas e na execução de projetos de cooperação técnica para promover o desenvolvimento e a integração da América Latina e do Caribe. Portanto, seus objetivos institucionais têm se pautado no compromisso com processos de construção de sociedades democráticas que respeitem e promovam a sustentabilidade ambiental e social.

Isto se concretiza em uma dessas atividades que a gente vem promovendo, sobretudo quando, por ocasião da minha eleição para a direção em julho do ano passado, nós assumimos o compromisso com essa temática da sustentabilidade, não só da Amazônia, mas de todos os biomas do Brasil e, dentre eles, também a Caatinga no nordeste brasileiro, de onde eu venho. Assumimos o compromisso também com o desenvolvimento das Ciências Sociais e com essa aproximação com as instituições de ensino e de pesquisa das regiões norte e nordeste. Nós compreendemos que as Ciências Sociais nessas regiões, têm uma produção significativa e que merece, de fato, ter mais visibilidade, e que nós, juntos, podemos cooperar para alcançar aquilo que a gente vem pleiteando de busca da internacionalização e circulação dos conhecimentos, do maior reconhecimento e da valorização dessas instituições. Então, a Flacso é uma parceira nesse sentido, haja vista a sua articulação cooperada com 18 estados membros, 2 observadores e 13 unidades acadêmicas.

---

<sup>1</sup> Indígena do povo Potiguara de Crateús, cidade localizada no estado do Ceará, no Nordeste brasileiro. Doutora em Educação, com pós-doutorado em Estudos Interdisciplinares. Diretora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) no Brasil e coordenadora do Programa Povos Indígenas, Populações Negras e Comunidades Tradicionais.

Não custa lembrar que é significativo que o evento como um todo esteja acontecendo aqui em nosso país, no Brasil. Porque o nosso país, apesar de possuir uma posição relevante no cenário internacional, por sua participação em foros multilaterais, em especial nos que tratam de questões ambientais e climáticas, tendo realizado as conferências Rio 92 e Rio + 20, e ainda seu papel ativo nas negociações dos objetivos de desenvolvimento sustentável e do Acordo de Paris, vem convivendo com situações lamentáveis de desmatamentos, mineração e garimpos ilegais. E, em grande escala, com a exploração não sustentável dos recursos naturais que ameaçam o equilíbrio ecológico e climático mundial. Esse cenário exige urgência. Exige o estabelecimento de estratégias e atuação nacionais e internacionais que sejam de fato inclusivas e que promovam o desenvolvimento sustentável, de modo a contemplar as demandas e necessidades ambientais, sociais e locais de todos os biomas e grupos populacionais.

Entendo que, diante da complexidade da preservação de um bioma como a Amazônia, por sua abrangência, que suas questões não se resolvem com estratégias apenas locais, mas que envolvem, de forma coordenada e cooperada, todos os demais países que compõem a bacia amazônica. É importante ressaltar também que as constantes violações dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais e o enfraquecimento da participação da sociedade civil agravaram sobremaneira o cenário de destruição e devastação na região. Portanto, a abertura para o diálogo, que compreende a participação dessa população, bem como que reúna pesquisadores, professores, profissionais de diversas áreas e representantes do governo, tem uma significativa relevância para refletir, levantar questões e compartilhar experiências.

Mais uma vez, reforço o nosso compromisso e as nossas esperanças de que a gente saia daqui, como disse a nossa querida embaixadora Márcia, com um maior aprendizado e um compromisso que nós temos com o desenvolvimento dessa região e com a nossa vida, assim como todas as formas de vida do planeta. Então, saudações indígenas, saudações flacsianas e que a gente tenha um excelente evento. Muito obrigada.

## APRESENTAÇÃO FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG)

Embaixadora Márcia Loureiro<sup>1</sup>

Este evento é uma das diversas iniciativas que estão mobilizando a comunidade científica e acadêmica, as entidades representativas dos povos indígenas e das comunidades tradicionais no contexto preparatório da Cúpula da Amazônia – a IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica, encontro que não se realizava há 14 anos.

Podemos constatar a intensa e positiva mobilização aqui na cidade de Belém, que nos acolhe com a conhecida hospitalidade do povo paraense. Essa mobilização demonstra a atenção prioritária conferida pela sociedade, no Brasil e em todos os países-membros da OTCA, à reflexão sobre o desenvolvimento integrado da região, com um olhar para a inclusão social, a geração de emprego e renda e para os impactos assimétricos da questão ambiental e climática, que é sentida de maneira mais intensa pelas pessoas mais vulneráveis.

A FUNAG aceitou prontamente a proposta apresentada pela Flacso-Brasil, por considerar que o seminário está plenamente alinhado com a missão institucional e os propósitos que nortearam a própria criação da Fundação, há pouco mais de cinquenta anos, no sentido de estimular o diálogo entre diplomacia e academia, de promover o conhecimento e a conscientização da opinião pública sobre temas das relações internacionais e da política externa brasileira.

Entre esses temas, destaca-se o desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, ambiental e humana – dimensões que são indissociáveis, como o Brasil sempre reafirma nos foros internacionais. Ao longo dos trabalhos, teremos uma oportunidade única de pautar diversas questões de interesse dos oito países que compartilham o bioma amazônico e que escolheram a rota do diálogo e da cooperação, por entenderem que o enfrentamento de desafios comuns assim exige.

Como fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a FUNAG tem participação de longa data em iniciativas sobre essa temática, sendo uma das mais recentes um seminário, ocorrido no Itamaraty, em maio último.

---

<sup>1</sup> Diplomata de carreira, foi Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (2021-2024) e atualmente é Secretária de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores.

Permito-me recordar que, naquela ocasião, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, assinalou que “não se cogita mais, como no passado, debater o futuro da Amazônia sem os amazônidas”.

De fato, além de sua importância como maior bioma, maior floresta tropical, maior bacia hidrográfica do planeta e incalculável reserva de biodiversidade, a região amazônica também é única pela diversidade social que abriga, como lar de povos originários e comunidades tradicionais, que devem ser vistos não só como destinatários de políticas públicas, mas como protagonistas na formulação, avaliação e evolução dessas políticas. Ao mesmo tempo, é central para a formulação dessas políticas públicas a produção acadêmica e científica gerada na própria região, como na Universidade Federal do Pará e nas outras instituições de excelência aqui representadas, reconhecidas internacionalmente.

O princípio da centralidade do conhecimento local orientou toda a formulação conceitual do seminário e está refletido na abrangente relação de painelistas e moderadores, representativa não só do Brasil mas também dos países vizinhos: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, complementada e reforçada pela presença do Diretor-Geral da OTCA, para compartilhar conosco a visão da própria organização para o futuro da região, neste momento em que celebramos os 45 anos do Tratado.

Ao mesmo tempo, é importante assinalar a importância do engajamento dos entes subnacionais na identificação, no tratamento dos problemas e na adoção de compromissos com o desenvolvimento sustentável, razão pela qual ouviremos com muito interesse as considerações e proposições do Governo do Estado do Pará e da Prefeitura de Belém.

Os quatro painéis do seminário cobrirão, ao longo de dois dias, um vasto conjunto de tópicos: o protagonismo dos povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais; a produção científica e a contribuição das universidades, as perspectivas da chamada bioeconomia; e boas práticas de desenvolvimento sustentável.

Nossa expectativa é que ocorra um diálogo entre conhecimentos tradicionais, ciência, tecnologia e inovação, acerca de soluções para a conservação da biodiversidade e sobre as potencialidades da bioeconomia; a gestão de recursos hídricos; o desenho de

projetos de infraestrutura e outros temas, sempre com o imprescindível olhar socioambiental e voltado para o bem-estar das pessoas que aqui vivem, com base nas suas realidades culturais e nos seus valores. Esse diálogo deve abranger também o combate aos ilícitos ambientais e os desafios à presença institucional do Estado na região amazônica. Esperamos que o intercâmbio de reflexões gere não apenas maior conhecimento recíproco e o adensamento de redes, mas também conclusões e recomendações substantivas a serem oferecidas aos oito governos da região.

Pessoalmente, desejaria acrescentar que, vindo de fora da Amazônia, vejo neste seminário uma oportunidade de aprendizado sobre as questões que dizem respeito à região, a seu bioma e às pessoas que aqui vivem. E com isso concluo aqui minhas palavras de boas-vindas às autoridades, aos participantes e às instituições parceiras, com os agradecimentos da FUNAG a todos e na certeza de que teremos dois dias estimulantes e produtivos.

## APRESENTAÇÃO SECRETARIA GERAL DA FLACSO

Josette Altmann Borbón<sup>1</sup>

Como Secretaria General de Flacso, es un honor participar de forma virtual en este evento único que reúne a expertas y expertos destacados, líderes gubernamentales, representantes de la sociedad civil, personas académicas y, en especial aquellos grupos cuyas voces y saberes ancestrales son fundamentales para comprender y preservar esta región única del planeta.

La Amazonía, con su inigualable biodiversidad y riqueza natural, desempeña un papel crucial en el equilibrio climático mundial. Sin embargo, enfrenta amenazas como la deforestación, la explotación ilegal de recursos naturales y otros desafíos ambientales y sociales. Nuestro objetivo durante este seminario es analizar de manera directa y constructiva estos desafíos y, sobre todo, proponer acciones concretas para proteger y preservar este tesoro natural.

El estado de salud del planeta se ha deteriorado a un grado preocupante, como lo advirtió el último Informe sobre riesgos mundiales del Foro Económico Mundial en 2022, donde se destaca el fracaso de la acción climática como el principal riesgo para la economía global y la supervivencia de la humanidad en la Tierra. Nos encontramos ante una realidad inminente que requiere de la colaboración y acción conjunta de todos los sectores de la sociedad.

Estamos en una coyuntura sin precedentes que exige la construcción de nuevos mapas conceptuales para impulsar la acción desde la academia, la política, el sector privado y la sociedad en general. La pérdida masiva de biodiversidad, el derretimiento de los casquetes polares, los climas extremos y la pérdida de grandes porciones de tierras para el cultivo, así como las migraciones masivas de refugiados climáticos, nos sitúan dentro de un mundo que nunca volverá a ser lo que ha sido hasta el momento. Nuestro enfoque debe ser la defensa de la vida en todas sus formas y subsistemas en la totalidad del conjunto.

El peligro que se cierne sobre la diversidad biológica representa una nueva forma de exclusión y estratificación social: la miseria ambiental. Frente a esta nueva y

---

<sup>1</sup> Secretaria General de FLACSO entre 2016 y 2024. Doctora en Humanidades por la Universidad de Leiden; Magíster Scientiae en Ciencias Políticas y Licenciada en Historia por la Universidad de Costa Rica.

crítica realidad, nuestro mayor desafío no es adaptarnos al cambio climático, sino prepararnos para sus múltiples impactos.

Es en este contexto que nos reunimos en este seminario, para reflexionar, debatir y construir soluciones efectivas y colaborativas. La acción unificada y la participación activa de la academia, los gobiernos, la sociedad civil y los pueblos indígenas son fundamentales para lograr resultados concretos.

Por esto, quisiera resaltar el esfuerzo de las instituciones organizadoras: Flacso Brasil, la Fundación Alexandre de Gusmão, la Universidad Federal de Pará y la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica, así como la participación activa y valiosa del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación, el Centro Brasileño de Relaciones Internacionales, la Plataforma CIPÓ y la Fundación Konrad Adenauer.

Desde Costa Rica, un país que valora y protege su patrimonio natural, envío mis mejores deseos para que este seminario sea un espacio de diálogo fructífero y de construcción conjunta, recordándonos a todas y a todos la importancia de proteger y preservar nuestro hogar común.

## **POVOS INDÍGENAS E SUAS ANCESTRALIDADES: EXPERIÊNCIAS QUE INSPIRAM VIDAS SUSTENTÁVEIS**

Gersem José dos Santos Luciano Baniwa<sup>1</sup>

Farei uma fala provocativa a partir de elementos culturais tradicionais dos povos indígenas na busca de inspirações teóricas e práticas no sentido de situar possíveis contribuições dos povos indígenas para pensar a chamada sustentabilidade socioambiental, pontuando alguns aspectos que não podem faltar em qualquer debate relativo ao tema.

Em primeiro lugar, é importante considerar que, da nossa perspectiva indígena, não é possível pensar com algum grau de garantia a possibilidade de sustentabilidade no âmbito e no domínio dos macroprojetos estruturantes da modernidade, representados pelo capitalismo, cristianismo e ciência eurocêntrica. Isso porque tais macroprojetos encontram-se estruturados e operando com base em uma lógica que ao mesmo tempo nega a diversidade de outras lógicas e modos de vida diferentes das suas, nega e desvaloriza dimensões ecossistêmicas essenciais para a sustentabilidade da vida no planeta, na medida em que monetariza, precariza e destrói a natureza, os sujeitos naturais, os meios ambientes, o território. Ao negar a diversidade de modos de vida e da importância vital da natureza, o projeto da sociedade moderna reduz drasticamente ou dramaticamente as possibilidades de sustentabilidade socioambiental no planeta.

Ao contrário, para os povos indígenas, um dos critérios de garantia de sustentabilidade, ou seja, garantia de vida e de existências no mundo, é a coexistência da diversidade, não apenas humana, mas também da diversidade cósmica, da diversidade da natureza, da qual a diversidade humana é parte importante, mas é parte orgânica, sistêmica e interdependente.

Ora, o cristianismo não é um projeto social que valoriza e promove a diversidade de mundos, de humanidades, de modos de vida e de pensamentos. O cristianismo é um projeto ou ideal de vida restritivo, seletivo e homogeneizador em termos de visões e modos de vida, que também desvaloriza a natureza, ou mesmo hostiliza a natureza, desde os tempos ancestrais, quando Adão e Eva foram expulsos

---

<sup>1</sup> Gersem Baniwa é membro coordenador do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) e professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UNB).

da primeira terra – Paraíso ou Jardim do Éden – e foram castigados a sofrer na nova terra para sobreviver, como nos ensina Antônio Bispo (2015).

A ciência moderna também é profundamente restritiva, discriminatória, universalista, homogeneizadora e excludente, como um funil que “filtra” e nega a diversidade e a pluralidade de saberes, lógicas, ontologias, modos de vida e de existência. Nos tempos modernos e atuais, o pensamento científico é um dos principais responsáveis pela desconexão, distanciamento, insensibilidade, medo e hostilidade à natureza ao impor a Grande Divisão – Natureza e Cultura -como premissa e fundamento básicos do pensamento científico moderno. Só é possível garantir a coexistência de povos, culturas, tradições, cosmovisões e modos de vida em uma democracia política, cósmica e epistêmica. É importante e necessário considerar que os sujeitos da democracia não são apenas os seres humanos, mas também os outros seres sujeitos da natureza, do cosmos, do universo, do mundo como um todo. Essa é a primeira lição, é o primeiro pressuposto importante a ser considerado.

O segundo pressuposto é o fato de que os povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais são os principais preservadores, defensores e cuidadores da natureza, do meio ambiente natural. Cuidadores e mantenedores de territórios, das florestas, dos rios, da nossa biodiversidade. Isso garante sermos exemplos concretos de sustentabilidade (Luciano, 2006).

Os povos indígenas vivem milenarmente formas concretas de sustentabilidade. E não é uma experiência de vida de 523 anos. São formas de vida altamente sustentáveis de milhares de anos. Na Amazônia são pelo menos 15 mil anos de vidas sustentáveis segundo a moderna arqueologia, ou seja, 15 mil anos de desenvolvimento de processos civilizatórios sustentáveis. Segundo a arqueologia moderna, são pelo menos 15 mil anos em que civilizações e sociedades humanas se formaram e ao longo desses milhares de anos não produziram nenhum tipo de ameaça ou desequilíbrio no ecossistema da natureza, mesmo vivendo da exploração dos recursos naturais, mas de formas manejadas, equilibradas e, portanto, sustentáveis. Assim, o segundo pressuposto importante é que os povos indígenas não precisam aprender outras formas de vida sustentáveis, porque sempre viveram e continuam vivendo sustentavelmente há milhares de anos. É a sociedade não indígena, inclusive a ciência, que precisam

aprender, ou pelo menos se inspirar, com os modos de vida tradicionais sustentáveis (Luciano, 2006).

Como sugestão objetiva, os povos indígenas deveriam ensinar aos não indígenas o funcionamento básico da natureza: seus tempos, ritmos, ciclos, sinais de comunicação, de satisfação, de avisos, de convites, de anúncios e de tristezas. A natureza sente, age, reage, fala, se comunica e passa avisos e anúncios. Chamo isso de alfabetização ambiental ou alfabetização sobre a lógica de funcionamento operativo da natureza. Isso é tão necessário para a sociedade de hoje que perdeu completamente sua conexão afetiva e cognitiva com a natureza, a ponto de não saber que a chuva quando cai precisa ter caminho para seguir seu curso natural. E se esse caminho não existir, por conta do concreto próximo dos rios, das barragens, do assoreamento dos rios, naturalmente invadirá ruas, casas, cidades e, sem árvores pelo caminho para amortecer sua força e velocidade, fatalmente arrastará e destruirá o que estiver pelo caminho, inclusive, vidas humanas. Do mesmo modo, os povos indígenas manejam ventos fortes e para proteger suas casas tradicionalmente cobertas com palha e amarradas com cipó, mantêm as árvores ao redor da aldeia, como proteção, e assim, no momento do impacto, os ventos fortes são direcionados para cima, passando por cima das casas. É assim que os povos indígenas manejam as forças da natureza há milhares de anos.

O terceiro pressuposto, também muito importante, é que, ao contrário dos povos indígenas, a chamada sociedade moderna, norte-eurocentrada e capitalista, vem construindo e consolidando modos de vida altamente disruptivos, destrutivos, portanto, profundamente insustentáveis. A lógica individualista, antropocêntrica, extrativista, cumulativista e de enriquecimento sem limite para alguns poucos é inviável e insustentável na medida em que depende da capacidade de produção da natureza, que é a matéria prima do modo de vida baseado nessa lógica. Portanto, o modelo capitalista de vida é objetivamente insustentável. Só se mantém até hoje como sonho ilusório, porque pouquíssimos se beneficiam dele (no máximo 2% das pessoas do mundo se beneficiam do modelo), enquanto a maioria absoluta da humanidade é vítima, condenada à pobreza, à fome, à miséria, à violência e à morte. Mesmo considerando o número pequeno de capitalistas ricos, essa riqueza acumulada e o tamanho de recursos naturais que consomem (madeira, energia, combustíveis, alimentos, água, etc) para

garantir a vida de luxo já é suficiente para pôr em profundo risco e ameaça a vida no planeta.

Os três pressupostos até aqui tratados precisam ser encarados como realidade, não como projeção ou hipótese. São fatos que estão aí aos nossos olhos e à nossa sensibilidade. A grande questão é se queremos falar quais são as possíveis contribuições dos povos indígenas para pensar sustentabilidade da Amazônia e do mundo. A responsabilidade da sustentabilidade da Amazônia não é apenas dos amazônidas, é do mundo, é do planeta como um todo.

Os povos indígenas não têm uma proposta ou um projeto de vida sustentável, porque são exemplos de formas de vida sustentável. São pelo menos 15 mil anos de experiências sustentáveis de vida humana e ambiental. Isso não é pouca coisa. Mas por que os povos indígenas são referência para pensar a sustentabilidade na Amazônia e no mundo?

Primeiro, porque as formas sustentáveis de vida indígena não são opções políticas ou econômicas dos povos indígenas. Em nenhum momento da história, nesses 15 mil anos, os povos indígenas fizeram essa opção pela vida sustentável. Isso é simplesmente um processo natural, existencial. Porque os povos indígenas fazem parte naturalmente da natureza. Ou seja, eles se sentem, se comportam, se identificam e organizam suas vidas e existências em torno deste pertencimento existencial desde os tempos imemoriais ou ancestrais. Os povos indígenas compreendem que a sustentabilidade da vida no mundo pertence à ordem da natureza e não do homem. Se há alguma opção, esta é feita com a natureza, porque são povos que fazem parte da natureza. Tais princípios de vida e de existência ancestral formam o que chamo de ontologias, epistemologias e espiritualidades indígenas e que formam a chamada ancestralidade indígena. A própria gênese dos povos indígenas está associada à natureza. Ou seja, os indígenas humanos são criaturas da natureza, porque os demiurgos criadores são também partes orgânicas da natureza e não de criaturas ou seres (sobre)naturais ou divindades de fora da natureza.

A maioria dos mitos de criação indígenas diz que os povos indígenas não surgiram a partir de um sopro, de uma palavra ou de uma frase mística ou milagrosa de um ser superior todo poderoso, acima de tudo e de todos. “Faça-se Adão” e Adão surgiu. Não foi isso que aconteceu com os povos indígenas. Quem pariu os povos indígenas foi a

natureza, a partir de sua diversidade de forças e formas. Não foi um ser sobrenatural que criou o ser humano indígena. O ser humano indígena nasceu do seio da natureza. Os Baniwa, por exemplo, nasceram de um buraco de cachoeira – Hipana, no Alto Rio Içana. Não teve um sopro, não teve uma ação mística, mas um desdobramento da própria natureza na sua autocriação e autocomposição desde os primeiros tempos. E esta autocriação continua até hoje, porque uma das características primordiais do mundo natural é sua incompletude e sua imperfeição. Daí a missão estratégica, vital e estrutural dos sábios xamãs para manejar cotidianamente e permanentemente essa imperfeição e incompletude original.

A segunda questão trata do porquê os povos indígenas serem referências para pensar sustentabilidade na Amazônia, que tem a ver com as concepções, com as cosmovisões e com o pertencimento e engajamento indígena à natureza. Os sujeitos indígenas pertencem integralmente e organicamente à natureza. Por isso a ideia da natureza-mãe ou da terra-mãe, porque de fato, os povos indígenas foram geridos e surgidos da natureza. Assim, o indígena é um pedaço importante e indissociável da natureza, assim como todos os outros seres que a constituem. Não é qualquer coisa quando se fala de mãe-natureza ou natureza-mãe. É a natureza que cuida, que provê e é fonte de vida, fonte de existências. Não é a ciência, não é a técnica, não é a (sobre)natureza, mas a própria natureza que é a referência e fonte da vida e de existências, na sua diversidade.

Com isso, temos como consequência os modos de vida próprios e sustentáveis dos povos indígenas. As culturas, os saberes e fazeres indígenas são altamente sustentáveis ao longo dos milhares de anos por conta dessa relação, conexão e composição orgânica, sistêmica e afetiva com a natureza. Assim, a sustentabilidade da vida e das existências humanas e não humanas é resultado da lógica de funcionamento natural da natureza e do respeito e engajamento do humano indígena ela. Deste modo, os povos indígenas são cuidadores e preservadores da natureza não porque optaram ser, mas pela própria natureza de suas existências, uma vez que não cuidar ou destruir, feriria sua condição de existência, ou seja, seria sua própria autodestruição.

Para os povos indígenas, a chamada crise climática não pode existir isoladamente por princípio da natureza, uma vez que ela é autorregulada. A natureza não entra em crise nunca sozinha. Quem está em crise é a humanidade, enquanto uma parte da

natureza e, como tal, a impacta, afeta e carrega consigo para a crise estrutural, global. Uma humanidade específica, situada em um tempo histórico específico e em uma sociedade ou civilização específica: a sociedade moderna. A crise é da parte humana da natureza, ainda que esta esteja sendo afetada. O que os povos indígenas mais têm é confiança na natureza.

Quando nós indígenas falamos de existência, esperança, resistência, resiliência, trata-se da confiança na natureza: que a natureza não vai deixar faltar tudo o que a gente precisa para o amanhã, para o depois de amanhã, para daqui a mil anos, para daqui a dez mil anos, enquanto ela existir. É por isso que os povos indígenas não inventaram depósito, não inventaram geladeira nem freezer, porque não precisam guardar e acumular a natureza dentro desses depósitos artificiais. A natureza está aí. Todo dia ela vai estar à disposição dos indígenas, pois eles são parte dela. Então, essa confiança, que é também esperança, resistência, vem dessa autoconsciência de concepção da natureza como fonte de vida e provedora de todas as existências – humanas e não humanas – que a constituem.

Isso explica o profundo compromisso e engajamento dos povos indígenas na luta por seus territórios naturais, pois sabem que sem esses seus territórios ancestrais, parte indissociável deles estaria faltando, inviabilizando suas vidas e existências.

O elevado grau de sustentabilidade percebido nos modos de vida indígenas está relacionado com as relações de equilíbrio, de solidariedade, de suficiência, de respeito, de interdependência e complementariedade que eles mantêm com todos os seres sujeitos da natureza. A economia baseada na lógica da suficiência seja talvez a que melhor expressa essa relação de respeito e interdependência dos indígenas com a natureza, onde o consumo é orientado pelo que objetivamente se necessita para viver e coexistir dignamente. Se a natureza é provedora e garantidora da vida e das existências, então os seres humanos indígenas só precisam, no cotidiano, respeitar e seguir os ritmos, ciclos, tempos e lógicas da natureza. Isso não significa de forma alguma que os indígenas sejam reféns ou subjugados pela natureza, pois a própria natureza lhes garantiu capacidades necessárias para aperfeiçoaram a si próprios e à natureza, uma vez que o mundo é regido por um princípio de incompletude e imperfeição. Disso resulta que a insustentabilidade ecossistêmica do mundo acontece em função de

desobediência e desrespeito às lógicas de funcionamento da natureza, como a sociedade moderna vem sistematicamente fazendo.

Do que até aqui tratamos, podemos sugerir que os povos indígenas não são ecologistas, ambientalistas ou naturalistas, pois isso não tem sentido para quem, sendo humanos, não se sentem apartados ou externos à natureza que precisassem fazer uma opção ou adesão para cuidar de algo externo e independente. Como já afirmamos, os povos indígenas defendem, protegem e cuidam da natureza, não por uma escolha política ou filosófica, mas por uma condição natural de (co)existência. Os povos indígenas são parte do ambiente, e como tais, cumprem com a missão existencial de proteger, defender e cuidar da natureza da qual são parte orgânica, sistêmica e interdependente. Como tal, sabem também que suas vidas e existências dependem objetivamente dela e só dela.

Proteger a natureza, para os indígenas, é proteger a si mesmos. Cuidar da natureza é cuidar de si próprio, no sentido holístico do pensamento. É por isso que não pode haver crise ambiental, ecológica ou climática sem antes uma crise humana civilizatória, no caso atual, crise da modernidade, da ciência, da política. Crise de modo de pensar que orienta modos de vidas que se sustentam (ou se insustentam) às custas da destruição da natureza e de si próprio. As promessas socialistas, comunistas e capitalistas se mostram incapazes de garantir a sustentabilidade dos modos de vida moderna e por isso a humanidade global continua no caminho do abismo. O problema é civilizatório e cultural. Se a humanidade moderna fez uma opção política por uma crença e modos de vida que, ao consumir a natureza a destrói indiscriminada e ilimitadamente, então precisa construir consciência e atitude para mudar o rumo dessa história o quanto antes.

O problema dessa opção do homem moderno é que, ao longo dos últimos anos, ele tem, primeiro, se desconectado da natureza, depois se distanciado dela, para, num terceiro momento, se tornar antagônico e hostil à natureza, passando a destruí-la sem limite e controle. Isto é o que Antônio Bispo chama de cosmofofia: a hostilidade à natureza, a natureza como inimiga, a natureza como o oposto, aquilo que é contrário, aquilo que nega a humanidade, aquilo que é contra a civilização, contra o progresso, contra o desenvolvimento e contra o capitalismo, para então justificar a necessidade de ser destruída. Essa é a principal contradição do capitalismo: para funcionar, precisa e

depende da destruição da natureza. E quando toda a natureza explorável materialmente estiver destruída? Será também o fim do capitalismo, da humanidade?

Essa desconexão, distanciamento e a conseqüente hostilidade e destruição da natureza leva ao caminho de inviabilidade de vida humana no planeta nos modos atuais de vida moderna. Na melhor hipótese, temos uma aproximação da (sobre)natureza, que também é um problema.

O homem moderno forjou a ideia de um tipo de (sobre)natureza como uma rota de fuga por ser incapaz de compreender e não se sentir seguro com a natureza. Trata-se, portanto, de rota de fuga de si mesmo. As cosmovisões indígenas só concebem 'natureza', sem '(sobre)natureza', nem '(sub)natureza', é tudo 'natureza'. Os espíritos protetores tanto quanto os espíritos predadores, embora pertençam ou habitem camadas ou níveis diferentes, estão no mesmo mundo com a sua diversidade. Um xamã, por exemplo, pode transitar em todos esses níveis, em circunstâncias específicas, mas em vida. Ele não precisa morrer para acessar outros mundos.

A crença na (sobre)natureza ou na (sub)natureza, como outros mundos fora da vida planetária, é uma forma de ilusão, de alienação e de fuga ou refúgio do nosso mundo natural, ou seja, de nós mesmos. As religiões de hoje servem muito mais como um alívio ou uma anistia da consciência humana. As pessoas violentam e matam outras pessoas, destroem e desmatam florestas, campos, cerrados, poluem e matam rios, poluem água e ar e, depois de praticarem tudo isso, recebem a anistia e o perdão da (sobre)natureza divina. Isso é um alívio de consciência e é também uma autorização para continuar as práticas de destruição. É também uma autorização para manter e continuar o distanciamento e a hostilidade à natureza.

Falamos que fomos colonizados ou que somos resultados ou vítimas da colonização e que precisamos nos descolonizar. Isso, em parte, é verdadeiro. Mas não fomos completamente colonizados, senão, já não existiríamos, não estaríamos aqui para contar essa nossa história. É verdade que a violenta e trágica colonização de mais de 500 anos destruiu e transformou profundamente nossos modos de vida e de pensamento. Mas é também verdade que muitas coisas das nossas formas próprias ou ancestrais de pensar, viver, ser e existir nunca foram colonizadas. Uma parcela importante das nossas existências e vidas permanecem vivas e enraizadas nas nossas tradições e ancestralidades que a colonização nunca atingiu, porque nossos velhos sábios, tão

sábios que foram e muitos continuam sendo, nunca entregaram para os brancos, sejam eles missionários, pesquisadores ou administradores. Muitas das nossas sabedorias nunca foram passadas ou entregues aos colonizadores. Sem acesso e domínio desses conhecimentos não podiam destruir. Essas sabedorias que orientam modos de vida sustentáveis dos povos indígenas são as principais contribuições para a humanidade moderna à deriva e se aproximando do abismo.

É preciso aprender ou reaprender com os povos indígenas. A sociedade moderna capitalista e científica tem muito a aprender com os indígenas. As muitas teorias e conceitos desenvolvidos e em desenvolvimento até aqui pela ciência moderna não foram suficientemente capazes e efetivos para encontrar e construir caminhos teóricos e práticos para mudar os rumos insustentáveis dos modos de vida dominantes no mundo globalizado de hoje. Existem tentativas de mitigações e de adaptações às ações destrutivas de grandes empreendimentos empresariais, ou mesmo de ações humanas individuais do dia a dia, mas o rolo compressor dos tratores, das motosserras, dos agrotóxicos, das barragens, dos garimpos e outras formas e forças devoradoras da natureza continuam a todo vapor, e o nosso planeta começa a agonizar com o sério risco do céu cair sobre nossas cabeças (Kopenawa & Albert, 2015). Em alguns momentos, conseguimos diminuir a voracidade e velocidade dessa ameaça e agonia, em outros momentos, como nós tivemos recentemente, essa ameaça aumenta, por omissão ou deliberação de governantes desumanos, cosmofóbicos e ecocidas.

Considerando o rumo autodestrutivo da sociedade moderna capitalista, consumista e cumulativista, é urgente aprender ou, pelo menos, aceitar e apoiar a contribuição objetiva dos povos indígenas na manutenção do equilíbrio ecossistêmico do planeta, por meio da demarcação e preservação de seus territórios e de todos os recursos naturais neles existentes. No plano político-pedagógico, os povos indígenas nos inspiram e nos desafiam à urgente necessidade de reconexão com a natureza, nossa Casa Comum. Sem essa reconexão primordial e ancestral de indígenas e não indígenas, não há possibilidade de pensar em sustentabilidade objetiva a médio e longo prazo.

A conexão humana com a natureza é um processo de naturalização da humanidade que se tornou necessária a partir do processo de distanciamento ou desnaturalização do ser humano que o levou ao processo de sua própria destruição e do planeta. Com o distanciamento e sua desnaturalização, o homem moderno se

autodeclarou sobrenatural, fora e acima da natureza. De forma arrogante, o ser humano vai se sentindo e se comportando, ora como o dono e proprietário hostil do mundo e da natureza, ora com uma máquina, sem sensibilidade com os seus semelhantes e com a natureza e seus diferentes sujeitos. É um ser humano cada vez mais frio, insensível, e ao passar a maior parte do tempo com as máquinas, ele passa a se sentir e se comportar como uma máquina, sem afeto, sem empatia, sem amor e sensibilidade pela vida, pelas pessoas e pelos seres da natureza. É uma sociedade humana desnaturalizada e, ao mesmo tempo, desumanizada.

Outras contribuições dos povos indígenas estão relacionadas às suas utopias cosmopolíticas ancestrais que passam pelo respeito e pela confiança na natureza, que é também esperança, resistência, resiliência, e, sobretudo, gosto e amor pela vida. Nesses últimos cinco séculos, mesmo diante da brutal violência e do maior genocídio da história moderna que vitimou centenas de milhares de indígenas, os povos indígenas continuaram e continuam saboreando o sabor da liberdade e do amor pela vida, pelo território e pela Natureza-Mãe. Isso porque só o território ancestral, a natureza humanizada e a humanidade naturalizada podem garantir uma verdadeira liberdade para se saborear o valor e sentido existencial da vida, em seus sentidos plenos.

Essa relação profunda de respeito e confiança dos povos indígenas com a natureza garante formas e modos de vida com profunda liberdade das pessoas entre si e com o meio. É comum perceber nas aldeias crianças indígenas pequenas brincando com tanta liberdade e confiança, correndo pelas florestas, pulando e mergulhando nos rios ou subindo árvores. Essa tamanha liberdade vivida pelos povos indígenas surpreendeu profundamente os primeiros colonizadores e muitos acreditam que foi essa liberdade indígena que teria inspirado os idealizadores da Revolução Francesa com seus ideais de igualdade, liberdade e fraternidade.

É compreensível que os colonizadores tenham se surpreendido com a forma livre de vida dos povos indígenas, uma vez que os ocidentais europeus nos últimos dois mil anos vivem sob o julgo da ameaça do pecado e do inferno e, portanto, sem o sabor da verdadeira liberdade de viver. No ocidente cristão, a pessoa já nasce presa e refém do pecado, do castigo, do julgamento e da punição de Deus e da Igreja. Um bebê, ao nascer, já é punido com a prisão do pecado original e, portanto, potencialmente refém e ameaçado pelo demônio e pelo inferno. Deste modo, desaprenderam o sabor da

liberdade primordial e ancestral que vem e é garantida pela natureza-mãe. Por isso o susto quando esses europeus chegaram aqui na América e encontraram os índios todos pelados, crianças e adultos, tamanha a liberdade e pureza de espírito, porque não precisavam esconder o corpo que é talvez a mais bela, maravilhosa e grandiosa expressão da natureza.

Esse exemplo de nascer com o pecado original é só um deles, poderia aqui continuar falando de outras escravidões, como pagar imposto, viver sob o jugo de leis feitas por uma minoria elitizada ou sob desmando de ditadores. Quando uma criança nasce, para comprar a fralda, já tem que pagar imposto para o governo. É uma outra forma de não liberdade, o contrário da liberdade, porque, afinal de contas, ninguém paga imposto, em princípio, com liberdade, com vontade. Paga porque é obrigado a pagar. Por isso se chama imposto, uma imposição. Aliás, aqueles que detêm o poder, seja econômico, ou político, ou mesmo religioso, em geral, sonegam impostos, ou seja, não pagam impostos. As experiências de liberdade e de democracia dos povos indígenas são fundamentais para a reaprendizagem de formas livres, conscientes e naturais de viver e de existir. Tudo isso nos leva ao prazer, ao gosto de viver, de existir. A liberdade e a democracia como formas ou modos de viver de acordo com a natureza é tudo que nossa humanidade contemporânea precisa e o quanto antes.

Por fim, é necessário perguntar por que a sociedade moderna dominante, por meio de seus governantes e suas elites econômicas capitalistas não deixam nossos povos indígenas viverem em paz em seus territórios ancestrais e com seus modos de vida comprovadamente sustentáveis ao longo de milhares de anos? Por que os atuais (neo)colonizadores ou colonizadores internos continuam querendo transformar, civilizar e colonizar o indígena em seus modos de pensar, fazer e viver? Como se eles tivessem algum modo de vida melhor, mais sustentável, mais livre, mais democrático e mais humano a oferecer. Alguns, inclusive, querem ensinar o indígena a cuidar, a defender e a proteger a natureza, transformando-os em ecologistas ou ambientalistas. A principal lição e compromisso deveria ser deixar e apoiar que os índios continuem vivendo como eles querem viver, sem se intrometer, sem querer impor um outro modo de vida, porque não tem outros modos de vida melhores e mais sustentáveis do que os seus, milenarmente vividos.

Essas experiências de vida dos povos indígenas poderiam e deveriam inspirar os não indígenas a retomar certos princípios naturais de vida para refundar e reorganizar os seus modos de vida, a partir das conquistas sociais, políticas, econômicas e tecnológicas históricas. Os povos indígenas hoje mostram que a apropriação e uso de tecnologias não são incompatíveis com os modos de vida tradicionais ou ancestrais. As tecnologias apropriadas e aplicadas adequadamente fortalecem, ampliam e promovem os modos de vida tradicionais, somando e complementando os conhecimentos tradicionais e vice-versa.

Eu não acredito que os modos de vida indígena tradicionais sejam uma alternativa para os não indígenas. Não se trata de defender que os modos de vida indígena substituam os modos de vida da sociedade moderna, mas que os princípios de vida tradicional sejam referências e orientadores. Princípios como partilha, solidariedade, reciprocidade, suficiência, pertencimento e engajamento à natureza são perfeitamente associáveis aos modos de pensar e viver na modernidade, inclusive como base para pensar, estruturar e operar política públicas sustentáveis.

É importante esclarecer que não se trata de se reinventar ou voltar aos modos de vida de dois mil ou dez mil anos atrás. Os indígenas de hoje também não são e não querem ser do passado. Portanto, não se trata de querer pegar as experiências indígenas e transplantar para os não indígenas. Por que as políticas públicas têm que seguir a (i)lógica burocrática, administrativa, teórica, racional dos brancos? Até na hora de comprar um lápis para o aluno, uma alimentação escolar ou para construir uma escola, tem que seguir leis em muitos lugares sociais inaplicáveis? Por que não se admite que os indígenas podem construir suas escolas com material local como são construídas suas casas? Claro, com o incentivo do governo, com subsídio, com apoio. Isso seria sustentabilidade, porque construir uma escola com alumínio, tijolo, é completamente insustentável em comunidades indígenas. Sustentável é aquele modo que os índios sempre constroem suas casas há milhares de anos. Por que as escolas não são assim? E por que a política pública não pode apoiar isso? São coisas simples, do dia a dia, que podemos fazer. E por que a gente não faz? É uma grande pergunta. Políticas de desenvolvimento sustentável precisam considerar essas concepções de modo de vida indígenas.

Agora, o que temos que desfazer? Penso que a Amazônia iniciará o seu caminho sustentável quando começar a se descolonizar de verdade, ou seja, quando começar a se despirm de todas as carapuças, armadilhas, imaginários falsos que artificial e deliberadamente foram criados e inventados para justificar sua dominação, colonização e destruição. Não existe hoje pensamento, práticas, políticas verdadeiramente amazônicas. Muitas pessoas que nascem na Amazônia, são amazônicos, mas com pensamento de não-amazônico. É o que muitos autores chamam de 'colonialismo interno'. O nosso desafio na Amazônia não é o colonialismo europeu sobre nós, é o colonialismo interno, de nossa própria gente reprodutora do pensamento colonial extra-amazônia, por vezes, anti-amazônia. É nossa gente que foi colonizada até as profundezas do seu espírito, da sua alma, e agora fazem questão de colonizar os seus próprios parentes, a sua própria gente. Daí a gente vai aceitando e engolindo projetos e conceitos alheios de biotecnologia, bioeconomia, economia verde, empreendedorismo que pouco ou nada muda nossa realidade profunda e objetiva, porque não fazemos parte ativa e como sujeitos do processo. Ao final, damos conta de que são projetos muitas vezes com muito dinheiro, mas que não constroem novos caminhos que desviassem nossa gente desse apocalipse que estamos vivendo.

Por tudo isso, acredito que as utopias, os sonhos, os planos não coloniais – mas que são reais – como os dos povos indígenas, enraizados em experiências de vida altamente sustentáveis, ainda são as melhores referências e saídas para os nossos dilemas de hoje, onde humanos, gentes, cuidando da vida, de existências.

### **Referências bibliográficas**

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília: INCT/UNB, 2015.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. *O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/Secadi; LACED/Museu Nacional, 2006.

## SUSTENTABILIDADE E O RISCO DA IMPOSSIBILIDADE DE FUTURO PARA OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Davi Pereira Junior<sup>1</sup>

Eu venho de Alcântara, no Maranhão, mais especificamente do território quilombola de Itamatatiua. Não há dinheiro que possa comprar Itamatatiua, porque o significado que esse território tem para mim não pode ser expressado em nenhuma forma monetária. Do meu ponto de vista, territórios ancestrais não podem ser precificados ou monetizados de nenhuma maneira, muito menos em uma perspectiva que possam vir a ser dispostos à lógica do mercado de commodities.

E eu queria iniciar minha exposição em forma de provocação propositada, convidando a todos para deslocar um pouco a forma de como se pensa a Amazônia. O desafio que eu proponho é como pensar a Amazônia em um sentido bem plural.

Como eu disse antes, venho de uma comunidade quilombola, situada na Amazônia legal. E o fato de ter consciência de que pertenço a um território quilombola localizado na Amazônia tem me permitido refletir muito sobre a condição de invisibilidade da negritude na região amazônica e o mito da inexistência de comunidades quilombolas na região.

A primeira questão passa por questionar os esquemas interpretativos elaborados para explicar a Amazônia que têm, deliberadamente, negado a existência de pessoas negras e povos tradicionais negros na Amazônia. Ao que me parece, existe, entre certos intérpretes da Amazônia, uma pré-disposição de negar a existência do regime escravocrata em território amazônico. Assim sendo, quilombolas, embora gozando legitimamente do reconhecimento enquanto povos e comunidades tradicionais, muitas vezes não são entendidos, ou reconhecidos, como povos amazônicos. Isto porque aqueles que controlam as instituições que detêm poder e capital político e social são reconhecidamente os que controlam a produção de conhecimento sobre a Amazônia, e entre estes não estão os amazônidas, pelo menos aqueles que de fato vivem e a protegem todos os dias.

---

<sup>1</sup> Intelectual quilombola do território de Itamatatiua, Alcântara no Maranhão. Possui graduação em história pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutorado em Estudos Latino-Americano pela *University of Texas at Austin*. Atualmente, é bolsista fixação de doutor no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política na Amazônia (PPGCSPA) da UEMA.

Isso explica o porquê de alguns dos nossos conflitos e batalhas por direitos a existir e de proteção territorial passam por um certo tipo de intencionalidade, de nos colocar fora da Amazônia, tanto no âmbito da nossa relação com o Estado, mas também com as instituições produtoras de conhecimentos e pela própria engrenagem da sociedade civil organizada. Por exemplo, o conflito entre as comunidades quilombolas de Alcântara e o Estado brasileiro, que envolve a implantação de uma base de lançamento de foguetes em território tradicional quilombola na Amazônia legal, e que vem se desenrolando por mais de quarenta anos, é um conflito que está intencionalmente fora do debate sobre a Amazônia. As comunidades quilombolas têm convivido com o silêncio do Estado, com o silêncio da classe científica brasileira e com o silêncio da sociedade civil organizada.

Mas o silêncio sobre as comunidades quilombolas na Amazônia vai muito além, passa pela elaboração de esquemas interpretativos que negam os quilombolas como agentes que também são protetores da natureza e, por extensão, também não somos vistos como protetores do clima.

A vida das pessoas negras no contexto diaspórico prescinde de um processo de reinvenção das nossas vidas, de reimaginação das nossas subjetividades, e ainda diria mais: a vida na diáspora só foi possível devido a nossa capacidade de reimaginarmos nossa humanidade. Em muitos sentidos, esse processo de reimaginação passou necessariamente pelos nossos estabelecimentos em territórios e a relação com a natureza.

Essa relação das comunidades com o território e com a natureza passa necessariamente pelo entendimento de que as futuras gerações só terão possibilidade de sobreviver se a gente tiver uma relação racional com a natureza, de saber utilizar os recursos naturais, de saber que não é inesgotável, de não tratar como mercadoria. Só assim que se abre a possibilidade para as futuras gerações sonharem em poderem planejar um futuro.

Os esquemas interpretativos criaram um corpo amazônico ideal e esses esquemas interpretativos, que são coloniais, têm nos legado uma impossibilidade ontológica de termos nossos corpos pretos reconhecidos enquanto corpos amazônicos. Não termos os nossos corpos reconhecidos enquanto corpos amazônicos dificulta que sejamos reconhecidos como corpos portadores de autoridade para debater o futuro da

Amazônia. As consequências da negação da existência de uma ‘Amazônia Quilombola’, da negação da existência de quilombolas na Amazônia faz com que nossa presença nos debates sobre Amazônia seja sempre marginalizada e com uma incipiente participação e importância política.

A não existência de quilombolas na Amazônia não passa de um mito, uma vez que, segundo os dados do censo do IBGE, a Amazônia concentra 35% dos quilombolas do Brasil. Ou seja, cerca de mais de 400 mil quilombolas vivem em cerca de mais de mil territórios na região compreendida como Amazônia legal. O município com a maior população em termos proporcionais de quilombolas do Brasil e com o maior número de comunidades quilombolas, que é o município de Alcântara<sup>2</sup>, no Maranhão, está situado na Amazônia. Entre os séculos XVII e XIX os quilombos se espalharam pelos vales dos rios Trombetas, Guaporé, Madeira, Andirá, Tapajós, Manicoré, Tocantins e Araguaia

Então, para os povos quilombolas, os nossos saberes e práticas, as nossas formas de se relacionar com a natureza, que existem há muito tempo, têm nos garantido essa forma de sobreviver dentro dos nossos territórios, a partir dessa lógica de respeitar os limites da natureza.

Quanto ao conceito de sustentabilidade, o meu receio é que essa seja uma ideia encapsulada de uma forma inexorável, envernizada por uma grife de povos amazônicos, e seja mercantilizável também. Os povos tradicionais sabem muito bem o que é sustentabilidade, porque é algo que está relacionado diretamente com o nosso modo de vida e o nosso modo de nos relacionamos com a natureza e os recursos naturais. O difícil é lidar com o conceito e com a forma de pensar sobre sustentabilidade de quem não pertence a nossos povos.

Entendo que a ideia de sustentabilidade está envolta em disputas entre, por um lado, os povos e comunidades tradicionais e suas relações com a natureza e, por outro, principalmente, pela forma de usar os recursos naturais e o processo de comoditização dessa ideia pelo mercado.

Nessa perspectiva de comoditização, a ideia de sustentabilidade também pode ser utilizada para a pilhagem, para inviabilizar o modo de vida. Isso acontece quando os grupos não se adequam à ideia de sustentabilidade que se torna hegemônica. Então, as

---

<sup>2</sup> Segundo dados do censo IBGE de 2022, residem em Alcântara no Maranhão cerca de 15.616 quilombolas distribuídos por 2010 comunidades.

nossas práticas ancestrais, que garantem nossa reprodução social, religiosa, cultural e econômica, podem também estar ameaçadas pela ideia de sustentabilidade, porque se isso não for entendido pelo capitalismo enquanto práticas que não se assemelham ao conceito deles de sustentabilidade. Nesse sentido, é bom pensarmos e refletirmos sobre a própria ideia de sustentabilidade, para que não sejamos aprisionados por ela.

Do meu ponto de vista, não é possível pensar a sustentabilidade no contexto amazônico sem escutar quem a pratica, sem escutar os amazônidas, especialmente esses que têm o lugar de guardiões dessa biodiversidade, desse saber, dessa epistemologia. E, para isso, é preciso garantir o direito dos povos amazônicos a permanecer nos seus territórios, caso contrário, a gente não vai ter a possibilidade de discutir essa ideia de sustentabilidade. Sem as devidas garantias territoriais para os povos e comunidades tradicionais da Amazônia, não é possível garantir que eles possam planejar o futuro. E diante da impossibilidade de futuro dos povos amazônicos, no futuro já não poderemos mais falar em sustentabilidade na Amazônia.

## **A TERRA NÃO NOS PERTENCE, NÓS QUE PERTENCEMOS A ELA, POR ISSO SOMOS SUSTENTÁVEIS**

Almires Martins Machado<sup>1</sup>

O que se segue é resultado de uma fala como moderador no painel *Sustentabilidade da Amazônia: o protagonismo dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais*, ocorrido durante o seminário *Amazônia sustentável: contribuições das ciências sociais, do multilateralismo e da sociedade civil*.

Para nós falarmos da Amazônia sustentável, nós temos que, antes de mais nada, nos debruçarmos sobre como hoje está a Amazônia. Fora dos limites da terra indígena, você vai se deparar com o desmatamento escancarado. E assim, serás apresentado ao que a mídia ligada ao agronegócio defende, que “o agro é pop”, “o agro é vida”. Nós, ao contrário, enquanto povos indígenas, brasileiros ou não, afirmamos o oposto, pois não se trata de uma só vida, são todas as vidas dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

De um lado, se tem a argumentação de um desenvolvimento que destrói a natureza e do outro apresentamos o nosso entendimento ou a filosofia do bem viver. E assim temos os nossos parentes, aqueles que de algum modo estão trazendo para o campo das ideias estas questões. Especialmente, que a Amazônia é vida, um bem viver que está sendo destruído pelas ações dos não indígenas, com grandes empreendimentos, usinas hidrelétricas e outros, que nos expõem ao genocídio, um fim anunciado de nossa existência.

Mas, e a sustentabilidade? Como ela vai ser entendida, percebida, compreendida, se é uma lógica que difere da dos povos da floresta? Nós, enquanto povos indígenas, temos a proposta de um bem viver, de uma ancestralidade. Em razão disto, as nossas argumentações são no sentido de que a Amazônia continue de pé. Quando nos referimos ao mito da sustentabilidade, estamos falando de sustentar o que mesmo? Muito se tem falado dessas práticas, porém qual é a lição que os povos indígenas ensinam? Creio que considerando a destruição da natureza, é preciso trilhar

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), mestre em Direitos Humanos e doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), professor visitante na Pós-Graduação em Direito e na clínica de Direitos Humanos, no Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ/UFPA). Membro do povo Guarani e Terena.

os caminhos da razão cosmológica, analítica e dialética entre mundos. Como compreender as externalidades apresentadas?

Toda essa argumentação se desenvolve a partir de como pensamos a terra, a natureza e a humanidade. Para tanto, temos que nos referir a quem vive dela, nela e com ela, sendo parte dela mesma. Claro que implica em falarmos de sermos diferentes, termos uma filosofia de vida que é muito diferente da ocidental. Ao mesmo tempo, ser diferente, ou viver na diferença, é estabelecer alianças entre mundos e humanidades, lembrando que estamos nos referindo a humanidades e não a sub-humanidades. Nesse caso, apresentamos uma imagem muito refinada e sutil da diferença constitutiva e inesgotável entre os mundos e culturas que de algum modo coexistem. Sempre coexistiram, vivendo uma interdependência e tratados como iguais. O que talvez cause espanto é o fato de estarmos nos referindo a uma espiritualidade que sempre foi negada pelo outro, uma negação da alteridade, de nosso mundo cosmológico.

Assim surgem em nosso território, desde 1500, os devoradores de montanhas, florestas, rios, de nossa cultura, de nossa gente. Agora fica o questionamento, o que fazer com eles? Qual a solução para esse problema? Se estes invasores criaram formas, elaboraram teses para separar cultura de natureza e se esforçam para nos desligar da mãe terra e nos tornar estrangeiros em nosso próprio território, qual é o possível caminho a ser trilhado?

Nesse plano de vida chamado progresso, a especialidade é destruir, desmatar, poluir, expulsar os originários da terra. Por essa razão, formatamos uma existência indígena, resistência e resiliência, para, dessa forma, tentar adiar ao máximo o fim do mundo, entendido como o planeta Terra. Enquanto isso, convivemos com a devoração de subjetividades, nesse roteiro de vida que é a homogeneização, a universalização, nesse contexto de colonização interna. É a floresta amazônica, que chamamos de nossa casa, nosso lar, nosso lugar no mundo, que mais sofre atentados ecocidas e nós, seus filhos, estamos na defesa de nossa mãe terra.

Vamos falar sobre uma teoria de lugar no mundo, de morar, de casa/floresta, de *tekoha*, meio ambiente, onde a ecologia somos nós. O que falta de consciência ecológica no invasor, sobra em ganância, violência, destruição e morte. Pois os deuses ocidentais chamados de mercado, Estado e ciência, não permitem a existência de outros modos de

pensar, agir e fazer. Não aceitam a ideia de que há outras epistemologias, filosofias e culturas, que apresentam outra axiologia, valor e não somente preço de commodities.

Aqui o protagonismo dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, neste lugar de protestar, espernear, propor soluções, apresentar o que seria um pragmatismo político indígena e que podemos afirmar que é um lugar de poder, o poder da fala. O momento que se apresenta é o lugar de expor as nossas argumentações em se tratando de algo que é hoje o que mais se fala no mundo: como salvar o planeta do fim próximo.

A floresta amazônica é o lar que acolheu todos aqueles que já nela existiam, antes que qualquer humano ocidental nela colocasse os pés. É essa ancestralidade que nos dá as boas-vindas e nos faz sentir, compreender de fato, qual é o sentido da vida.

Se nós formos levar em consideração que as terras indígenas hoje, juntamente com as dos parentes quilombolas e das demais comunidades tradicionais, são os pontos verdes no mapa, isto é resultado de nossos esforços para uma sustentabilidade. Você abre o google e é onde você vai encontrar os pontos verdes, as ilhas de floresta. E do lado, o que se vê é o desmatamento escancarado. Dessa forma, é possível lembrar, por exemplo, que foi a proposta do projeto de lei 191 /2020 que nos trouxe a percepção da possibilidade de uma terceirização nas terras indígenas.

A Amazônia é vida, é o lugar do Bem Viver que está sendo destruído e se nós formos olhar precisamente para os dias atuais, temos um perigo que já foi percebido no Equador e no Peru, por exemplo. Agora nós temos a possibilidade de que ocorra a exploração petrolífera próxima às nossas terras; colocando em risco todo um processo de existência da sociobiodiversidade.

Mas e a sustentabilidade? Como ela vai ser entendida? Como ela vai ser percebida pelos povos da floresta, se destoa de seu conceito ecológico ocidental? Pois considerando que quando o primeiro europeu colocou o pé aqui, nas terras do novo mundo, podemos afirmar com absoluta certeza que toda a região era uma cobertura verde. Hoje nós já temos uma ameaça de que a Amazônia se torne ou que esteja muito próxima da savanização.

Os povos indígenas se contrapõem a essa ideia de progresso, é a proposta de um bem viver. Assim é o diferente, os originários donos da floresta trazendo toda essa filosofia de vida, uma epistemologia das aldeias, dos quilombos. É a voz que tenta se

levantar para, de algum modo, argumentar, contrapor, demonstrar que há outros modos de viver e de poder salvar o planeta e que nós temos muito para ensinar aos países de primeiro mundo o que é poder levar ao próximo algo que é muito mais do que tecnologia.

Os povos indígenas e comunidades tradicionais têm nas florestas condições de levar a cura ao mundo, os nossos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, na forma de remédios, as nossas plantas medicinais como esperança de cura. Mais do que isso, também podemos ofertar, compartilhar uma filosofia de vida, onde o outro tem importância, onde a alteridade marca presença contínua, onde a floresta de pé é muito mais lucrativa que a soja e o boi.

Desse modo, nós trazemos as falas dos nossos parentes indígenas, apresentamos os nossos pensamentos que são aqueles que têm sua referência na ancestralidade, que têm todo um significado que vem de séculos, de milhares de anos de aprendizado com a mãe terra. O princípio que permeia todas as falas é a nossa proposta de uma sustentabilidade, de um Bem Viver. Apresentar quem somos nós, a que viemos e as nossas argumentações para que continue de pé a floresta Amazônica e tudo que há nesse bioma. O que apresentamos: as terras indígenas como o maior exemplo prático da possibilidade de conservação de que se tem notícia nas Américas.

O que precisamos é de políticas públicas bem definidas, voltadas para as terras indígenas, com ênfase na sua gestão diferenciada, que potencializem as formas de proteção ambiental, fiscalização de suas fronteiras e projetos de alternativas econômicas ou as técnicas de manejo dos recursos naturais, considerando que implicam em um diálogo complexo.

Temos clareza da omissão do Estado ou conivência com esses interesses econômicos predatórios e insustentáveis.

E a outra questão de muitíssima importância, quando se fala de sustentabilidade, é o próprio entendimento que se tem sobre a territorialidade, especialmente quando envolve diferentes interesses sobre o território reclamado por determinado povo indígena. A diferença básica de padrão de territorialidade envolve os riscos e oportunidades do viés econômico, pois alguns estão reconstruindo, outros buscando formas de manter o que têm e outros estão retornando para seus territórios de origem. Isto implica em denunciar a situação dos povos indígenas que vivem confinados em

diminutos espaços ou tiveram territórios reduzidos, ou ainda proibidos de circular em áreas sabidamente tradicionais. Nestes espaços pouco se fala de sustentabilidade, pois ali o que importa é sobreviver, pois estamos caminhando por 'novos' caminhos, possivelmente com velhas soluções, razão talvez óbvia de tantas assimetrias.

Com o advento da Constituição Federal Brasileira de 1988, o Estado brasileiro, ao menos em tese, deveria tratar da questão indígena considerando a igualdade, a pluralidade jurídica, a diversidade cultural e as previsões internacionais sobre o direito dos povos indígenas.

Apesar de todo o avanço da legislação, não se pode criar a ilusão de que tudo está bem. A diversidade cultural sofre um achatamento considerando que o Estado é um dos promotores dessas violências sofridas. O reconhecimento de direitos implica na implementação e aplicação dessas normas pelos tribunais e instâncias jurídicas nacionais. Os povos indígenas foram encaminhados ao etnocídio, em razão de, entre outras coisas, as demarcações de terras no último governo terem sido paralisadas. A implementação e reconhecimento de direitos coletivos, étnicos e territoriais são conquistas ainda por alcançar.

Se houvesse vontade política, haveria plenas condições de resolver estes problemas, mas as autoridades brasileiras preferem o conflito, o confronto. A questão indígena, então, não é prioridade. O Estado brasileiro se comporta e age como se não houvesse as previsões constitucionais protegendo esses direitos. Parece desejar a guerra, continuar o que os bandeirantes iniciaram, considerando que a política do Estado toma partido pela mineração, megaprojetos e pelo agronegócio, em detrimento da garantia dos direitos dos povos indígenas, como se a Constituição Federal fosse letra morta.

Os proprietários rurais contam com os títulos de propriedade outorgados pelo Poder Público que, muitas vezes, incide sobre territórios indígenas. Assim, a discussão sobre o Marco Temporal é resultado, também, da desigual distribuição de terras e propriedades, que não considerou o fato de aquelas terras já serem ocupadas, habitadas por povos indígenas que, posteriormente, foram expulsos de suas terras ancestrais.

O Estado brasileiro, quando não é cúmplice, é omissivo diante das violações aos direitos dos povos indígenas. Tem sido negligente na demarcação de terras e fortalece posições políticas contrárias aos direitos indígenas. No Judiciário, há um desequilíbrio

gritante entre a apuração/julgamento de crimes supostamente praticados por indígenas e os cometidos contra indígenas, principalmente lideranças: a persecução penal é célere, hipersônica, no primeiro caso. Em relação ao segundo, ela caminha como se fosse um jabuti velho e sem forças.

Em uníssono afirmamos que sem território não há vida, sustentabilidade ou qualquer outra possibilidade, senão resistir. As novas tecnologias tornaram a comunicação muito mais veloz e abrangente, formatando novas alianças, parcerias com ativistas ambientais, ONGs e outros simpatizantes com a causa indígena.

Então, se perguntam sobre qual é a perspectiva dos povos indígenas sobre o recrudescimento contemporâneo dos ataques ambientais e contra os direitos humanos, a resposta se delinea na resistência, resiliência e o levante dos povos indígenas em busca de fazer valer os direitos constitucionalmente previstos e os direitos originários ao território. Trilha o caminho da conciliação, a buscar o consenso nos conflitos, a conviver com as contradições e ocupar o seu lugar de ente político, ético, sempre priorizando o diálogo, estabelecendo uma rede de relações sociais entre si e com os demais seres que compõem a sua cosmologia, pois seus pés pisam a terra imperfeita e nessa negociação parlamentam humanos e não-humanos.

Concluindo, nós não estamos falando de uma tutela ecológica, pois a terra é nossa mãe. Estamos nos referindo aos direitos da natureza. Dessa forma, de que valor, axioma estamos falando? De qual natureza? Pois quando a terra deixou de falar, o céu começou a cair e está caindo. Se agir com presteza, há possibilidades de evitar um fim de mundo com a queda do céu, que para os povos indígenas, de um modo geral, se prenuncia com os desmatamentos e seus desdobramentos.

### **Referências bibliográficas**

- BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)*. 1998.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- CLASTRES, Héléne. *Terra sem mal*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
- FONSECA, Claudia (org.) *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. *In: O saber local: novos ensaios de Antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 249-356.

IBGE. Dimensionamento Emergencial de População Residente em Áreas Indígenas e Quilombolas para Ações de Enfrentamento à Pandemia Provocada pelo Coronavírus – 2020, p. 23. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/dimensionamento-emergencial-de-populacao-residente-em-areas-indigenas-e-quilombolas>

MACHADO, Almires Martins. *De direito indigenista a direito indígena*. A difícil arte do enfrentamento. Dissertação de Mestrado em Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2009.

\_\_\_\_\_. *Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marãe'y*. Tese de Doutorado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2015.

PALMQUIST, Helena. *Questões sobre genocídio e etnocídio indígena: a persistência da destruição*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2018.

RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO DE ESTUDOS INDIGENISTAS. Campo Grande, 1980. Arquivo do Centro Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD): Dourados – MS.

ROCHA, Everardo Pereira Guimarães. *O que é etnocentrismo?* 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

SANTOS, Silvio Coelho dos (org.). *Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1985.

SHADEN, Egon. *Aculturação indígena*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Encontro de mundos e direitos*. Curitiba: Editora Juruá, 1998.

STEFANES PACHECO, Rosely A. Direito indígena: da pluralidade cultural à pluralidade jurídica. *Revista Tellus*, Núcleos de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI, Campo Grande: UCDB, out.2006, ano 6, número 11, p. 121-144.

## NAS NOSSAS COSMOVISÕES DE SUSTENTABILIDADE ESTÁ TUDO INTERLIGADO

Angela Amanakwa Kaxuyana<sup>1</sup>

Eu queria primeiro dar um abraço à Dona Maria do Rosário<sup>2</sup> e dizer que quando uma mulher tomba, todas nós tombamos. Estamos com você. E não se incomodem com a nossa presença com o bebê, porque na aldeia a gente conversa sobre o nosso futuro, sobre as nossas vidas, com crianças, porque é assim que elas aprendem, escutando, refletindo junto conosco.

Na verdade, a minha fala vai ser muito no sentido de fazer algumas reflexões, muito a ver com algumas provocações que o professor Gersem<sup>3</sup> trouxe. É bem difícil falar depois dele, é como uma aula sem estar matriculada na UFAM. Aula de mestrado, doutorado, considerando todas as reflexões que ele traz.

Mas, antes disso, eu queria aqui trazer uma provocação a esse evento como um todo, que é a Cúpula da Amazônia. De que Amazônia que nós estamos falando? Amazônia de qual perspectiva de recorte territorial? Porque, hoje de manhã, quando vocês falaram de Amazônia, vocês falaram de oito países. Daí eu fiquei refletindo sobre onde é que está a Guiana Francesa, que justamente também tem povos indígenas? A gente vai continuar falando de Amazônia na perspectiva de imposição do colonialismo de que os povos indígenas devem estar onde o colonizador quer que esteja? Eu acho que vale a pena a gente trazer uma reflexão sobre isso, porque para nós, povos indígenas, quando a gente fala de Amazônia é na perspectiva de olhar o território como um todo. Estamos falando da bacia amazônica. Então, a bacia amazônica perpassa em nove países. Portanto, quando eu falar de Amazônia, eu vou falar, sim, de nove países. E trazer também essa reflexão para a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

---

<sup>1</sup> Mulher indígena da Terra Indígena Kaxuyana Tunayana, atual representante da Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) na Bacia Amazônica e Presidente do Conselho do Território Wayamu.

<sup>2</sup> Maria do Rosário Soares Costa é integrante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e estava presente no seminário Amazônia Sustentável: contribuições das ciências sociais, do multilateralismo e da sociedade civil.

<sup>3</sup> Gersem Baniwa é Gersem Baniwa é membro coordenador do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) e professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UNB). Ele também estava presente no seminário Amazônia Sustentável: contribuições das ciências sociais, do multilateralismo e da sociedade civil.

Eu sei que muitas das falas seguem a perspectiva de um padrão, de um recorte territorial que é muito confortável para muitos de vocês. É muito confortável não enxergar, não aceitar, e tentar invisibilizar os povos indígenas da Guiana Francesa, que inclusive estão aqui neste evento a convite da Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), e nós enquanto movimento indígena não podemos permitir que o evento que fala de Amazônia os exclua. A Amazônia precisa ser inclusiva, a Amazônia precisa ser respeitosa para quem vive no território.

Esse evento tem um sentido de que daqui vai sair um encaminhamento e proposta para salvar a Amazônia. Salvar de quem? De quem é que vamos salvar essa Amazônia? Das pessoas mesmas que se propõem a discutir esta questão num formato que exclui os povos indígenas, que exclui as populações tradicionais, que exclui as pessoas que vivem nela.

Falar da Amazônia está muito na moda. Fala-se da 'floresta em pé', mas floresta em pé sem gente? Estou falando olhando para a professora Rita Potyguara<sup>4</sup>, mas não é para você que estou falando, mas para a sociedade em geral. Ela, eu sei que não pensa assim, porque ela é indígena. Ela vem de um território onde os povos indígenas são muito perseguidos, são injustiçados e têm seus territórios invadidos, que é o nordeste brasileiro. E nós temos muito orgulho da senhora no espaço que está ocupando e dando essa oportunidade para a gente.

Pois então, falar de 'floresta em pé' é um olhar muito reduzido de que a Amazônia só existe a partir das florestas, literalmente. Porque quando a gente fala de Amazônia em pé, é com as pessoas em pé também. Exatamente disso que estamos falando. Isto é importante considerar quando falamos de Amazônia. A Amazônia não está restrita só à floresta densa ou ombrófila, mas ela é composta por essa diversidade e vários biomas. Quando nós, povos indígenas, falamos de Amazônia, não é nessa perspectiva de categorizar o tipo de vegetação. Para a gente, a Amazônia é tudo: Cerrado, Campos Gerais, Lavrado... Isso é Amazônia para a gente. A Amazônia para a gente não só tem a ver com tipo, tamanho, a cor da floresta em si, mas é muito maior. Tem a ver com as pessoas que nela vivem, as pessoas que estão lá e que dela fazem o sentido da existência. Então, eu queria trazer essa primeira reflexão de qual Amazônia

---

<sup>4</sup> Rita Potyguara é diretora da FLACSO Brasil, uma das instituições organizadoras do seminário Amazônia Sustentável: contribuições das ciências sociais, do multilateralismo e da sociedade civil.

estamos falando, porque o nosso recorte é muito mais amplo. Na verdade, não existe o recorte. O recorte é muito imposto.

Então, acho que é a partir dessa reflexão que nós precisamos sair desse evento chamado 'Cúpula da Amazônia', pois é com esse olhar que a Amazônia precisa ser vista. Está faltando sim a bandeira da Guiana Francesa e nós temos a obrigação de lutar, porque lá existem povos indígenas. Nós não podemos entrar nessa furada de que ela está inserida dentro de um outro país maior que está na Europa. A Europa é uma coisa, a Amazônia é outra. Isso precisa ser trazido aqui. Eu, enquanto indígena, trago aqui.

E, nessa perspectiva, considerando o que o professor Gersem trouxe, quando ele fala que é um pouco crítico com relação à antropologia, eu fiquei com medo de concordar com ele. Para a antropologia tudo está reduzido e centralizado nas pessoas, mas vai muito além. Eu acho que todas essas reflexões precisavam obrigatoriamente estar inseridas nas nossas cosmovisões, que a gente se propõe a debater como a sustentabilidade. E lindamente a dona Rosário trouxe as placas<sup>5</sup> dela do que significa sustentabilidade. Para nós, povos indígenas, é exatamente isso. Porque a sustentabilidade para nós, populações indígenas e tradicionais, é muito diferenciada do que se tem no mundo da economia ou no mundo externo da realidade das nossas vidas. Nas nossas cosmovisões de sustentabilidade está tudo interligado.

Para a gente, a sustentabilidade é o direito de vivermos em nossos territórios, é o direito de poder falar que o meu território precisa ser demarcado. Para nós, povos indígenas, a única forma de garantir a sustentabilidade da vida dos povos indígenas é demarcando e reconhecendo seus territórios tradicionais. Porque a existência das pessoas e o direito ao território é muito anterior do que tudo isso que se discute, como por exemplo o direito à educação, o direito à saúde, o direito à vida é anterior a todos os outros direitos.

Todos os direitos têm sido discutidos de forma separada do direito à vida, mas para nós não faz sentido. E muitas vezes fala-se da nossa existência, dos povos indígenas, dos povos isolados, como se fossem coisas: 'os índios', 'os isolados'. Não somos coisas,

---

<sup>5</sup> Em sua exposição, Maria do Rosário apresentou palavras escritas em tarjetas do significado de 'bem viver' para as quebraadeiras de coco de babaçu: 'saúde', 'segurança alimentar', 'território coletivo', 'uso comum', 'natureza viva', entre outras.

somos pessoas, somos humanos. A gente está falando sobretudo do direito à existência enquanto pessoas, enquanto humanos.

Então, eu queria trazer essa reflexão que a sustentabilidade também não tem nada a ver com o selo verde, o papel. Os Karaiwa (não indígenas) gostam de papel, não é? Porque, na prática, ele não tem uma validade efetiva. Porque no papel você escreve o que você quer, depois pode esconder e fingir que nem existe. E a sustentabilidade também tentam inserir, escrever, formatar, modelar dentro do papel, mas a sociedade que escreve isso mesmo não pratica aquela sustentabilidade. Ela acaba não colocando na prática o que ela entende como sustentabilidade. Muitas vezes, na cabeça da sociedade, a sustentabilidade é ter aquele selo verde lá nos produtos. Aí a pessoa afirma: “eu sou sustentável agora porque eu comprei um suco aqui que tem um selo verde”. Ou, “a minha cômoda lá da sala, aquela cômoda chique, tem aqui um selinho de sustentabilidade”. E quero aqui afirmar que não tem nada a ver com isso. A sustentabilidade tem a ver com a capacidade das pessoas conseguirem enxergar o futuro sem prejudicar o presente. E nós, povos indígenas, temos essa capacidade. É por causa dessa capacidade que ainda se mantém toda essa riqueza, essa diversidade que vocês têm a oportunidade de enxergar e de ver com o nome ‘Amazônia’, que é toda uma inserção de um contexto não só das florestas, não só dos animais, mas das pessoas que vivem nela.

Eu sempre digo: Amazônia não existiria se não existisse pessoas nela, gente nela. É muito tolo pensar que vão se trazer caminhos, propostas, uma saída para um futuro da Amazônia se não se considerar a existência das pessoas que nelas vivem. ‘Nelas’ no plural porque é isso mesmo, são várias Amazônias, além da floresta em si.

Uma outra reflexão que gostaria de trazer aqui ligada à questão da sustentabilidade proposta aqui no âmbito da Cúpula da Amazônia é que essa discussão não seja, vamos dizer, mistificada: “Ah, os índios vão trazer a salvação, as comunidades vão trazer a salvação...”. Se não tiver uma plenária muito maior do que essa que está aqui, se a gente não estiver discutindo lá na plenária geral em que os governantes estiverem escutando as nossas vozes, escutando todos os pontos do que a dona Maria do Rosário trouxe, do que o Gersem trouxe, do que os outros indígenas, outras populações vão trazer, não adianta fazer uma proposta dentro do espaço de escritório

pensando e olhando os mapas. O mapa não tem sentimento, o mapa não tem o sentido que nós podemos falar.

E aqui a gente não está inventando ou buscando, já existe, já é um direito das pessoas viverem da forma que elas vivem. Os chamados 'povos indígenas isolados' têm o direito de viver 'isolados'. Na verdade, esta é uma palavra questionável, isolados de quem? Eu acho que vocês é que estão isolados, os parentes nem estão isolados, estão com essa liberdade que o professor Gersem abordou muito bem.

Então, são essas reflexões mais gerais que eu trago sobre o sentido mais palpável de sustentabilidade e gostaria de concluir afirmando que a sustentabilidade da Amazônia só vai poder existir se considerar a diversidade, os conhecimentos e a nossa ciência e tecnologias enquanto povos indígenas e populações tradicionais.

# MEGAPROJETOS NA PANAMAZÔNIA<sup>1</sup>: NOTAS PRELIMINARES PARA UMA COMPREENSÃO SOCIOLÓGICA

Alfredo Wagner Berno de Almeida<sup>2</sup>

A complexidade dos instrumentos analíticos e dos recursos teóricos das ciências sociais e da ciência do direito parece agravada nesta situação social classificada usualmente como de ‘crise da humanidade’. Tal agravamento concerne tanto aos sucessivos episódios de brutalização e ódio entre forças de diferentes regiões e países, quanto à intensidade da destruição sistemática dos recursos naturais – desmatamentos em larga escala, queimadas, poluição das águas de rios, lagos e igarapés – designada como ‘crise ecológica’, caracterizada pelo aumento vertiginoso de ações violentas de intrusão de terras historicamente ocupadas por povos e comunidades tradicionais e pelos riscos de políticas oficiais arbitrárias referidas seja às chamadas ‘mudanças climáticas’, seja às medidas da propalada ‘transição energética’. Assiste-se, ademais, à financeirização da questão ambiental, tornando mais complexas as dificuldades conceituais, pela interdisciplinaridade de conhecimentos absolutamente necessária para uma compreensão sociológica mais acurada.

1- No repertório de interpretações sobre estes fenômenos há autores que proclamam o “fim da história”, como F. Fukuyama, outros que convidam para que se adie o “fim do mundo”, como Ailton Krenak. Além disto há autores, como Axel Honneth, que afirmam da urgência de se “aprimorar o capitalismo e a democracia” até um ponto em que se possa contar com o total reconhecimento dos agentes sociais como “humanos”. Outros intérpretes, como S. Huntington, vão falar em conflitos entre grupos de civilizações diferentes, acentuando um “choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial”, e outros ainda, como E. Hobsbawm vão sublinhar o “fim de uma era unipolar” ou da hegemonia de uma só nação e a passagem para uma quadra de multipolaridade com o centro de gravidade se inclinando para leste. Para esses autores, à exceção de Hobsbawm, não se faz necessária uma transformação

---

<sup>1</sup> Gostaria de agradecer à gentileza do convite das organizadoras do ‘Seminário Internacional sobre a Amazônia Sustentável: contribuições das Ciências Sociais, do Multilateralismo e da Sociedade Civil’, notadamente à Dra. Rita Potyguara, diretora da Flacso no Brasil, e à sua assessora, Ingrid Weber, que com muita paciência e desvelo se empenharam em me contatar.

<sup>2</sup> Antropólogo. Professor do PPG Cartografia Social e Política da Amazônia/UEMA e do PPGI-CH/UEA. Pesquisador CNPQ

social profunda. Para tanto bastaria ajustar as formas de reconhecimento propugnadas pela “democracia liberal” e pelo que já está formalmente instituído. Como pano de fundo uma dura advertência de T. Adorno, chamando a atenção para os riscos que marcariam hoje os “indivíduos saudáveis”, quais sejam, serem afligidos pela “infelicidade geral”. Nós poderíamos tomar como exemplo, nesta circunstância, não apenas a multiplicação de guerras localizadas, não necessariamente sob controle de grandes potências, mas, principalmente, pandemias e ‘pestes’ de difícil controle científico, que turvariam a hipótese de felicidade, disseminando medo, temores e apreensões sobre o futuro, delineando deste modo as bases de uma tensão social duradoura.

2- Para os partidários de visões catastrofistas estaríamos vivendo o pior dos mundos possíveis, enquanto que para seus antagonistas, os defensores do chamado ‘processo de globalização’, estamos diante de um desdobramento espontâneo ou de um ‘desenvolvimento natural’ das atividades econômicas. De nosso ponto de vista, ao contrário destas interpretações, a globalização concerne a uma ação deliberada, é um produto de políticas econômicas que têm entre suas principais medidas mercados em vias de integração. A intencionalidade de ações econômicas se volta para o que definem como a implantação racional dos chamados ‘corredores’: ‘corredores logísticos’, ‘corredores ecológicos’ e ‘corredores ambientais’. Eles objetivam, sobretudo, regiões com recursos naturais abundantes como as florestas tropicais da Panamazônia, de Bornéu (Indonésia) e do Congo; as savanas africanas e os cerrados da América do Sul ou lugares que facilitam a ligação entre regiões e oceanos, capazes de aproximar diferentes circuitos de produção e de circulação de mercadorias. Megaprojetos logísticos materializam tais corredores e assinalam extensas regiões estratégicas designadas por metáforas geométricas, tais como: ‘trapézio amazônico’, ‘quadrilátero ferrífero’ e ‘arco mineiro’ ou, no caso da Amazônia brasileira, por metáfora zoológica, como: ‘cabeça do cachorro’. Através destas circunscrições, delimitadas pelos planejadores do chamado modelo de exportação agromineral, os atos de Estado se voltam para delinear estrategicamente a ampliação das iniciativas comerciais e os seus efeitos diretos.

3- Não obstante, a instabilidade semântica e conceitual que caracteriza as interpretações sobre a relação entre o Estado e as políticas de integração de mercados e as dificuldades de assinalar metáforas antagonistas que neutralizem os efeitos

geopolíticos, pode-se afirmar que são várias as interpretações e projetos de pesquisa que, na última década, conjugam informações e dados elementares para a compreensão sociológica desta relação entre atos oficiais, concernentes à implantação de megaprojetos de mineração, de empreendimentos dos agronegócios, de infraestrutura e logística e seus respectivos efeitos sobre unidades sociais, designadas como povos e comunidades tradicionais. Isso se dá, sobretudo, a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento, executadas concomitantemente, nestas duas primeiras décadas do século XXI, nas Américas Central e do Sul, na Índia, na China e na África. A despeito de concentrar os dados nas descrições etnográficas em regiões amazônicas, mais exatamente na Pré-Amazônia Maranhense, no extremo norte do Tocantins, no Baixo Amazonas, tanto paraense, quanto amazonense, no Alto Solimões e no Rio Madeira, focalizando unidades sociais de indígenas, de ribeirinhos, de castanheiros, de quebradeiras de coco babaçu e de quilombolas, os trabalhos de pesquisa realizados no âmbito do PNCSA alcançam maior abrangência, transcendendo esses lugares geográficos e as comunidades específicas que lhes são correspondentes, ao ressaltar uma modalidade analítica baseada no ponto de vista dos próprios povos e comunidades tradicionais, diretamente atingidos por estes megaempreendimentos, e nas suas mobilizações étnicas. As práticas cotidianas de resistência destes denominados 'atingidos', por décadas a fio, têm traçado o fulcro condutor das reflexões sucessivas ora aprofundadas.

4- Refletindo sobre a ação do Estado, verifica-se que um fator constante nestas medidas de implantação concerne à inconcludência dos megaempreendimentos, que é considerada analiticamente como uma predicação deles. Consistem em projetos inacabados ou que são produzidos até um determinado ponto, sem que sejam necessariamente realizadas finalizações e acabamentos previstos e imprescindíveis. A condição de inconclusos, mesmo que implantados durante um longo período, que pode transcender inclusive três ou quatro décadas, como soa acontecer com a UHE de Tucuruí, com a rodovia Perimetral Norte ou com a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara, afeta mais duramente os povos e comunidades atingidos, porquanto, além de cessar quaisquer iniciativas de proteção social, previstas legalmente no escopo original do projeto, lhes roubam a possibilidade de planejar o futuro, sob as incertezas de uma conclusão que, até prova em contrário, não ocorrerá jamais. A inconcludência

não significa, todavia, uma paralisação absoluta das atividades previstas, embora possa ser lida como uma ameaça constante ao modo de viver e fazer desses povos. Em outras palavras, o atributo de inconcluso não quer dizer que a implantação dos megaprojetos esteja necessariamente interrompida, posto que há uma retórica permanente de ‘conclusão de mais um módulo’, buscando traduzir sempre uma continuidade, e esta retórica tem efeitos objetivos sobre os atingidos, porquanto provoca, de maneira constante, insegurança e incertezas, medo e apreensão<sup>3</sup>. Agrava essas sensações o fato de mesmo a prometida ‘conclusão de mais um módulo’ tornar-se igualmente inconclusa, acarretando uma inconcludência do que já é inconcludente, ou seja, a inconcludência dentro da inconcludência, como no caso das atividades da Alcântara Cyclone Space, que alardeou a construção de sítios de lançamentos de foguetes no Maranhão e a tentativa foi abandonada ou o caso das eclusas da UHE de Tucuruí ou, ainda, o caso da alegada retomada da rodovia correspondente ao traçado da antiga Perimetral Norte. A tragicidade é acentuada com esta inconclusão dentro da inconclusão: no caso do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), com o anúncio constante de novos deslocamentos compulsórios das famílias atingidas; no caso de Tucuruí, com a retirada da floresta submersa e novas interdições de acesso às ilhas formadas no lago, onde estão colocadas inúmeras áreas de cultivo, designadas localmente como ‘roças’ e no caso do Rio Trombetas, com a aludida reconstrução de estradas abandonadas (como o final da BR-163 e da rodovia Perimetral Norte), hoje transformadas em tortuosos e perigosos caminhos. O temor de novos danos e perdas, além do que já foi perdido, semeia o pânico entre as famílias atingidas nestas situações mencionadas, que há pelo menos três ou quatro décadas padecem, aguardando os anunciados términos das obras.

Em resumo, falar de megaempreendimentos inconcludentes trata-se de um pleonasma. Não obstante, esta redundância tornada autoevidência, tal verificação consiste num vigoroso instrumento analítico para se interpretar sociologicamente a chamada ‘ocupação da Amazônia’ e entender a lógica de resistência dos agentes sociais que são direta ou indiretamente atingidos e as dificuldades recolocadas a cada nova iniciativa, configurando uma série de desgastes sucessivos. A noção de ‘guerra de

---

<sup>3</sup> Não se pode confundir inconcludência com a ampliação de megaprojetos, como seriam exemplos: a duplicação da ferrovia Carajás-Itaqui ou a duplicação do canal do Panamá, ambas em construção nesta segunda década do século XXI.

movimento', aliás, é um dos pressupostos básicos ao entendimento sociológico destas formas organizativas das famílias atingidas nas situações analisadas por vários trabalhos de pesquisa. As mobilizações continuadas destas famílias demonstram elementos de um conflito social permanente.

5- Certamente que, numa breve retrospectiva histórica, poder-se-ia falar também de projetos megalômanos, que fracassaram alguns antes mesmo de sair do papel, ou que ficaram circunscritos a uma dimensão onírica e idealizada como o 'imenso lago amazônico' ou o projeto dos 'Grandes Lagos' do estrategista militar da Rand Corporation, Herman Khan. Este futurólogo, dirigia o *Hudson Institute* e, no final da década 1960-70, foi convidado pelo economista e ministro Roberto Campos para visitar a Amazônia<sup>4</sup>. Ele elaborou um plano para inundar grandes porções desta região a partir de uma barragem no Baixo Amazonas.

Outro exemplo desta mesma ordem refere-se à proposta do *International Institute of Hylean Amazon* (Instituto Internacional da Hiléia Amazônica- IIHA), um dos quatro principais projetos da UNESCO para o ano de 1947, que visava internacionalizar as florestas úmidas da Amazônia, as quais, desde os Acordos de Washington, de 1942, e durante toda a II Guerra Mundial, tiveram uma destacada função geopolítica, assegurando um processo de produção permanente de látex da borracha, castanha e amêndoas de babaçu. A proposta do IIHA foi apresentada pelo cientista Paulo E. Berredo Carneiro, representante brasileiro na UNESCO, no ano de 1946, em Paris. Consistia numa representação idealizada de uma floresta amazônica como patrimônio mundial, que foi contestada por cientistas do Museu Nacional voltados para uma proteção nacional dos recursos naturais<sup>5</sup>

De igual modo poder-se-ia mencionar algumas outras iniciativas e projetos que já nasceram como ruínas identificáveis por um trabalho de arqueologia de superfície, como as máquinas de quebra e refinamento de óleo vegetal de Kelru, no Maranhão, ou ainda outros que começaram e hoje são ruínas sob museificação, como a ferrovia Madeira-Mamoré, em Rondônia, ou a denominada 'Fordlândia', no Rio Tapajós, no Estado do Pará. Na verdade, os planos mostram-se hiperbólicos, de igual maneira como

---

<sup>4</sup> Pelo fato de ter participado da equipe que construiu a Bomba H e ter sua trajetória profissional marcada pela predileção por projetos grandiosos e pelo gosto excessivo pelo majestático H. Kahn teria inspirado o personagem 'Doutor Fantástico' do filme de Stanley Kubrick denominado 'Dr. Strangelove', cujo lançamento foi em 1964.

<sup>5</sup> Consulte-se: Patrick Petitjean e Heloisa Bertol Domingues- *A UNESCO, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e a antropologia no final dos anos 40*. Hal archives- ouvertes. Nov. 2006

a Amazônia é usualmente representada pelo senso comum de eruditos e planejadores, e sua inconclusão e abandono são também de dimensões e efeitos avantajados, marcam profundamente a paisagem transformada, ou seja, as perdas são imensas e vividas pelas famílias atingidas como incomensuráveis. A macromania impera nestas representações oficiais tanto quanto nas narrativas literárias sobre a Amazônia, consistindo, em certa medida, num obstáculo ao entendimento das realidades locais.

Face à devastação dessa ruínia e aos destroços dispersos pela floresta está-se diante, em verdade, de uma museificação aparentemente involuntária e imprevista, que revela uma historicidade da morte ou um cemitério de imensos artefatos de ferro batido, contorcidos como trágicas esculturas de escombros e cobertos pela vegetação rasteira e pelo musgo esverdeado dos limos intrínsecos à vegetação densa das matas tropicais. Carcaças de veículos, rios contaminados, nascentes e olhos d'água ecologicamente comprometidos e grandes áreas devastadas ou sob desmatamento com substâncias tóxicas, que dificultam uma recomposição florestal, compõem esta paisagem decadentista. Isto sem dizer da inconcludência da rodovia Perimetral Norte, traçada por estrategistas militares do período ditatorial, reduzida a imensos trechos carroçáveis, sucumbindo às erosões, como no caso do Trombetas, além de Cachoeira Porteira, que segundo os mais velhos das comunidades locais por ela atingidas “liga o nada a lugar nenhum”, tal como um trecho da Br-163 que saíria da própria Cachoeira Porteira em direção à fronteira internacional. Nesta mesma direção vale mencionar as dezenas de ‘buracos das pesquisas de sísmica’, dispersos pelas florestas do médio e alto Trombetas e pelas regiões adjacentes ao baixo Juruá, no Acre, que foram abandonados pelas mineradoras e empresas que pesquisavam incidência de petróleo, sem terem sido devidamente tapados e jazem a céu aberto, constituindo hoje terríveis covas mortuárias de uma fauna já deveras ameaçada. Esqueletos de animais, cadáveres em decomposição, apodrecendo no fundo destes poços fétidos, cujo mal cheiro se espalha pela floresta, evidenciam a putrefação em marcha e a tragédia dessa devastação.

Estamos descrevendo exemplos de uma paisagem dantesca, infernal, que tem nos governos ditatoriais, entre 1964 e março de 1985, um dos ápices desta inconcludência, cujos megaprojetos em virtude de incúrias de várias ordens tornaram-se evanescentes. Por toda parte, um estado de ruína e podridão, de escuro e de negligência, uma total ausência de desvelo, que revela a completa inobservância das

orientações elementares de planejamento e uma perda do senso moral e do respeito constitucional aos direitos dos povos e comunidades tradicionais, resultando em repetidas práticas de inspiração genocida<sup>6</sup> dispersas por toda a Amazônia.

6- Foi nos esforços deste trabalho de pesquisa que detectamos, atualmente, aquela constelação de termos e expressões que compõem um léxico peculiar, a ser devidamente desvendado, ao se focar situações sociais concernentes a uma multiplicidade de atos de Estado referidos a estes megaempreendimentos. Em sua versão mais recente eles são designados usualmente como “corredores logísticos”, “corredores ecológicos” e “corredores biológicos” ou simplesmente “complexos<sup>7</sup>”. A noção de ‘complexidade’, tal como referida na produção científica e no discurso colonialista dos planejadores, modifica radicalmente a visão clássica de uma ‘progressão’ linear na história das atividades econômicas de uma determinada região e aponta para uma intervenção disruptiva, que as impele idealmente, num ato de força, para o cume de uma curva ascendente. Assim projetam os gráficos dos planejadores, quando propõem imperativamente a construção de uma hidrelétrica, de uma ferrovia, de um porto, de uma hidrovia e de uma rodovia ou quando iniciam uma exploração mineral em grande escala, conjugada com um rosário de unidades de preservação ambiental e de terras tradicionalmente ocupadas. A Amazônia, neste sentido, é uma das ilustrações mundialmente mais completas desse vasto e dramático campo de projeções, pouco importando se a modalidade de desenvolvimento capitalista<sup>8</sup> se funda nas políticas de ‘proteção’ ou naquelas de ‘protecionismo’, ou seja, numa vertente autoritária ou numa vertente liberal do capitalismo.

Um elemento de destaque em tais iniciativas econômicas refere-se aos elevados índices de concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse ou conglomerados econômicos vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo, que resulta invariavelmente em deslocamentos compulsórios de populações, bastante similares às práticas de ‘*déracinement*’ engendradas pelas

---

<sup>6</sup> Consulte-se o trabalho do antropólogo Shelton H. Davis - *Victims of the Miracle: Development and the Indians of Brazil*. Cambridge University Press. 1977

<sup>7</sup> Vide Almeida, A.W. B. de (org.) – *Conflitos sociais no Complexo Madeira*. Manaus. UEA-Edições/PNCSA. 2009. Consulte-se também junto ao MPF a documentação relativa ao “Complexo das Lajes” ou Polo Naval projetado para as margens do Rio Amazonas na região metropolitana de Manaus.

<sup>8</sup> Leia-se- Alfredo W. B. de Almeida – “Cartografia Social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da “proteção” ao “protecionismo”. In Silfert, Magalhães e Lastres (orgs.) – Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia. Rio de Janeiro. BNDES. 2014. Pp.350-369

economias de guerra dos colonialistas na África e na Ásia. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos.

Em termos jurídicos se está diante da usurpação do instituto das terras tradicionalmente ocupadas<sup>9</sup> e, por extensão, das chamadas ‘terras comunitárias’, as ‘*communities lands*’ e as ‘*tierras comunales*’ de grupos étnicos e de povos originários. Tal fato pode ser observado em diferentes países com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (cana-de-açúcar, soja, algodão, eucalipto, dendê, pinus, acácia-mangia, milho), a pecuária extensiva, a extração mineral<sup>10</sup> e obras de infraestrutura para escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, aeroportos), além dos dutos (oleodutos, minerodutos, gasodutos), e para a produção e transmissão de energia (hidrelétricas, parques eólicos e ‘linhões’). Este quadro de conflitos mostra-se agravado com as acentuadas e incessantes flutuações do mercado de *commodities* mínero-metalúrgicas e agrícolas. A privatização de recursos hídricos para a geração de energia, para irrigação de grandes plantações, para agropecuárias e para lavagem de minérios completaria este quadro.

Tal como destaca Farias Jr. (2016), para a região do Trombetas, assiste-se na América do Sul, há mais de meio século, à operacionalização do termo “polo de crescimento”, fundamentado na teoria de François Perroux, professor do Collège de France e da Universidade de Paris, articulada com medidas integracionistas aplicadas pelos respectivos governos na implementação dos denominados “planos de desenvolvimento regional”. Tais medidas administrativas estavam inicialmente apoiadas nesta noção de “polos”. Em um momento posterior, prevaleceram as teorias

---

<sup>9</sup> Consulte-se Artigo 14 da Convenção 169/OIT – Convenção sobre povos indígenas e tribais em países independentes. Leia-se também: i) Art.231 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, ii) Art.63 da Constitución Política de Colômbia, de 04 de julho de 1991. Colômbia e Brasil ratificaram a Convenção n.169, em 07 de agosto de 1991 e em 25 de julho de 2002, respectivamente e iii) Art. 63, The Constitution of Kenya, e os denominados *The Land Acts: The Land Act, 2012, The National Land Commission Act, 2012 e The Land Registration Act, 2012*.

<sup>10</sup> Uma das situações mais conflituosas na Amazônia concerne à mineradora Belo Sun na região do Rio Xingu, Brasil. Consulte-se os relatórios do grupo de pesquisa coordenado pela Profa. Rosa Acevedo Marin, a saber: Elielson Pereira da Silva- *Dossiê fundiário sobre a mineração da Belo Sun no PA Ressaca*. Belém, PN CSA. Janeiro de 2018. E também: Maria do Socorro Conceição: *Dossiê: Belo Sun Mineração Ltda*. Belém, PNCSA. Julho de 2017.

de Walt Rostow, economista do M.I.T., que assessorou governos ditatoriais no Brasil, sobre os “estágios do crescimento econômico” ou o que ele considera as necessárias “etapas de desenvolvimento”. Atualmente, medidas desenvolvimentistas<sup>11</sup>, que são também interpretadas como expressões do ‘neocolonialismo’, ganham força a partir de megaprojetos logísticos e de infraestrutura, cuja designação concerne, como a metáforas geométricas, tais como: ‘trapézio’, ‘quadrilátero ferrífero’ e ‘arco *minero*’, além de ‘corredor (*corridor*)’ e ‘complexo’. Podemos citar, para tanto, no caso da Panamazônia, o ‘Corredor Carajás’, o ‘Trapézio Amazônico’ colombiano, o ‘Complexo Madeira’ e o projeto do ‘Arco Norte’, no Brasil, conjugados com os chamados ‘corredores ecológicos’ e noções correlatas tais como: ‘Arco do Desmatamento’, ‘Polígono dos Castanhais’ e ‘mosaicos’ de proteção ambiental<sup>12</sup>. No caso da Venezuela, pode-se mencionar o ‘Arco Minero’, ao sul do Rio Orinoco. No caso da Colômbia, cabe citar o ‘Trapézio Amazônico’. Na Nicarágua, tem-se o ‘Gran Canal’, em construção, que liga o oceano Atlântico ao Pacífico. No Panamá constata-se a duplicação do Canal do mesmo nome.

7- Com respeito à África cabe ressaltar o denominado ‘corredor de Nacala’, no norte de Moçambique, e o ‘*LAPSSET Corridor*<sup>13</sup>’, referido geograficamente à Etiópia, ao Quênia, ao Sudão do Sul e a Uganda. No caso da Índia, tem-se o ‘*Delhi-Mumbai Industrial Corridor* (DMIC<sup>14</sup>)’, que foi iniciado em 2008, com o propósito de reformular a ocupação territorial ao longo de 1.500km entre a capital, Delhi, e o maior ‘polo econômico’ do país, Mumbai, no Oceano Índico (Mar da Arábia).

No caso da China, verifica-se a revitalização das ‘Rotas da Seda’, que ligam a China meridional ao Mar Mediterrâneo e à Europa, facilitando a circulação de mercadorias com o armazenamento e distribuição de bens industriais e agrícolas. No caso da Rússia tem-se o ‘Corredor do Gás’, que vai da fronteira russa com a China à Europa Ocidental, consistindo, em verdade, numa série de gasodutos que transportam o gás natural através do Mar Báltico e o redistribuem através da Alemanha.

---

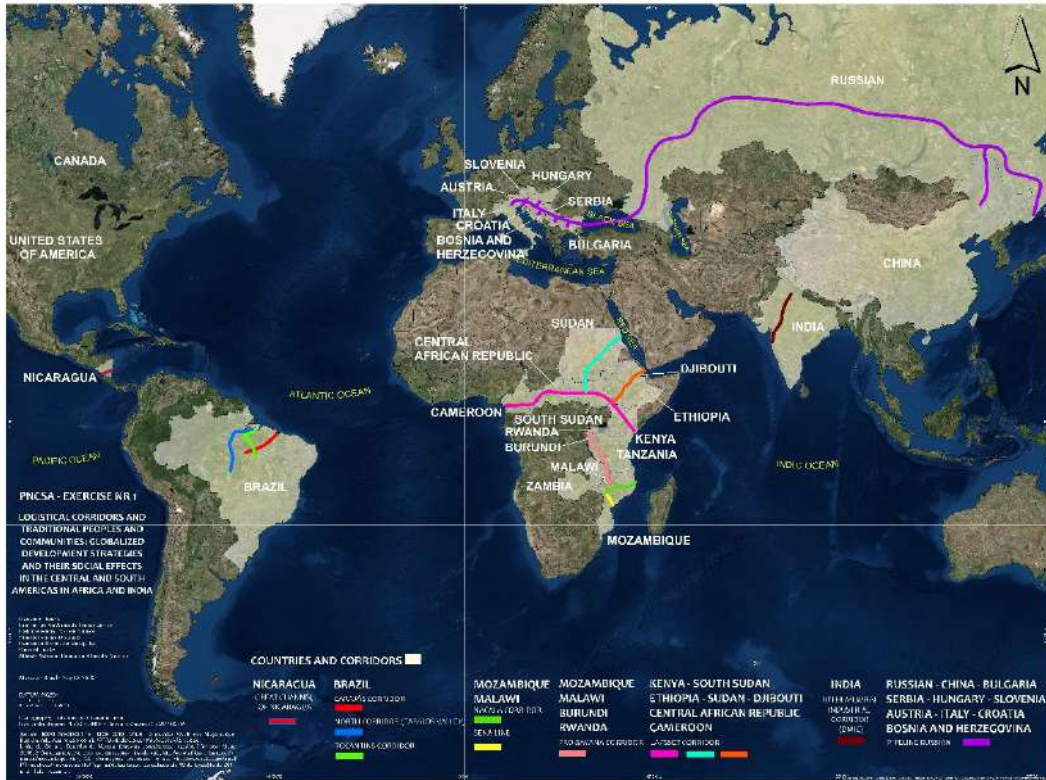
<sup>11</sup> Leia-se Almeida, *ibid.* 2014

<sup>12</sup> Consulte-se, para tanto: Emmanuel de Almeida Farias Jr. - *Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira*. Manaus, Tese defendida junto ao PPGAS-UFAM. Manaus, 2016

<sup>13</sup> Leia-se Silvester Kasuku- *Lapsset Corridor development authority. Presentation to Architectural Association of Kenya Annual Convention*, Mombasa. August. 2014

<sup>14</sup> O DMIC é regido por uma ‘development corporation’ gerida pelo Estado indiano em parceria com o Banco de Desenvolvimento do Japão.

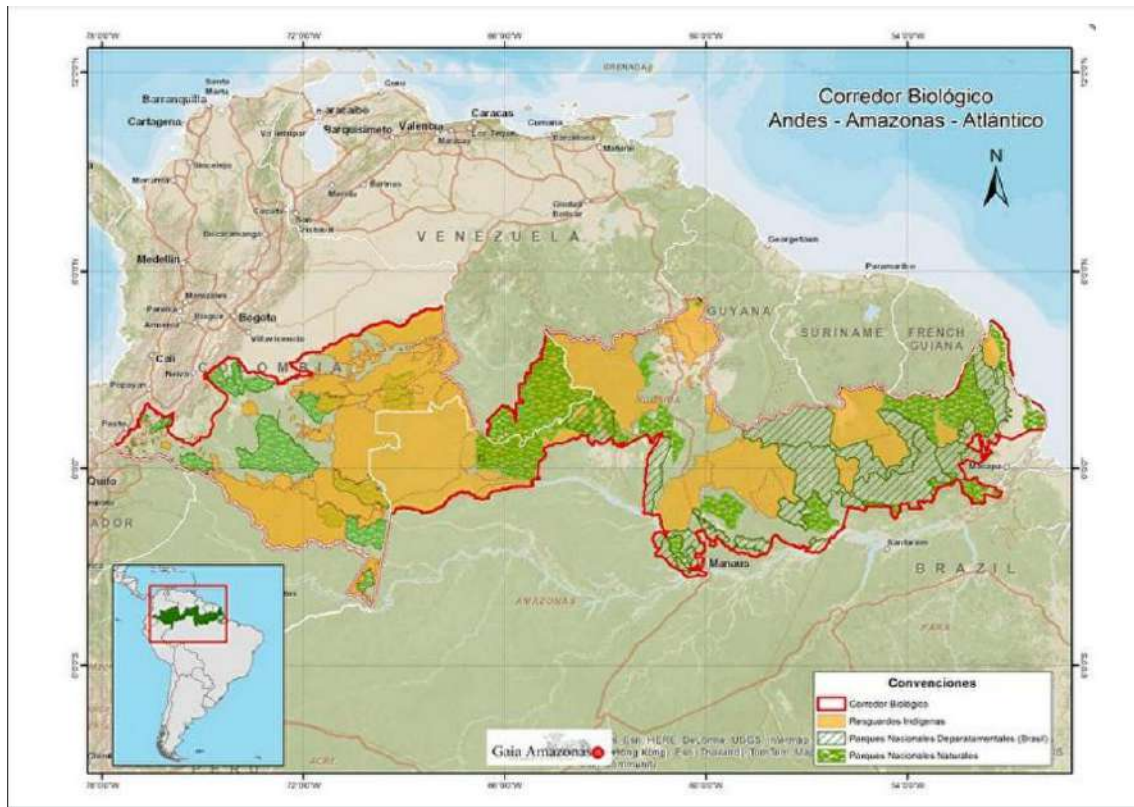
Mapa 1



8- Com esta abordagem mais abrangente, podemos retornar análise para a Panamazônia como realidade empiricamente observável na qual o denominado ‘modelo agromineral’ dita estrategicamente as iniciativas comerciais. Na Amazônia brasileira vamos registrar: o ‘Corredor Carajás’, 900 km de ferrovia, recém-duplicada, que se estende das minas de ferro e ouro da Serra dos Carajás, no Sul do Pará, ao porto de Itaqui (MA), no oceano Atlântico. O ‘Complexo Madeira’, que vai da floresta amazônica boliviana, avizinhada dos contrafortes dos Andes, ao Rio Amazonas e demais complexos portuários (Itacoatiara, Coari (AM), Miritituba (PA), referidas às agroestratégias que balizam o chamado ‘Arco Norte’, corredor de exportação.

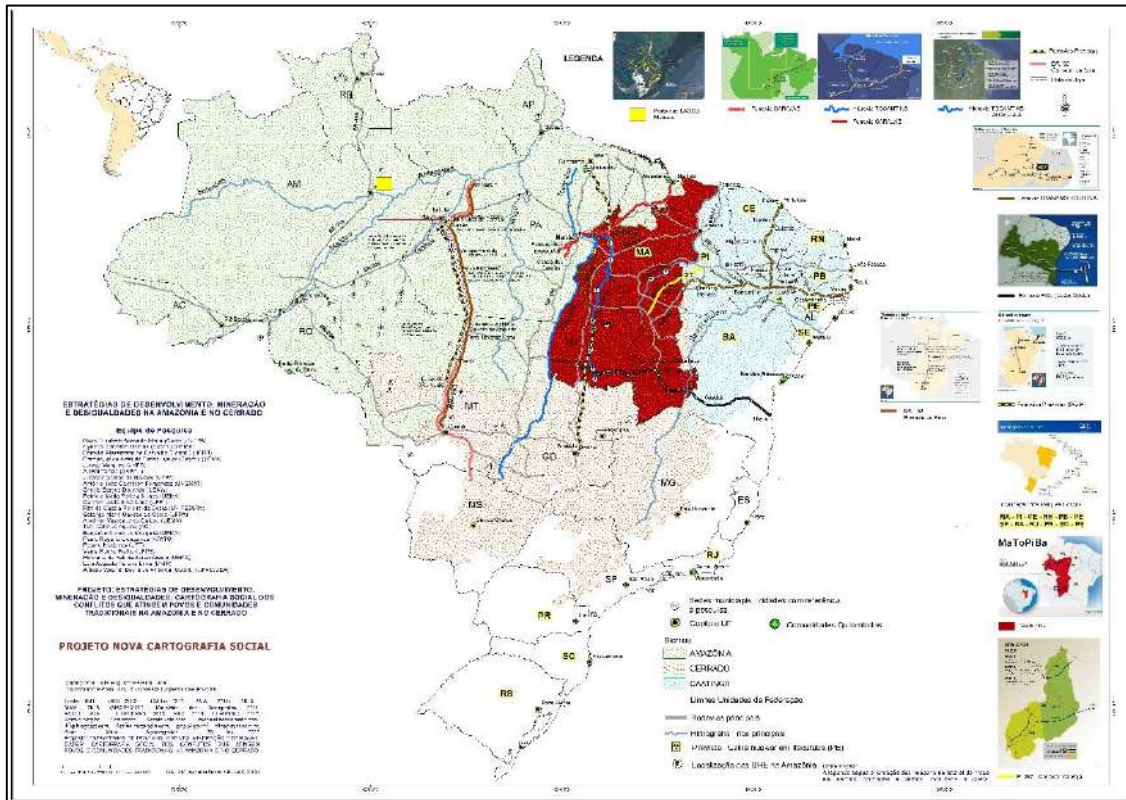


Mapa 3



A justificativa se refere aos corredores como responsáveis diretos pela redução do custo de *commodities* agropecuárias, minerais e metalúrgicas, cujos mercados estão em expansão acelerada mediante uma elevação geral dos preços. Compreendem também grandes ferrovias que, tal como a estrada de ferro Carajás, cortam terras indígenas e unidades de conservação ambiental, quais sejam: a ‘Ferro-Grão’, com 930 km, ligando a área de sojicultura de SINOP (MT) ao ‘complexo portuário de Miritituba’ (PA); a ‘Transnordestina’, ligando o Porto de Pecém (CE) até o cerrado do Piauí, em região do Matopiba, numa extensão de 1.750 km, e a ‘Norte-Sul’, ligando as grandes plantações de soja do Maranhão e Tocantins ao centro redistribuidor de Anápolis (GO).

Mapa 4



O mais recente ‘corredor ferroviário’ se refere à ‘malha ferroviária Bioceânica’ ou ‘Rota Bioceânica’, que compreende três projetos de ferrovia que ligariam os oceanos Atlântico e Pacífico. A que corta o sul da região amazônica e que diz respeito à presente comunicação, teve seu acordo ratificado a partir de acordo firmado pela China, Peru e Brasil, em maio de 2023, e está prevista para ser concluída em dois anos, ligando o Atlântico, em Porto Açu, no norte do Estado do Rio de Janeiro, ao porto peruano no Pacífico, após cortar o norte de Minas Gerais, o norte de Mato Grosso, Rondônia e Acre seguindo para a costa peruana. Regiões de plantação de soja do Norte do Mato Grosso, de Rondônia e, inclusive, da Bolívia poderiam utilizar este corredor de exportação direta para o continente asiático. Tal ferrovia perfaz 5.000km.

Mapa 5



### Ferrovia Bioceânica

É possível também enfatizar o uso da expressão ‘arco do desmatamento’, empregada usualmente por ambientalistas, geógrafos e planejadores oficiais, para designar uma grande região com altos índices de devastação<sup>15</sup>, e ‘mosaico’ para designar os módulos componentes das diferentes modalidades de ‘corredores ecológicos’ planejados.

Estas metáforas geometrizaras, universalizadas pelas políticas de globalização, consistem em estratégias discursivas contemporâneas do neocolonialismo e merecem ser objeto de reflexão e de debates mais detidos a partir dos trabalhos com os quais este texto passa a ter interlocução. Além do mais, tais metáforas apresentam, hoje, múltiplas significações, quanto a uma definição dos planejadores, que visam uma interligação logística através de infraestrutura rodoviária, ferroviária e portuária, possibilitando intensificar a circulação de *commodities* entre os oceanos Atlântico e Pacífico – caso do Gran Canal, da Nicarágua – ou entre os oceanos Índico e o Atlântico,

<sup>15</sup> O Msc. Nicolas Ramirez realizou esta discussão sobre metáforas geométricas instituídas para designar certas regiões de fronteira, como a classificação do governo colombiano de ‘trapézio amazônico’, na dissertação intitulada *Disciplina que gera indisciplina: configuração de um conflito socioambiental no baixo Caquetá – Japurá*, defendida no PPGAS-UFAM, em 2016. Pode-se citar também o caso do Arco Mineiro na Venezuela.

do qual o LAPSSET consiste numa etapa inicial. A figura abaixo apresentada sintetiza os principais ‘corredores’, incluindo o gasoduto Rússia/Comunidade Europeia e Rússia/China e a rota seda a partir da China alcançando o Mediterrâneo.

Para os planejadores, a noção de ‘corredor’ estampa as relações sociais entre produtor e consumidores, abrangendo as vias por onde escoam produtos, bens e serviços. Trata-se da ligação entre o circuito de produção e aquele da circulação de mercadorias. Do ponto de vista ambiental, o significado é outro, a noção de ‘corredores ecológicos’ tem sido usada para relacionar a interligação de grandes áreas destinadas à proteção ambiental, enquanto os chamados ‘corredores biológicos’ possuem um significado avizinhado, ao privilegiarem áreas de incidência de determinadas espécies consideradas prioritárias, do ponto de vista do patrimônio genético. Tais unidades de conservação e/ou preservação são conjugadas usualmente com terras indígenas e quilombolas, com terras de seringueiros e castanheiros, sob a classificação homogeneizadora da figura metafórica de ‘mosaico’, como a compor desenhos emendados, com elementos justapostos e sequentes. O exemplo mais contundente refere-se à proposta de um ‘corredor ecológico’, também chamado ‘corredor biológico’, compreendendo vários ‘mosaicos’, que se estende do oceano Pacífico, região ao sul de porto Buenaventura, na Colômbia, até o oceano Atlântico, na foz do Rio Amazonas, no Estado do Amapá, Brasil. Este corredor, proposto por ONG’s ambientalistas, é vulgarmente conhecido como AAA (Andes, Amazônia e Atlântico) e o MPF/AM já instaurou um inquérito solicitando de seus executores maiores e mais detalhadas informações acerca de sua implantação.

9- Estes esclarecimentos elementares contribuem para uma compreensão mais abrangente destas situações sociais referidas aos megaprojetos e dos conflitos que as caracterizam, notadamente os que dizem respeito aos povos indígenas e quilombolas e demais comunidades tradicionais mediante o avanço de empresas mineradoras e de empreendimentos dos agronegócios sobre seus territórios. Sua leitura propicia condições para um debate mais detido, entre acadêmicos de diferentes países e universidades, sobre estas iniciativas governamentais e as estratégias empresariais em jogo, assim como um debate sobre as formas de mobilização dos movimentos sociais concernentes aos denominados ‘atingidos’, consoante o ponto de vista dos próprios povos e comunidades tradicionais afetados e suas mobilizações étnicas respectivas.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A.W. B. de (org.) *Conflitos sociais no Complexo Madeira*. Manaus: UEA-Edições/PNCSA. 2009.

ALMEIDA, A.W.B. de. "Cartografia Social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da "proteção" ao "protecionismo". In SILFERT, MAGALHÃES E LASTRES (orgs) *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia*. Rio de Janeiro. BNDES. 2014. Pp.350-369

DAVIS, Shelteon H. *Victims of the Miracle: Development and the Indians of Brazil*. Cambridge University Press, 1977.

FARIAS Jr., Emmanuel de Almeida. *Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira*. Tese defendida junto ao PPGAS-UFAM. Manaus, 2016.

PETIIJEAN, Patrick & DOMINGUES, Heloisa Bertol. *A UNESCO, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e a antropologia no final dos anos 40*. Hal archives- ouvertes. Nov. 2006

RAMIREZ, Nicolas. *Disciplina que gera indisciplina: configuração de um conflito socioambiental no baixo Caquetá – Japurá*. Dissertação defendida junto ao PPGAS-UFAM. Manaus, 2016.

# LA SUSTENTABILIDAD EN LA AMAZONÍA ECUATORIANA, PUESTA A DEBATE

Ivette Vallejo Real<sup>1</sup>

En este artículo inicio con algunas reflexiones sobre las categorías del desarrollo sustentable y la sustentabilidad, y las discusiones generadas sobre sus alcances. Se discute las insustentabilidades de la Amazonía ecuatoriana abordadas en la producción académica, con respecto al extractivismo del petróleo, minería y crecimiento urbano. Culmino con una presentación general sobre cómo desde la base territorial emergen propuestas de construcción de sustentabilidad basadas en ontologías relacionales y categorías propias, desde los pueblos y mujeres indígenas, así como propuestas desde el activismo ecológico, que amplían el espectro de lo que se entiende por sustentabilidad.

## **Revisitando la sustentabilidad como categoría. A manera de introducción.**

El desarrollo sustentable emergió como categoría desde 1983 con el Informe Brundtland de la Comisión Mundial sobre Medio Ambiente y Desarrollo bajo el lema ‘Nuestro Futuro Común’, que apuntaló la idea de la armonización entre desarrollo y conservación. Se definió, entonces, el Desarrollo Sustentable como “aquel que garantiza las necesidades del presente sin comprometer las posibilidades de las generaciones futuras para satisfacer sus propias necesidades” (Comisión Mundial para el Medio Ambiente y el Desarrollo, 1987). En la Cumbre de la Tierra, 1992, en Río de Janeiro, en la Cumbre de Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo nuevamente se hizo mención al desarrollo sustentable, señalando tres esferas: la económica, la social y la ambiental. Se apuntó a principios de equidad, participación, seguridad, sustentabilidad y gobernabilidad.

En lo posterior, organismos internacionales, ONGs, gobiernos, ambientalistas de países centrales y periféricos adoptaron la categoría del desarrollo sustentable; así también las investigaciones académicas, aludiendo como sinónimos sustentabilidad, sostenible y sustentable. Si bien, hay autores que han intentado diferenciarlas, la tendencia ha sido utilizarlas como sinónimos.

---

<sup>1</sup> Doctora en Ciencias Sociales (Universidade de Brasilia). Master en Antropología Social (CIESAS México D.F). Profesora Investigadora del Departamento de Economía, Ambiente y Territorio, Flacso Ecuador.

En general podríamos decir que desde la década de los ochenta (en el siglo XX), hasta el presente, en la segunda década del XXI, la idea de sustentabilidad ha derivado en puntualizaciones para evaluarla en términos de indicadores, de cumplimiento de metas o estándares, y que todo apunta a un interés por adoptar cuestiones regulatorias ligadas a la tecnología y ciencia. Pareciera que la cuestión de la sustentabilidad depende del conocimiento experto.

La categoría del desarrollo sustentable ha sido puesta en cuestión desde hace algunos años atrás por distintos autores. Desde el pensamiento crítico latinoamericano, del grupo de investigación modernidad /colonialidad, autores como Escobar (2014), Quijano (2000) y Lander (2000), entre otros, han calificado a la categoría como un *oxímoron*, que ha permitido continuar privilegiando el crecimiento económico; subordinando al medio ambiente a lo económico. Esteva (1997) hace mención a un cosmético tratamiento del desarrollo con la categoría de sustentabilidad que prosigue con la mercantilización de los bienes naturales; sin que se cuestione el incremento de la productividad y del consumo dentro del interminable ciclo capitalista de desarrollo y sus finalidades de acumulación irracional de capital. Para Leff (2004), el principio de la sustentabilidad emerge en el contexto de la globalización. El énfasis ha estado puesto en la equidad transgeneracional (humana), siguiendo una matriz antropocéntrica.

No existe una comprensión necesariamente homogénea sobre cuáles son los criterios para definir cómo avanzar hacia la sustentabilidad. Es por ello que hay autores que plantean que existen distintos modelos de sustentabilidad, que no necesariamente apuntan hacia lo mismo. En los distintos modelos de sustentabilidad/sostenibilidad fuerte, débil, radical, sensible (Bebbington, 2001; O'Connor J, 2002), la cuestión es la capacidad de sustitución del capital natural. La sostenibilidad débil es aquella desde la que se posicionan Estados, empresas privadas/transnacionales, permitiendo la sustitución de la naturaleza por capital financiero. En un modelo de sostenibilidad débil, se conjuga una fuerte comparabilidad de valores. Mientras tanto, en una sostenibilidad fuerte la sustituibilidad de la naturaleza tiene mayor oposición y resquemores. Una sostenibilidad fuerte emerge de una débil comparabilidad de valores entre capital natural, con relación al capital financiero, capital social y humano.

En la sustentabilidad débil, la tecnología y la cuantificación son pilares. El deterioro del capital natural no es tan importante, ya que se piensa que se puede

recuperar mediante inversión y que el agotamiento de recursos naturales puede ser compensado por cambios tecnológicos, utilizando otros recursos o mediante la sustitución por capital económico. El capital natural en definitiva es visto como complemento del capital manufacturado por el ser humano (Daly, 1992; Proops *et al.*, 1996). Se admite la sustitución ilimitada de recursos naturales que se agoten, siempre y cuando la tecnología evolucione (Collel, 1994). La sustentabilidad fuerte, en cambio, se guía por criterios de precaución; se posiciona claramente la contradicción existente entre desarrollo económico y preservación ambiental por efectos de la actividad humana en el entorno. Se señala la irreversibilidad de ciertos procesos naturales y la incertidumbre en la evolución de ecosistemas y su deterioro. Se genera reflexión sobre la sostenibilidad planetaria; se atiende a los límites de la sustituibilidad del capital natural (Pearce y Turner, 1993).

En el desarrollo sustentable, la sostenibilidad se ha tornado una categoría elástica, impregnada de una lógica economicista, que sigue atrapada en el imaginario occidental y colonial que concibe que el desarrollo puede continuar de manera indefinida, lo que supone seguir con la idea de recursos infinitos, a pesar de las evidencias de la crisis climática global. Además del sentido elástico del término, también se ha generado un cuestionamiento a los limitados alcances del desarrollo sustentable en lograr concreciones.

Críticas acuciosas provienen del ecomarxismo o materialismo ecológico, del abordaje de las dinámicas del metabolismo social (de las sociedades del norte, industriales) y el cada vez más enfático requerimiento de materiales y energía de la periferia que provoca una suerte de “dumping ecológico”, en que ciertos territorios son convertidos en fronteras de extracción de mercancías o materias primas (O’Connor J, 2002; Moore, 2000). Hay todo un debate sobre si es la economía la que se quiere sostener o la naturaleza (Rosenau, 2003:1). Hay cuatro formas de entender la sostenibilidad: 1) “sostener el curso” de la acumulación capitalista a escala global; 2) “proporcionar medios de vida” a los pueblos del mundo; 3) “sostenerse sin ceder”, por parte de aquellos cuyas formas de vida están siendo subvertidas por las relaciones salariales y mercantiles, y la 4) referente a la “sostenibilidad ecológica”, aun cuando es escaso el acuerdo entre los científicos de la ecología respecto al significado preciso de esta expresión (O’Connor 2002:28). En general, sigue siendo un concepto “que equilibra

sospechosamente los intereses de quienes defienden el crecimiento económico y la acumulación de riqueza como fines últimos del sistema económico” (Picado, 2016:34).

Estamos en una fase de expansión del capitalismo, con expresiones en la internalización de la naturaleza por el capital. Tan es así que el capitalismo aprovecha de las crisis ecológicas, incluso la climática, para reinventarse, continuar e incluso profundizar los procesos de acumulación del capital (Brockington y Duffy, 2010; Durand et al., 2019). Así se generan planteamientos de mercado para hacer frente al cambio climático; “soluciones verdes” se apuntan para resolver la crisis climática, con la idea de que, además su financiación, apuntará nuevas oportunidades. Frente a ello, la crítica precisamente está puesta en el “verdeamiento” del capitalismo; es decir, en el disfraz del capitalismo revestido de verde o capitalismo verdeado, en que se da el ejercicio sistemático por incorporar todas las dimensiones de la naturaleza a la lógica de acumulación del capital (Brand, 2012). Proyecto global, que encamina sus esfuerzos a construir “un mundo en el cual el capital rehace la naturaleza y sus productos, biológica y físicamente, a su propia imagen” (O’Connor M, 1993: 281).

Dentro de la fase del Capitalismo verde, se analiza críticamente los alcances que pueden tener cuestiones como la bioeconomía, los bonos de carbono en medio de las políticas tendientes a la mitigación del cambio climático. La pregunta está puesta en si no será algo más de lo mismo que conduce a la capitalización de la naturaleza. Por otra parte, con más de tres décadas de hablar del desarrollo sustentable y de sustentabilidad, persiste en el mundo, en América Latina, desigualdad social, política y económica. Persisten inequidades económicas y la distribución ecológica desigual en el acceso a la naturaleza; y en lo que respecta a la distribución de cargas desproporcionadas de contaminación y toxicidad concentradas en la periferia del sistema mundo. Tal como ocurre con la Amazonía y sus poblaciones (indígenas, campesinas, ribereñas).

La razón del capitalismo es la explotación sin límites de la fuerza de trabajo y de la naturaleza, al ser la acumulación de capital la finalidad última, lo que es incompatible con la sustentabilidad ambiental y con la justicia social /justicia ecológica / justicia climática. Está el peligro además actualmente, de que nuevas formas de desplazamiento de comunidades locales se desplieguen y se avizora que nuevos intereses se ciernan sobre los territorios amazónicos, como la estampida de los ‘carbon cowboys’, dentro de la climatización de los territorios (Ulloa, 2011).

Mientras la sustentabilidad se enfoca en políticas en múltiples escalas con miras a una equidad intergeneracional (proteger las necesidades de las generaciones futuras), el marco de la justicia ambiental ha tendido a enfocarse en políticas concentradas en lo local, en el presente y en distinguir la desproporción de las asimetrías que afectan a ciertos grupos en particular (Agyeman et al., 2002). Las agendas de la sustentabilidad se han erigido en procesos de arriba hacia abajo, en contraste a demandas de justicia ambiental que se levantan desde las raíces de lo local respondiendo al racismo ambiental; por lo que se hace necesario una “sustentabilidad justa”, con funciones redistributivas (Agyeman, 2008); desde una noción de justicia interseccional y descolonial.

A través de sinergias, *trade-offs* y contradicciones, las metas del Desarrollo sostenible (ODS) tienen el potencial de conducir a justicias e injusticias ambientales (Larrea C; La Torre S, Martínez Alier, et al., 2019). Muchos problemas ambientales son problemas de justicia. La incorporación de justicia ambiental para humanos y justicia ecológica para no humanos debe ser un pre-requisito para la sustentabilidad. Los gobiernos y otros grupos de interés deben considerar las contradicciones inherentes al foco del desarrollo sostenible puesto en el crecimiento económico, que ha llevado a una degradación ambiental extensiva, a la pérdida de especies no humanas, daño a la salud y bienestar de poblaciones marginalizadas.

A continuación, abordaré los problemas de la insustentabilidad que se presentan en la Amazonía, más específicamente en la Amazonía ecuatoriana tratados desde la Academia. Trataré la deforestación, los extractivismos petrolero y minero, así como el crecimiento urbano como problemáticas que se discuten en términos de la insustentabilidad.

## **1 - La Amazonía ecuatoriana y sus problemas de insustentabilidad**

En el Ecuador, en los últimos 26 años, se ha perdido más de 2 millones de hectáreas de bosque tropical, causado por un modelo económico dependiente de la explotación de bienes primarios (minerales, petróleo) y agricultura (Torres et al., 2020). Varios trabajos académicos han abordado los problemas de insustentabilidad que enfrenta la Amazonía, concentrándose en la deforestación y en la expansión de la agricultura; estimándose que para el 2050, 40% de los bosques amazónicos podrían ser

reemplazados por tierra agrícola, liberando emisiones de carbono hacia la atmósfera. Sus efectos están principalmente relacionados con inundaciones y reducción de la disponibilidad de acceso a agua limpia. Los cambios en el uso del suelo, la deforestación en el contexto del cambio climático son factores que hacen los bosques amazónicos más vulnerables y a las poblaciones más expuestas a problemas de salud y soberanía alimentaria, al reducirse la diversidad existente en los bosques.

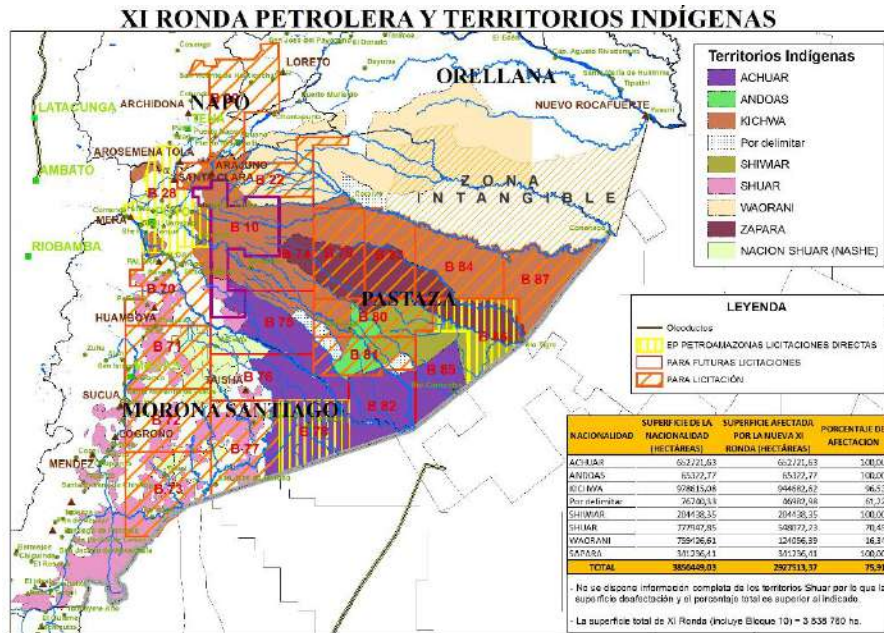
Inciden en gran medida en la deforestación la falta de coordinación interinstitucional entre ministerios sectoriales y las instituciones con competencia en el ordenamiento territorial, como son los gobiernos seccionales (Latorre y Bravo, 2022).

El crecimiento económico conlleva a una super explotación de la naturaleza en la Amazonía por la profundización de los extractivismos (forestal, petróleo, minería) y los megaproyectos de hidroenergía. Estudios que relacionan el extractivismo petrolero, el desarrollo sostenible, el diseño de la política petrolera y gobernanza petrolera se han venido realizando desde hace varias décadas en el marco del neoliberalismo (Bustamante, 2008). La mala gestión ambiental, la falta de transparencia en el manejo de la información (en particular los estudios de impacto ambiental e informes de monitoreo), la ineficiencia de los mecanismos de control, la hegemonía del ministerio del ramo (Energía y Minas) sobre la autoridad ambiental (Ministerio de Ambiente) son algunas de las cuestiones que generan conflictividad en la Amazonía ya por varias décadas (Fontaine, 2009).

Más recientemente, trabajos de Bayón y Wilson (2017); Coba y Bayón (2020); Cielo, Coba y Vallejo (2016) han abordado dinámicas de insustentabilidad existentes en la Amazonía norte de Ecuador, ligadas a la profundización del extractivismo petrolero durante el super ciclo de los *commodities* (2012-2015). Vallejo (2014); Vallejo y Duhalde (2016) han analizado la alta conflictividad generada por el interés de la ampliación de la frontera extractiva del petróleo hacia la Amazonía centro y sur, en el marco de la XI Ronda petrolera. Han profundizado en cómo en el neoextractivismo, impulsado por el socialismo del Siglo XXI, se efectuó un uso retórico de la sustentabilidad, justificando más extractivismo con ofrecimientos como garantizar una explotación de hidrocarburos social y ambientalmente sostenible con una estructura de mitigación de riesgos ambientales, redistribución prioritaria de la renta petrolera para las comunidades localizadas en zonas de exploración y producción de hidrocarburos para “desterrar la

pobreza”, transformar la histórica marginalidad de la Amazonía, inclusión social y Buen Vivir (*Sumak Kawsay*).

Figura 1. Mapa de XI Ronda petrolera



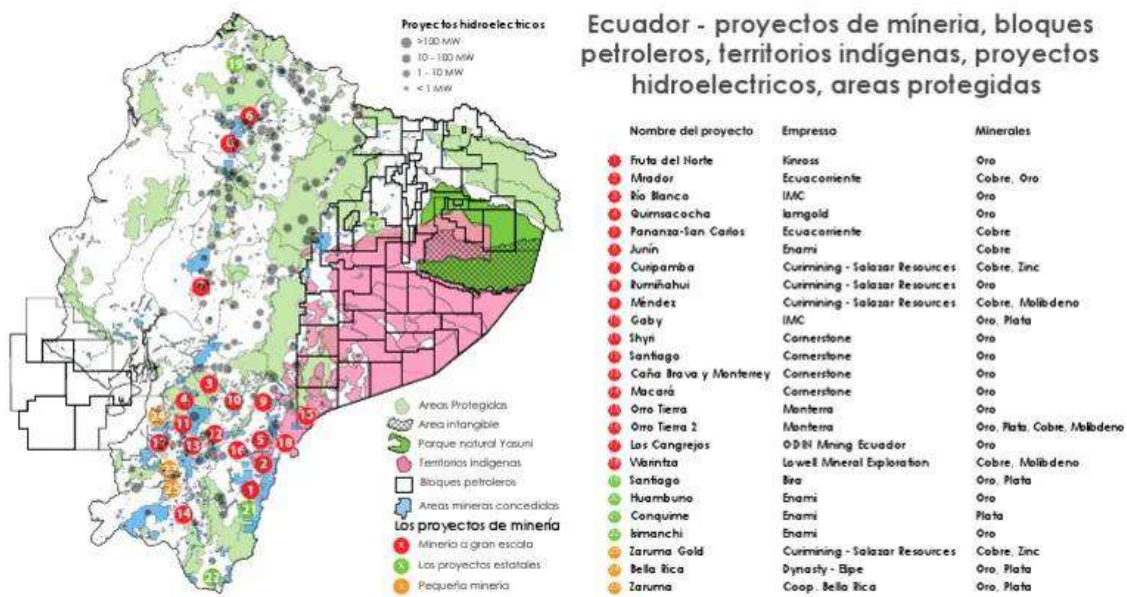
Fuente: Mazabanda 2013.

Algunas de las inversiones en la Amazonía, con cierto porcentaje de la renta petrolera, derivaron en la construcción de Ciudades del Milenio, Unidades Educativas del Milenio impulsadas entre 2012-2015. A la larga fueron una expresión de un barroquismo moderno, que despertó cierta ilusión (Wilson y Bayón, 2017); no obstante, mantuvo la dinámica de dependencia y reprimarización de la economía del país.

En el caso de la minería metálica se ha tornado en nueva amenaza a la sustentabilidad ambiental en la Amazonía en sus distintos formatos, principalmente la mediana minería y la gran minería; así como la minería informal, habiendo fronteras difusas entre estas (Acosta y Cajas, 2018; Acosta y Sacher, 2012). Tierras campesinas y territorios de pueblos indígenas se concesionan por el Estado sin procesos de consulta ambiental y sin procesos de consulta previa libre e informada, derechos reconocidos en la Constitución del Ecuador. Los proyectos de minería a gran escala en fase de explotación en los proyectos Mirador, Fruta del Norte y Panantza San Carlos, en la

Cordillera del Cóndor<sup>2</sup>, han generado presión sobre territorios de comunidades de la nacionalidad shuar, comunidades indígenas y campesinas, generando alta contaminación de ríos como el Quimi. Además, en casos como la mina Mirador, tiene inminentes riesgos por el tipo de relaveras construidas por la empresa china Ecuacorrientes EXSA.

Figura 2. Territorios indígenas y proyectos mineros en Ecuador (en círculos rojos).2019



Fuente: Protect Ecuador: <http://protectecuador.org/portfolio/maps/>

Sánchez *et al.* (2017) nos hablan de la incompatibilidad entre el desarrollo económico de la minería a cielo abierto con la justicia reclamada por las poblaciones afectadas, afectadas por procesos de expropiación de sus tierras u obligadas a desplazarse fuera de sus territorios de origen. En el caso del proyecto minero Mirador, la conflictividad ha sido alta. En la instalación de la empresa minera, las comunidades Shuar se han visto afectadas en sus derechos territoriales de títulos colectivos; mientras población campesina afectada por un proceso irregular e injusto de compra de sus

<sup>2</sup> Mirador es una mina principalmente de cobre – pero también oro y plata - concesionada a la empresa de capitales chinos, Ecuacorriente S.A. Fruta del Norte, bajo concesión a Aurelian Ecuador S.A., subsidiaria Lundin Gold Inc., empresa de capitales canadienses. San Carlos – Panantza, una mina de cobre, operada por la empresa de capitales chinos, ExplorCobres S.A

títulos individuales. Han sufrido desalojos o amenazas de ella bajo la figura de la servidumbre minera.

La minería metálica está coadyuvando a la patriarcalización de los territorios, por los enlaces existentes entre extractivismo, patriarcado y violencias territoriales. El extractivismo minero contamina fuentes de agua, envenena los cuerpos y despoja a las poblaciones de territorios vivos. La penetración del capital en los territorios por la minería tiene que verse también desde la escala de la desposesión violenta de los cuerpos de las mujeres. Los megaproyectos extractivos generan más trabajo de cuidados, más violencia y la pérdida de soberanía alimentaria en la Amazonía (Bayón *et al.*, 2020). Ocasiona grave despojo territorial y de los cuerpos, desestructuración de los cuidados, tal como ha ocurrido en los proyectos Mirador y Panantza San Carlos.

La minería ilegal o irregular para extraer oro en Ecuador han arrasado con 1.660 hectáreas de selva en cuatro provincias de la Amazonía (Napo, Orellana, Zamora Chinchipe y Morona Santiago), conforme el *Monitoring of the Andean Amazon Project* (MAAP) y la Fundación Ecociencia<sup>3</sup>. En la provincia del Napo ha generado degradación de zonas ribereñas en el cantón Arosemena Tola, en los ríos Yutzupino, Anzu y Jatun Yaku. La contaminación de los ríos con mercurio, afecta los peces y genera inseguridad alimentaria para las poblaciones amazónicas. Ocasiona transformaciones en la relación entre estas con las zonas ribereñas; además de estar sostenida incluso por mafias que operan con la permisibilidad de autoridades de gobiernos seccionales conniventes con el daño ambiental, social y cultural provocados por los frentes mineros.

Gobiernos de turno del Ecuador, la Cámara de Minería y grupos de poder económico hablan de “minería sostenible”, “extractivismo sostenible”, tratando de maquillar la minería metálica que genera alta degradación ambiental, siguiendo ciertas líneas de organismos multilaterales como el BID. Formas de securitización perfilan la minería ilegal como la amenaza y riesgosa; no obstante, los riesgos también están en la minería formalizada vía concesiones; habiendo fronteras porosas entre minería ilegal y legal.

---

<sup>3</sup> Zonas gravemente deforestadas son Yutzupino y Punino alrededores en la provincia del Napo; el Bosque Protector Cuenca Alta del río Nangaritzza; Parque Nacional Podocarpus. Primicias. 29, octubre. 2023. <https://www.primicias.ec/noticias/economia/mineria-amazonia-deforestacion-oro-ecuador/> Visitado, 29, 10,2023.

Figura 3. Publicidad de la 'Minería sostenible'. Cámara de Minería



Fuente: CME 2023

El crecimiento urbano desordenado y sin planificación también es una de las problemáticas que revela la insustentabilidad de la Amazonía urbana en la actualidad. Cabrera P, Durán G, Bayón *et al* (2020) plantean que las economías extractivas operacionalizan el Desarrollo urbano. Es la presencia de la industria petrolera la que ha influenciado la expansión urbana, el desarrollo de ejes viales y la creación de nuevas zonas de deforestación. La Amazonía urbana es un síntoma del proceso de deforestación debido a la explotación y exportación de recursos. Zonas urbanas emergentes se fueron gestando debido a la proliferación de actividades relacionadas con la extracción petrolera, minería, turismo que han ocasionado la dispersión de los usos de tierra urbanos y aumentado pequeños establecimientos urbanos que persiguen el crecimiento económico, transformando la cobertura vegetal.

Se puede evidenciar que la Amazonía urbana es un conjunto de zonas urbanas dispersas que comparten características como similar distancia a las fuentes de polución relacionadas con el petróleo. Megaproyectos ligados al extractivismo petrolero han influenciado en el proceso de urbanización de la Amazonía ecuatoriana, en el norte amazónico. La explotación petrolera fue catalizadora del desarrollo urbano debido a infraestructura petrolera (pozos, ductos, campamentos, vías de comunicación y telecomunicaciones), en el caso de las ciudades de Nueva Loja y Francisco de Orellana, Shushufindi y La Joya de los Sachas, en la Amazonía norte. Hacia el 2020, zonas urbanas

son centro de mega proyectos, ligados a los mecanismos del IIRSA, donde el territorio, la naturaleza y la vida cotidiana son elementos clave en la urbanización planetaria de la Amazonía ecuatoriana (Wilson; Bayón y Diez, 2015). En el sur amazónico la expansión de pequeñas ciudades y zonas urbanas emergentes está ligada a mega proyectos mineros que han emergido en las provincias de Morona Santiago y Zamora Chinchipe.

En general, se necesitan estudios futuros enfocados en los efectos del desarrollo urbano en los ecosistemas amazónicos para entender más a fondo la complejidad de los sistemas urbanos y sus problemáticas relacionadas con cuestiones como la ausencia de sistemas de tratamiento de agua, pobres sistemas de recolección y disposición de residuos. Lo poco que cuentan ciertos barrios, en ciudades como Lago Agrio, en Sucumbíos en términos de agua y alcantarillado, lo han hecho captando cierto aprovechamiento de la renta petrolera. El reclamo de la población, en lo que respecta a sus derechos de acceso a infraestructura y servicios, sigue siendo una cuestión a tratarse en términos de las contestaciones en la producción del espacio urbano periférico de la Amazonía (Bayón *et al.*, 2020) con una serie de desafíos.

## **2. Cambio climático, sustentabilidad y justicia ambiental**

Latorre y Bravo (2022) analizan cómo gobierna el programa de Reducción de Emisiones por Deforestación y Degradación ambiental REDD + en Ecuador, que incluye conservación de sumideros de carbono, manejo forestal sustentable y mejora de reservas de carbono. Lo hace rectificando las llamadas ‘fallas de mercado’ en el manejo forestal, mediante otorgar valor monetario a bosques para que cubran costos de oportunidad de usos del suelo insustentables; para hacer la conservación de los bosques más rentable que su conversión.

Desde el 2017 se implementa en esta óptica el Programa Pro Amazonía, con sede en el Ministerio de Ambiente, Agua y Transición Energética y su territorialización en la provincial de Pastaza (Amazonía centro). Se ha impulsado en el marco del ProAmazonía, 28 Planes de Ordenamiento Territorial (PDOT) de gobiernos provinciales y/o cantonales, 17 propuestas de Planes de Uso y gestión del suelo, 93 ordenanzas cantonales y provinciales y 25 restricciones parroquiales elaboradas (MAE 2021).

En lo operativo desde este programa se ha impulsado bioemprendimientos y bioeconomía, asociándolos a incentivos económicos que atraen deseos, por tanto, una

economía de las expectativas en comunidades locales. Bioproductos con alto valor agregado es lo que constituye el horizonte; no obstante, hay desigualdad de poder en las cadenas de valor. Se crean ambientalidades del bienestar y neoliberales (vía incentivos económicos) obteniendo consentimiento de poblaciones de bosques, incluso generando la participación y connivencia de organizaciones como la Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana (CONFENIAE). Las aspiraciones no siempre cumplidas generan respuestas de acomodación, negociación y resistencias encubiertas de parte de las comunidades.

Figura 4. Publicidad de ProAmazonía



Fuente: ProAmazonía (MAATE)

Proyectos de recuperación de servicios ecosistémicos a través de restauración de paisajes forestales en comunidades indígenas pueden ser auspiciosos; se implementan a través de gubernamentalidades neoliberales (con incentivos económicos), principalmente en zonas como comunas de proximidad a carreteras y zonas urbanas, que han experimentado acelerados cambios de uso de suelo y pérdida de bosque nativo (por actividades ganaderas y agrícolas), con creciente explotación de madera de pigüe y balsa, que generan cierto flujo de dinero, pero que afecta cuencas hidrográficas y sus servicios ecosistémicos. Los proyectos incluyen participación de población local en producir, sembrar, localizar cuidar plantas maderables y no maderables y en recibir apoyo a bioemprendimientos para generar ingresos económicos. El Programa ProAmazonía busca, en cierta medida, modelar conductas de las poblaciones amazónicas y sus territorios, creando y consiguiendo consentimiento.

Entre otras cosas, el Programa se ha insertado en revalorizar la chakra como Sistema de producción sostenible para la RAE. Es así como el ProAmazonía tiene en la provincial del Napo el impulso del Grupo Chakra y la creación de un sello Chakra para

comercializar productos provenientes con precio justo. En conjunción con gobiernos seccionales como el GAD provincial del Napo elaboró una ordenanza en que reconoce el Sistema chakra amazónico como marco para la producción agroecológica de la provincia. Los resultados son contingentes, sin embargo.

### **3. Visibilizando las propuestas de sostenibilidad /sustentabilidad desde territorios locales y a nivel nacional**

Desde los procesos organizativos amazónicos se ha cuestionado el limitado avance de la construcción de sustentabilidad en la Amazonía ecuatoriana. Sujetos políticos clave en este cuestionamiento han sido las mujeres indígenas. Tal es así que frente a la XI Ronda petrolera – que pretendía en el 2012 ampliar las fronteras extractivas del petróleo hacia las provincias de Napo, Pastaza y Morona Santiago, afectando territorios indígenas – la articulación de Mujeres Defensoras de la Selva posicionó un mandato al gobierno de turno, de ese entonces en el 2015, con una marcha desde Puyo hacia Quito (capital del Ecuador); además de realizar alertas a las comunidades sobre los impactos ambientales, sociales y culturales que se producirían. Cuestionaron la exclusión de sus voces de un proceso de consulta previa, libre e informada que no se ciñó a estándares internacionales de derechos de los pueblos indígenas.

Cuestionaron las mujeres lideresas la patriarcalización de los territorios, exigiendo que sus voces sean escuchadas cuando se pretendía concesionar varios bloques petroleros (13 de los cuales 5 tuvieron ofertas en la ronda licitatoria). Más adelante, al intentar gobiernos neoliberales activar la concesión de bloques petroleros licitados, se movilizaron desde sus territorios y efectuaron una segunda marcha, en la que se incluyeron mujeres amazónicas para cuestionar los efectos del petróleo en los territorios del norte amazónico, la falta de procesos de monitoreo de impactos ambientales, la ausencia de políticas de remediación ambiental, el acoso de las mujeres niñas y jóvenes en los campos petroleros, el incremento de las violencias de género, incluida la violencia sexual en los territorios, como cuestiones que han afectado también sus cuerpos. Es así como se posicionaron mujeres lideresas en defender la selva (Vallejo y Duhalde 2019; Bravo y Vallejo 2019). Su dinamismo ha recreado las formas de movilización y alerta a las comunidades a través de la realización de *yaku chaski*,

consistentes en viajes ribereños para comunicar y alertar. Han posicionado derechos de las mujeres junto a los derechos colectivos para enfrentar concesiones de la XI Ronda Petrolera.

Figura 5. Mujeres defensoras de la selva en la 2da marcha a Quito. 2018



Fuente: <https://www.facebook.com/MujeresAmazonicasDefensoras/photos/p.816122405410850/816122405410850/?type=1&theater>. Plaza Grande- Quito, 12 de marzo de 2018.

Procesos de contestación del extractivismo petrolero y su modelo de desarrollo, emblemáticos son aquellos como el que enfrentó al bloque 22 que afectaba al territorio de comunidades waorani, ligadas al Consejo de Coordinación de la Nacionalidad Waorani de Ecuador-Pastaza, CONCONAWEP. Líderes y lideresas tradicionales, ancianos pikenani y una dirigente mujer, quien presidía la organización, interpusieron una demanda de Acción de Protección junto con la Delegada Provincial de Pastaza de la Defensoría del Pueblo el 27 de febrero de 2019, en contra del Ministerio de Energía y Recursos Naturales No Renovables, la Secretaría de Hidrocarburos y el Ministerio de Ambiente por haber vulnerado el derecho a una consulta previa, libre e informada, el derecho a la autodeterminación y a su territorio ancestral. Obtuvieron una sentencia favorable por parte del Tribunal de Garantías Penales de Pastaza, el 26 de abril de 2019, que estableció una serie de parámetros para respetar la autodeterminación de los pueblos indígenas frente a proyectos extractivistas. La misma fue ratificada por la Corte Constitucional el 28 de noviembre de 2019<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> <https://amazonfrontlines.org/es/chronicles/ratificacion-del-triunfo-waorani-corte-constitucional-ecuatoriana-inadmite-accion-interpuesta-por-ministerio-y-procuraduria/>

Derechos de la Naturaleza han pasado a reforzar a Derechos Colectivos de Pueblos Indígenas en la defensa territorial. Así, organizaciones de pueblos indígenas en conjunción con activistas ecológicos posicionan que proyectos extractivos vulneran derechos de la naturaleza. Detrás de tales derechos están seres tierra, seres agua, que hacen parte de las ontologías relacionales amazónicas, y que están fundamentando cosmopolíticas que buscan precautelar espacios vivos, que sostienen variadas vidas, no solo la vida humana (Vallejo y Bravo 2019; Bravo 2020). El sostenimiento de los territorios se lo hace en la Amazonía, desde las prácticas cotidianas; desde “prácticas de hacer selva” (Sempertegui, 2020). Ontologías relacionales se posicionan en medio de una alta conflictividad socioambiental, que ha generado el insustentable modelo del desarrollo petrolero, minero e hidroenergético. Casos abordados al respecto se sitúan en escenarios en que pueblos como el Pueblo Kichwa de Santa Clara (PONAKISC), se posicionó en defensa del río Piatúa (Tavera, 2023), para hacer frente a un proyecto hidroenergético en el cantón Santa Clara, operado por la empresa Genefran. La movilización que incluyó una serie de itinerarios colectivos derivó en instancias legales y consiguió una sentencia favorable en la Corte Provincial, en función de la inobservancia del proceso de consulta previa libre e informada.

Así mismo, el Pueblo Kichwa del Río Anzu, en Pastaza, en conjunción con actores del ambientalismo local y nacional, junto con varias ONG y organizaciones indígenas como PAKIRRU y la Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana (CONFENIAE) generaron una campaña de cuestionamiento y oposición al bloque 28 para evitar la instalación de una plataforma petrolera en una zona de nacientes de varios ríos, incluido el Anzu. En gran parte la población Kichwa se motivó a enfrentar el bloque petrolero desde sus ontologías relacionales; concibiendo que el extractivismo fragmentará las relaciones que tienen con no humanos, *yaku supay* (espíritus del agua), que regentan estos espacios y que son responsables de la abundancia existente. Se asumió que se verían afectados por contaminación, que a su vez afectaría fuente importante de alimento, como es la pesca.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Hallazgos de investigación efectuada sobre “Multidimensionalidad de los territorios indígenas en contextos extractivos”, llevada a cabo por la autora y un equipo de investigadores. Fondo de Desarrollo Académico, Flacso Ecuador.

La sustentabilidad desde la visión amazónica, implica la reproducción y restauración del equilibrio en las interacciones que las poblaciones mantienen con seres no humanos, con los que se comparte *samay* (aliento). Uzendosky (2021) hace referencia a la ecología del mundo hablado, profundizando en lo cosmológico y en la intertextualidad que se construye con lo más allá que humano. Así, interesantes propuestas de conservación y mantenimiento de espacios de vida; de selva viva y ríos vivos se están posicionando desde organizaciones y pueblos indígenas para frenar los variados extractivismos. Se trata de posicionamientos distintos a la creación de áreas protegidas, que coadyuvan al reconocimiento de espacios vivos, dotados de animicidad. Su fundamento está en ontologías relacionales y su cosmopolíticas de la selva *sacha* y del agua *yaku*.

La categoría *Kawsak Sacha* (Selva viva) para los pueblos Kichwa de Pastaza se ha tornado un posicionamiento de cosmopolítica para hacer frente a distintas presiones sobre los territorios. El Pueblo Kichwa de Sarayaku inicialmente conceptualizó esta categoría con base a referentes transmitidos de manera inter generacional. Haciendo alusión a esta categoría, también se han posicionado Mujeres Defensoras de la Selva, frente a la XI Ronda petroleras. Actualmente toda la organización Kichwa de PAKKIRU lo posiciona.

*Kawsak Sacha* se la presenta como: ser vivo, con conciencia, constituido por todos los seres de la Selva, desde los más infinitesimales hasta los más grandes y supremos. Incluye a los seres de los mundos animal, vegetal, mineral, espiritual y cósmico, en intercomunicación con los seres humanos, brindándoles a éstos lo necesario para revitalizar sus facetas psicológicas, físicas, espirituales, restableciendo así la energía, la vida y el equilibrio de los pueblos originarios. Es en las cascadas, las lagunas, los pantanos, las montañas, los ríos, los árboles y otros lugares del territorio, donde los Seres Protectores de *Kawsak Sacha* habitan y desarrollan una vida propia, semejante a la de los seres humanos (...) *Kawsak Sacha* es donde vivieron nuestros *kallari rukukuna* (antepasados) *apayayakuna* y *apamamakuna* (abuelos y abuelas), padres, madres, donde nosotros vivimos, donde vivirán nuestras futuras generaciones y donde permanecerán los Seres Protectores de la selva y todos los pueblos originarios (Pueblo Originario Kichwa de Sarayaku, Junio 2018).

Articulaciones multi actor para la defensa de ríos vivos, para la exigibilidad de políticas de saneamiento ambiental, ordenamiento territorial y para el monitoreo de la calidad del agua se efectúan frente a las responsabilidades de los gobiernos autónomos descentralizados parroquiales y provinciales. Está el caso del Expediente Defensorial 2423-2023 – relacionado con la contaminación del Río Puyo y sus afluentes, debido al mal manejo de sistemas de alcantarillado y de la directa descarga de excretas y aguas residuales, lixiviados y aguas negras, sin control de autoridades competentes. En este proceso se han articulado la Defensoría del Pueblo, delegación Pastaza, Vicariato Apostólico del Puyo, representantes de la Comuna San Jacinto del Pindo, REPAM, Fundación Hormiga, Ecominga, PAKKIRU, Colectivo de Geografía Crítica, y desde la academia, Flacso Ecuador. En esta línea se están generando procesos de diálogo ciudadano interesantes para exigir acciones de política pública a autoridades como la prefectura provincial de Pastaza, los GAD parroquiales de Mera y Puyo, además de la Empresa de Agua potable y alcantarillado de Puyo.

En el escenario nacional, se distinguen también oportunidades para la sostenibilidad de territorios vivos, que se canalizan a través de procesos de consulta popular, de iniciativa ciudadana como el propuesto por el Colectivo Yasunidos. Éste, después de 10 años de proponer una Consulta Popular para mantener el crudo bajo tierra en el bloque 43, en el Parque Nacional y Reserva de Biósfera Yasuní, consiguió tras un largo y sinuoso proceso que la consulta se concrete el 20 de agosto de 2023. Se obtuvo que el 58,98% de los votos optaron por el Sí, lo que debería llevar a que en el lapso de un año se desmantele la infraestructura ya instalada desde el 2018 y que cese la explotación petrolera en la zona. Si bien en provincias amazónicas como Orellana el 58, 97% de los votantes respondieron No a la pregunta; e igualmente votaron No un 51% de los votantes en Sucumbíos. En tales provincias el argumento, incluso de comunidades Waorani como Kawimeno y Kichwa como Boca Tiputini (cantón Aguarico), fue que se quedarían sin fuentes de ingresos económicos; que se perderían plazas de empleo en prestación de servicios (en transporte, alimentación) para la empresa PetroEcuador.

En este resultado en las provincias del norte amazónico hay cuestiones que profundizar en el análisis. Dinámicas de clientelismo y alta dependencia han sido generadas hacia las empresas petroleras que han impedido que modos más

sustentables y autónomos de economía comunitaria se precautelen. Además de que por décadas el acceso a servicios ha estado mediado por la aceptación de procesos extractivos; factores que han incidido en una petrolización de las subjetividades, marcada por el mal desarrollo, sumado a las formas de colonialismo interno generados por décadas de extractivismo petrolero en la Amazonía norte.

#### **4. Desafíos que tiene la Academia para abordar y extender la noción de sustentabilidad en la Amazonía**

En la Amazonía persiste el desafío de la búsqueda, revitalización o invención creativa de otros modelos económicos que sostengan la vida y que eviten la contaminación de ríos, la deforestación, la fragmentación de ecosistemas, que por consiguiente afectan modos y medios de vida de comunidades locales.

Se hacen necesarios mayores esfuerzos que articulen a las comunidades, pueblos indígenas, campesinos, pobladores urbanos, gobiernos seccionales, ONGs y academia en buscar rutas para ir en caminos distintos a los que ha llevado décadas de extensionismo agrario y pecuario que introdujo, en los setenta y ochenta, ganadería, pastizales, y más recientemente, piscicultura con peces introducidos, como es el caso de la tilapia. También para hacer frente al modelo insustentable de fincas porcinas en la Amazonía que generan contaminación de ríos. Está también la cuestión de la construcción de ejes viales que, si bien conectan comunidades a mercados locales para la comercialización de sus productos, inciden en deforestar y en la pérdida de biodiversidad.

Un gran desafío, quizás el mayor, es el de cómo encarar la petrolización y mineralización de subjetividades, marcadas por alta dependencia o ilusión de que petróleo y minería generarán fuentes de empleo, dinamización económica, modernidad e integración. Se ha venido sedimentando una confusión entre derechos a servicios (salud, educación, conectividad) e infraestructura como ciudadanos/as amazónicos mediada por la aceptación al modelo extractivo. La insustentabilidad del desarrollismo en la Amazonía está atravesando territorios, cuerpos y subjetividades.

Existe, por tanto, una serie de desafíos epistémicos para la Academia. Desafíos sobre formas de conocer reconociendo las otras formas de aproximación y saberes que tienen los pueblos que habitan la Amazonía; mismos que en conjunción tendrían que

apuntalar hacia la sustentabilidad de los sistemas socioecológicos. Para esto es importante avanzar hacia la descolonización del pensamiento; descentrar el '*anthropos*' de la Antropología /la sociología, ciencias políticas, economía, en los estudios territoriales y otras áreas de conocimiento, para crear más puentes que den cuenta de las imbricaciones de lo social cultural / económico / político / ambiental.

Se hace necesaria la generación de mayores puentes inter y transdisciplinarios para abordar las complejidades de la(s) Amazonia(s) y los procesos que se dan en la ruralidad, en lo urbano; en lo que respecta a la soberanía alimentaria, la restauración ambiental, la situación de las cuencas hídricas y territorios hidrosociales para apuntalar futuros post extractivos.

Un desafío importante es el generar mayores vínculos con Universidades amazónicas (en el Ecuador y cuenca amazónica), con gobiernos descentralizados amazónicos, con organizaciones indígenas, colectivos ambientalistas/ecologistas y articulaciones con medios de comunicación alternativos para abordar problemáticas relacionadas con la insustentabilidad de los modelos de desarrollo hegemónicos y generar propuestas de base territorial.

Un papel importante tienen las y los académicos en acompañar y aportar en procesos legales (*Amicus Curiae*) y que apunten a una difusión de conocimiento que respalde derechos de la naturaleza (de los bosques, de los ríos, de los animales/seres no humanos) y de los pueblos amazónicos frente a presiones de extractivismo petrolero, ejes viales, extractivismo minero, agroindustria, proyectos de hidroenergía, conforme lo soliciten líderes, lideresas y representantes de organizaciones indígenas o de ONG que apoyan estos procesos.

Hace falta una mayor presencia de estudiantes indígenas en universidades y creación de universidades que apunten a formatos de aprendizajes mediante diálogo de saberes, en un marco de interculturalidad y mutuo respeto. Un desafío es el lograr un mayor posicionamiento de conocimientos y prácticas ancestrales de pueblos indígenas en el manejo de cuencas hídricas, de suelos, policultivos, de plantas y bosques, también en espacios académicos. Finalmente, el mayor desafío que identifiqué es que desde la academia se contribuya con investigaciones que visibilicen los mundos que persisten y se reinventan, con sus aportes a una sustentabilidad ecológica y descolonial.

## Bibliografía

ACOSTA, A. & CAJAS, J. *Una década desperdiciada. Las sombras del correísmo*. Quito: Centro Andino de Acción Popular, 2018.

ACOSTA, A. & SACHER, W. *Minería a gran escala en Ecuador. Análisis y datos estadísticos sobre la minería industrial en el Ecuador*. Quito : Abya Yala, 2012.

AGYEMAN, J. *Et alli. Exploring the Nexus : Bringing Together Sustainability, Environmental Justice and Equity Space and Polity*, 2002. 6 :1, 77-90.

AGYEMAN, Julian. Toward a just sustainability. *Continuum Journal of Media & Cultural Studies*, 2008. 22(6).

BEBBINGTON, A. Sustainable development : a review of the international development, business and accounting literature. *Accounting Forum*, 2001, 25(2), pp 128-157.

BRAVO, A. & VALLEJO, I. Mujeres indígenas amazónicas. Autorepresentación, agencialidad y resistencia frente a la ampliación de las fronteras extractivas. *Revue Rita*. 2019.

BRAND, Ulrich. Green Economy and Green Capitalism: Some Theoretical Considerations. *Journal Für Entwicklungspolitik*. 2012. Compilado por Ulrich Brand and Birgit Daiber. Edition Südwind 28 (3) pp 118-137.

BROCKINGTON, D. & ROSALEEN, D. (eds.) *Capitalism and Conservation. Special issue of Antipode*. 2010, 42(3).

BUSTAMANTE, T. *Ajedrez ambiental : manejo de recursos naturales, comunidades, conflictos y cooperación*. Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2008.

CABRERA, P *et al.* Generating and Mapping Amazonian Urban Regions Using a Geospatial Approach. *International Journal of Geoinformation*. 2020, N. 9.

COBA, L & BAYON, M. Kawsak sacha: la organización de las mujeres y la traducción política de la selva amazónica en el Ecuador. *Cuerpos, Territorios y Feminismos: Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas*. 2020, Quito: Abya Yala.141-159

CIELO C, Coba L & VALLEJO I. Women, nature and development in sites of Ecuador's petroleum circuit. *Economic Anthropology*. 2019, 3, 119–132

CRUZ, D. & BAYÓN, M. *Cuerpos, Territorios y Feminismos*. Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas. Quito: Abya Yala, 2020.

DALY H.E. Crecimiento Sostenible: Un Teorema de la Imposibilidad. *Documentación Social*, 1992., Nº 89 de octubre-diciembre.

DURAND, L. et 79xpa. *Naturaleza y Neoliberalismo en América Latina*. México: Universidad Nacional Autónoma de México. Edición para Ibook, 2019.

ESCOBAR, A. *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

- ESTEVA G. El mito del desarrollo sustentable. México: Ojarasca,1997
- FONTAINE, G. Los conflictos ambientales por petróleo y la incidencia del movimiento ambientalista en el Ecuador. *Letras Verdes. Revista Latinoamericana De Estudios Socioambientales*, 2009, N. 3: 11-13
- LANDER, E. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales*. Buenos Aires : CLACSO, 2000
- LARREA, C. *Et al.* Environmental justice and the SDGs : from synergies to gaps and contradictions. *Sustainability Science*, 2020,15:1621–1636
- LATORRE, S. & BRAVO, A. Cómo gobierna REDD+ en Ecuador: Resistencia y consentimiento en el marco de múltiples ambientalidades asociadas al programa PROAmazonía. *Ambiente, cambio climático y buen vivir en América Latina y el Caribe*. 2022, Buenos Aires: CLACSO, 245-300.
- LEFF E. *Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. México Siglo XXI ed., 2004.
- MAZABANDA, C. *Consulta previa en la décimo primera ronda petrolera ¿Participación masiva de la 80xexpansión80?* Quito: Fundación Pachamama,2013.
- MOORE, J. W. Sugar and the expansión of the early modern world-economy: Commodity frontiers, ecological transformation, and industrialization, *Review*, 2000, vol. 23, n. 3, pp 409-433.
- O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? H. Alimonda (comp.) *Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires : CLACSO, pp. 27-52, 2002
- O'CONNOR, M. On the Misadventure of Capitalist Nature. *Capitalism Nature Socialism*. 1993, 4(3). Pp 7-40.
- PICADO UMAÑA, W. El Desarrollo Sustentable como ficción. Una crítica conceptual desde la perspectiva de la Historia. *Perspectivas*, 2016, (12), pp 21-37.
- PROOPS, J.L.R. *et al.* Achieving a sustainable world. *Ecological Economics* 1996, 17, pp 133-135.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En Lander, E. (ed) *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales Perspectivas Latinoamericanas*. 2000, Caracas: CLACSO.
- ROSENAU, James. *Distant Proximities. Dynamics beyond Globalization*. New Jersey :Princeton University Press, 2003.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, L. *Et al.* Minería a gran escala en Ecuador: Conflicto, resistencia y etnicidad. *Revista de Antropología Iberoamericana*, 2017, vol. 12, n. 2, pp 169-192.
- SEMPÉRTEGUI, A. Decolonizing the Anti-Extractive Struggle: Amazonian Women's Practices of Forest-Making in Ecuador. *Journal of International Women's Studies*, 2020, Vol. 21 : Iss. 7, Article 10.

TAVERA, A. 2023. *Yaku Supay Shamuy: ontologías y resistencias frente la apropiación del agua. El caso de la defensa del Rio Piatúa (Pastaza, Ecuador) frente al proyecto hidroeléctrico de la empresa Genefran*. Tesis de maestría (Estudios Socioambientales). Flacso Ecuador. Quito.

TORRES, B., FISCHER, R., VARGAS J.C. y GÜNTER S. (Eds) 2020. Deforestación en paisajes forestales tropicales del Ecuador: bases científicas para perspectivas políticas. Universidad Estatal Amazónica – Instituto Johann Heinrich von Thünen. Puyo, Ecuador. Serie de publicaciones misceláneas del INABIO – Nro. 15. 172 pp.

ULLOA, A. *Perspectivas culturales del clima*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011.

UZENDOSKI, M. Beyond orality Textuality, territory, and ontology among Amazonian peoples. *Journal of Ethnographic Theory*, 2012, 2 (1), pp 55–80

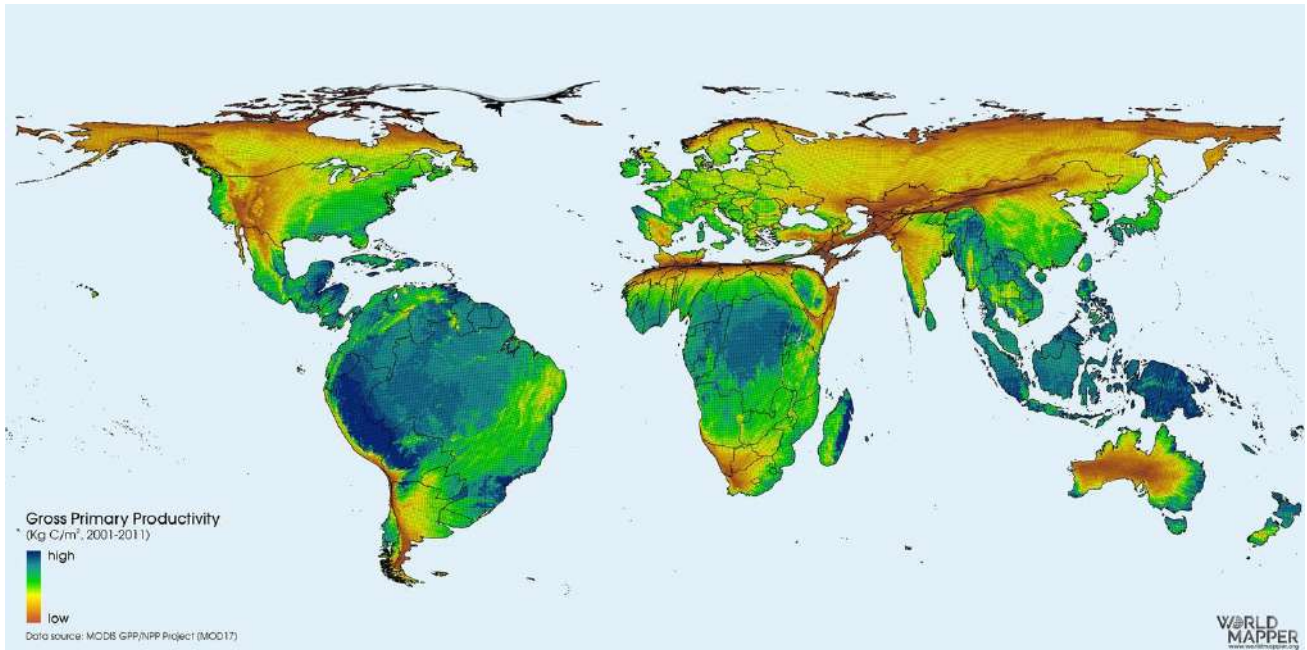
WILSON, Japhy y BAYÓN, Manuel. JAPHY, Wilson y BAYÓN, Manuel. *La selva de los elefantes blancos. Megaproyectos y extractivismos en la Amazonia Ecuatoriana*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2017.

VALLEJO, I. Petróleo, desarrollo y naturaleza: aproximaciones a un escenario de ampliación de las fronteras extractivas hacia la Amazonía suroriente en el Ecuador. *Anthropologica*, Lima, v. 32, n. 32, p. 115-137, jun. 2014.

VALLEJO, I. & DUHALDE, C. Las mujeres indígenas amazónicas: Actoras emergentes en las relaciones Estado – organizaciones indígenas amazónicas, durante el gobierno de Alianza País en el Ecuador. *Polis Revista Latinoamericana*, Centro de Investigación Sociedad y Políticas Públicas (CISPO), Santiago do Chile, 2019.

# HORA DE NACIONALIZAR A AMAZÔNIA E AMAZONIZAR O MUNDO

Caetano Scannavino<sup>1</sup>



MAPA DE VIDA – Se vida é a maior riqueza, o Brasil é o país mais rico do mundo pelo mapa de GPP, produção cumulativa (síntese de matéria orgânica) gerada pela água, luz e ar. “A capacidade de gerar vida”, segundo Julia Sekula, coautora de “*Brasil: Paraíso Restaurável*”.

Se vida é a maior riqueza que existe, o Brasil é o país mais rico do mundo, segundo o Gross Primary Productivity (GPP), que mede a síntese de matéria orgânica gerada a partir de água, luz e ar.

Uma fábrica de vida que, só com a proteção das terras indígenas brasileiras como medida de combate às mudanças climáticas, pode render em 20 anos de US\$ 523 bilhões a US\$ 1,165 trilhão com os benefícios globais do carbono e a conservação do ecossistema<sup>2</sup>

Triste é deixarmos que nossos povos indígenas e tradicionais, ao mesmo tempo que prestam um serviço voluntário como guardiões dos ativos naturais que nos mantêm vivos, recebam em troca bala, mercúrio e doenças de fora ao invés de políticas de saúde, educação, saneamento, energia, entre outras medidas de bem-viver. Sem social não tem ambiental.

<sup>1</sup> Coordenador da ONG Projeto Saúde & Alegria, com atuação há mais de 30 anos na Amazônia, e membro da coordenação do Observatório do Clima.

<sup>2</sup> Ding, Helen; Veit, Peter; Gray, Erin; Reynter, Katie; Altamirano, Juan-Carlos and Blackman, Allen. **Climate Benefits. Tenure Costs**. Out. 2016. Disponível em: <https://www.wri.org/research/climate-benefits-tenure-costs>

Já devastamos uma área igual a duas Alemanhas de Amazônia para que 63% dela fosse ocupada por pastagens de baixíssima produtividade e outros 23% fossem abandonados, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Desmatamos para ficar mais pobres. Os dados do identificam os piores *Índices de Progresso Social* (IPS) justamente nos municípios que mais desmataram<sup>3</sup>

Fica difícil falar de *desenvolvimento sustentável* sem antes resolver a cultura do ilegalismo que impera na região, onde legal é o ilegal <sup>4</sup> Permitimos que alguns poucos se apropriem de riquezas que são de todos os brasileiros - o ouro, a madeira, as terras. Não pagam impostos e ainda deixam a conta do estrago. Quem quer fazer a coisa certa não consegue concorrer com o preço baixo da extração ilegal, aí quebra ou muda de lado. Ao invés de investimentos responsáveis, acaba-se atraindo para a região cartéis e organizações criminosas.

Mata-se e desmata-se, num conluio entre atores privados e públicos. Nesse Brasil que está entre os três países mais perigosos do mundo para defensores ambientais, não se pode normalizar o fato de que, dos 300 assassinatos de ativistas na Amazônia brasileira, apenas 14 foram a julgamento na última década<sup>5</sup>.

Depois de um Governo que sucateou os mecanismos de monitoramento, fiscalização e punição, a reconstrução das políticas e estratégias de comando e controle é um primeiro passo. Proteger a Amazônia, antes de ser coisa de *gringo*, é interesse nacional. Sem o bioma, a temperatura média subiria 0,25 °C no planeta, mas saltaria 2 °C no Brasil, onde também se perderia 25% das chuvas, inviabilizando a agricultura e a geração de energia, como bem reforça Tasso Azevedo, coordenador do SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões de Gases-Estufa)<sup>6</sup>.

Cobrar apoio dos países ricos é mais do que pedir favor, é direito, afinal, os benefícios gerados pela Amazônia são globais e os custos de conservação permanecem

---

<sup>3</sup> Municípios que mais desmatam têm pior qualidade de vida na Amazônia. Disponível em: <https://amazon.org.br/imprensa/municipios-que-mais-desmatam-tem-pior-qualidade-de-vida-na-amazonia/>

<sup>4</sup> Legal é o ilegal. Disponível em: [Amazônia ilegal - 08/02/2022 - Opinião - Folha](#)

<sup>5</sup> Rainforest Mafias: How Violence and Impunity Fuel Deforestation in Brazil's Amazon. 2019. Disponível em: [Rainforest Mafias: How Violence and Impunity Fuel Deforestation in Brazil's Amazon | HRW](#)

<sup>6</sup> Conheça as emissões de gases de efeito estufa do Brasil. Disponível em: [SEEG Brasil – O Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa \(SEEG\) oferece dados em tempo real, que apoiam a transformação necessária para enfrentar os desafios globais que afetam todas as regiões brasileiras./](#)

locais. Para isso, deve-se ter um projeto pactuado para a região. Soberania é liderar caminhos, que aliem o social e o ambiental, mais justos e devidamente compensados.

Um deles é blindar as florestas e focar no aumento da eficiência nas zonas agrícolas consolidadas, produzindo mais com menos terra, e sem desmatamento. Ordenar a agricultura de grande escala na região é estratégia de redução de danos, até porque boi e soja estão longe de serem vocações amazônicas.

Por sinal, a partir de US\$ 20 a tonelada de carbono, fica mais rentável restaurar a floresta do que criar gado na Amazônia. Se a atividade pecuária fosse substituída pela de regeneração, o país conseguiria capturar 16 gigatoneladas de carbono da atmosfera e receberia por isso cerca US\$ 320 bilhões em 30 anos.<sup>7</sup>

Uma política robusta de restauração e sociobioeconomia pode, depois de décadas, fazer finalmente a Amazônia descolar dos pífios 8% a 9% de participação no PIB nacional. *“O grande potencial do Brasil é o da biodiversidade”*, diz o cientista Carlos Nobre. *“Sistemas agroflorestais com açaí podem render anualmente até US\$ 1500 por hectare, enquanto o gado fica em torno de US\$ 100/hectare.”*

É ínfima a participação da Amazônia brasileira no mercado global de produtos compatíveis com a floresta, como castanhas, frutas, pimentas e outros. Apesar de representar 30% das florestas tropicais do mundo, ela ocupa apenas 0,18% (US\$ 300 milhões ao ano) de um mercado de quase US\$ 200 bilhões.

Só na Amazônia, a ciência vem descobrindo nos últimos anos uma nova espécie a cada dois dias<sup>8</sup>. Faz todo sentido quando dizem que desmatar uma floresta primária é como deletar um HD sem saber o que tem dentro, inclusive eventuais descobertas de tratamentos para doenças até então sem cura.

Se nos faltam recursos para investir em pesquisa e tecnologia, parcerias são bem-vindas, desde que através de mecanismos justos de cooperação, respeito aos direitos e conhecimentos dos povos indígenas e tradicionais, de modo a proteger e manejar adequadamente todos esses ativos e saberes a serviço da humanidade.

As universidades da região têm formado gente para ir embora. Em uma Amazônia mais de 70% urbana, não seria proibitivo vislumbrar polos estratégicos com

---

<sup>7</sup> O Carbono e o Destino da Amazônia. Disponível em: [Carbono e o destino da Amazônia – AMZ2030](#)

<sup>8</sup> WWF-Brasil e Instituto Mamirauá lançam relatório com descoberta de 381 novas espécies na Amazônia. 2017. Disponível em: [WWF-Brasil e Instituto Mamirauá lançam relatório com descoberta de 381 novas espécies na Amazônia | WWF Brasil](#)

plantas tecnológicas de baixo carbono, que qualifiquem a mão-de-obra local, com foco em inovação, processamento e agregação de valor aos insumos da sociobiodiversidade. Se é para fazer valer as benesses fiscais da Zona Franca de Manaus, porque não torná-la por exemplo um *Vale do Silício da Floresta em Pé*, um centro mundial da bioeconomia e da biodiversidade?

Em tempos onde as riquezas começam a mudar de cor, do preto do petróleo para o verde da floresta em pé, nossos tomadores de decisões deveriam se voltar para proposições legislativas no sentido do futuro, ao invés de quererem perpetuar um modelo ultrapassado que deu errado, insistindo em projetos de lei para liberar boi em Reservas Extrativistas ou garimpos em Terras Indígenas. Ou para fidelizar a cultura do crime que compensa ao premiar grileiros com descontos de até 98% para aquisição das terras públicas sarrupiadadas.

Para que essas soluções aconteçam e ganhem escala, mais do que pressão internacional, é preciso que a sociedade brasileira chame a responsabilidade para si, pelo cumprimento das leis, pela questão socioambiental acima de direitas e esquerdas, como política de estado, efetiva, que consolide uma nova cultura em que as boas práticas predominem.

Se fizermos a lição de casa, a partir da Amazônia, teremos todas as condições de inverter a ordem, pautando ao invés de seguirmos sendo pautados. O Brasil tem tudo para liderar um movimento a partir também do Sul Mundial por uma governança global do clima mais justa<sup>9</sup>. São dois anos para decidir o século. E a oportunidade está aí, com o Brasil assumindo a presidência do G20 em 2024, e da COP30 em 2025, importante porque se fará em Belém o balanço de 10 anos do Acordo de Paris. Aí vamos saber se queremos chegar já em 2030 discutindo um aumento da temperatura de 1 a 2°C ou de 2 a 3°C.

Como bem diz um colega de batalha, ao invés de internacionalizar, a hora é de *“nacionalizar a Amazônia e amazonizar o mundo”*.

---

<sup>9</sup> Disponível em: [Pela governança global do clima - 25/03/2023 - Opinião - Folha](#)

# CÚPULA DA AMAZÔNIA: UM CHAMADO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA ECONÔMICA ALINHADA À JUSTIÇA CLIMÁTICA

Flávia do Amaral Vieira<sup>1</sup>

## Introdução<sup>2</sup>

Nos dias 08 e 09 de agosto de 2023, em Belém do Pará, foi realizada a Cúpula da Amazônia, reunião dos estados-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). O evento marcou o momento de retomada ao multilateralismo da política externa brasileira (PEB) no novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, rompendo com um período de retrocessos da pasta, da integração regional e das políticas climáticas e ambientais durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

A OTCA, único bloco socioambiental da América Latina, foi criada por meio de um Tratado assinado em 1972, que estabelece diretrizes de cooperação regional em temas como segurança, educação e saúde. Desde a sua criação, passou por um período de arrefecimento, sobretudo com um período de quase quinze anos sem reuniões dos países-membros, desde 2009. A realização da Cúpula marcou também um novo momento da PEB, em que a Amazônia passa a ocupar um papel central, considerando que Belém também foi anunciada como sede da Conferência de Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, que ocorrerá em 2025, marco de dez anos do Acordo de Paris.

A Cúpula reuniu representantes dos oito países signatários - Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela - e convidados, como outros quatro países que têm florestas tropicais: Congo, República Democrática do Congo, Indonésia e São Vicente e Granadinas. Ao final da reunião, foi publicada a Declaração de Belém<sup>3</sup>, que estabeleceu uma agenda comum de cooperação regional para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

---

<sup>1</sup> Doutora em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Pesquisadora Sênior da Plataforma CIPÓ.

<sup>2</sup> Agradeço aos comentários e a leitura atenta de Vitória Gonzalez e ao suporte de Mariana Rondon e da Plataforma CIPÓ.

<sup>3</sup> Declaração Presidencial por ocasião da Cúpula da Amazônia – IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-presidencial-por-ocasio-da-cupula-da-amazonia-2013-iv-reuniao-de-presidentes-dos-estados-partes-no-tratado-de-cooperacao-amazonica). Acesso em: 29 set. 2023.

Na semana anterior à reunião dos chefes de Estado, o governo brasileiro promoveu os Diálogos Amazônicos, espaço aberto para eventos autogestionados por grupos da sociedade civil interessados em apresentar contribuições aos líderes da OTCA. A intensa participação social, demonstrada na proposição de cerca de 400 eventos<sup>4</sup>, indicou o esforço e o comprometimento desses grupos com relação à incidência na construção de políticas de cooperação para o desenvolvimento sustentável da região.

Nesse contexto, se destaca a realização do Seminário ‘Amazônia sustentável: contribuições das ciências sociais, do multilateralismo e da sociedade civil’, organizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), com apoio do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e da Plataforma CIPÓ, nos dias 05 e 06 de agosto<sup>5</sup>. O evento buscou promover o diálogo sobre políticas públicas e estratégias inclusivas, nacionais e internacionais de atuação para promoção do desenvolvimento sustentável, de modo a preservar a biodiversidade e, ao mesmo tempo, contemplar as demandas e necessidades sociais locais. Nesse sentido, foram convidados como palestrantes especialistas em três eixos temáticos: ambiental, social e econômico.

Este artigo busca refletir especificamente sobre as contribuições apresentadas em um dos painéis deste Seminário, ‘A bioeconomia e a agenda ambiental e climática: desafios e propostas’, realizado na manhã de 06 de agosto de 2023, composta por representantes da sociedade civil, de movimentos sociais e de comunidades tradicionais<sup>6</sup> e por técnicos de governo. A partir das diferentes perspectivas apresentadas, delinear-se reflexões sobre a construção de uma política econômica centrada na bioeconomia e alinhada à justiça climática para a Amazônia, com repartição de benefícios, geração de renda e proteção dos territórios tradicionais.

O debate sobre a promoção de uma política econômica que contemple salvaguardas ambientais de preservação do bioma amazônico, mas que também promova geração de renda e a inclusão das comunidades locais e dos povos tradicionais,

---

<sup>4</sup> Brasil. Diálogos Amazônicos evidenciam importância de participação social. 17 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/agosto/dialogos-amazonicos-evidenciam-importancia-de-participacao-social>. Acesso em: 04 out. 2023.

<sup>5</sup> FUNAG. Seminário internacional ‘Amazônia Sustentável: contribuições das Ciências Sociais, do Multilateralismo e da Sociedade Civil’, 21 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/seminario-internacional-201camazonia-sustentavel-contribicoes-das-ciencias-sociais-do-multilateralismo-e-da-sociedade-civil>. Acesso em: 04 out. 2023.

<sup>6</sup> Para fins dessa publicação, o termo povos e comunidades tradicionais faz referência a povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PIQPCTAF).

é questão de suma importância para a agenda do clima e desenvolvimento na Amazônia. Vale destacar que o bioma é considerado o maior sumidouro de carbono do mundo, o que confere aos países amazônicos um poder de barganha significativo nas negociações internacionais climáticas e econômicas. Nesse cenário, uma política voltada apenas ao agronegócio predatório é questionada diante de novas propostas de investimento em temas como a bioeconomia ou a economia da sociobiodiversidade.

O tema da bioeconomia surgiu como uma alternativa sustentável para o desenvolvimento da região, devido à sua capacidade de facilitar uma transição justa para modelos econômicos com baixas emissões de carbono, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação da singular biodiversidade amazônica. No entanto, é essencial definir o que se entende pelo conceito de bioeconomia, a fim de evitar que essa abordagem intensifique ainda mais os fatores que impulsionam o desmatamento e a concentração de renda na região.

Este artigo é composto por três seções. Na primeira, se apresenta uma breve contextualização sobre a realização dos Diálogos Amazônicos e da Cúpula da Amazônia e sobre a adoção da Declaração de Belém. Em seguida, considerando o espaço aberto à participação social durante esse evento, são analisadas algumas das contribuições apresentadas no Seminário ‘Amazônia Sustentável’ sobre o tema da bioeconomia e a agenda ambiental e climática, destacando a necessidade de adoção de salvaguardas de direitos humanos. Na terceira seção, por sua vez, se analisa a oportunidade de construção de uma bioeconomia alinhada à justiça climática, considerando o objetivo de promoção de um desenvolvimento sustentável, justo e inclusivo a partir da sociobiodiversidade.

## **1. Dos Diálogos Amazônicos à Declaração de Belém**

Em 1º de janeiro de 2023, em seu discurso de posse no Congresso Nacional, o presidente Lula afirmou que “nosso protagonismo se concretizará pela retomada da integração sul-americana, a partir do Mercosul, da revitalização da Unasul e demais instâncias de articulação soberana da região”<sup>7</sup>. A realização da Cúpula da Amazônia em

---

<sup>7</sup> O discurso de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso Nacional está disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/932450-leia-o-discurso-do-presidente-lula-na-integra/> Acesso em: 06 out. 2023.

agosto do mesmo ano foi a materialização dessa orientação da PEB em direção à integração regional, que inclusive segue a previsão do artigo 4º da Constituição Federal<sup>8</sup>.

Nesse contexto, ressalta-se que os países que fazem parte do bioma amazônico, tão rico e desafiador, têm enfrentado diversos desafios urgentes e comuns, decorrentes de um processo histórico de fragilidades na implementação de políticas públicas na região, o que tem permitido o avanço da criminalidade, especialmente de crimes ambientais e do narcotráfico. Além disso, o racismo ambiental e a injustiça climática são condições muito evidentes na realidade da Amazônia, marcada por um modelo econômico historicamente idealizado a partir da exploração dos recursos naturais e por conflitos de ordenamento territorial.

Para possibilitar um canal de comunicação com a sociedade civil no período pré-Cúpula, o governo organizou um seminário ainda em maio, em Brasília<sup>9</sup>, e, na semana prévia à reunião dos Estados-membros da OTCA, como mencionado, os Diálogos Amazônicos. Cabe destacar que, na agenda da integração regional e do multilateralismo, a incorporação da participação social é uma tradição da política externa brasileira, considerando a oportunidade de construí-la a partir de demandas de diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, a realização desses dois eventos indicou a abertura do governo para a escuta e o diálogo com a sociedade civil.

O espaço de debate dos Diálogos Amazônicos, com duração de três dias, teve uma ampla agenda que contemplou debates, manifestações e protestos de indígenas, ambientalistas e movimentos sociais<sup>10</sup>. A programação havia sido composta por oito plenárias oficiais, com a presença significativa de ministros de Estado, além de atividades auto-organizadas pela sociedade civil, realizadas principalmente no Hangar – Centro de Convenções da Amazônia, mas também em salas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e de outras instituições públicas de Belém, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

---

<sup>8</sup> Segundo estabelece o artigo 4º, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 06 out. 2023.

<sup>9</sup> FUNAG. Seminário Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, 16 a 18 de maio de 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/seminario-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia-2\\_](https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/seminario-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia-2_). Acesso em: 06 out. 2023.

<sup>10</sup> Observatório do Clima. Diálogos Amazônicos terminam com apelo contra petróleo. 07 ago. 2023. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/dialogos-amazonicos-terminam-com-apelo-contr-petroleo/>. Acesso em: 06 out. 2023.

A partir de uma orientação oficial, cada espaço elaborou um relatório final com os principais encaminhamentos de cada atividade, que foi então enviado à Secretaria Geral da Presidência da República, como contribuição para a reunião dos chefes de Estado na Cúpula da Amazônia. As propostas foram consolidadas em seis relatórios oficiais, publicados em 08 de agosto de 2023<sup>11</sup>. Apesar de cada relatório abranger temas específicos, algumas propostas se repetiram nos documentos, como, por exemplo, a demanda pela demarcação de territórios indígenas e quilombolas, requerimentos de garantias para a preservação de, pelo menos, 80% da Amazônia até 2025 e de construção de alternativas para a sustentabilidade econômica das populações amazônicas.

Em uma apertada síntese, os relatórios cobram por políticas públicas, destinadas às comunidades locais que evitem que a Floresta Amazônica atinja o chamado ‘ponto de não retorno’ – termo usado por especialistas para se referir ao ponto em que a floresta perde sua capacidade de se autorregenerar, em função do desmatamento, da degradação e do aquecimento global. Para isso, apontam a importância da inclusão das comunidades locais nos processos de tomadas de decisões que venham a interferir na realidade amazônica.

A realização dos Diálogos Amazônicos e da própria Cúpula da Amazônia, além de fomentar a participação social e a volta da integração amazônica como partes indissociáveis da formulação de políticas para a região, internamente, levantou questões sobre a capacidade de Belém para a realização da COP em 2025, a chamada COP30. Os eventos ocorreram sem maiores transtornos, algo diretamente relacionado a um robusto planejamento institucional interessado na demonstração de que a candidatura como sede da conferência climática teria sido acertada. Inclusive, o controverso sultão Ahmed Al Jaber, presidente da COP28 - que será realizada em dezembro de 2023 nos Emirados Árabes - e CEO da petroleira estatal *Abu Dhabi National Oil Company*, também esteve presente durante o período de Cúpula da Amazônia na cidade, indicando a realização de tratativas preparatórias para o evento.

Nesse contexto, a reunião dos chefes de Estado da OTCA, ainda que bem menor que uma COP, foi parte do teste de Belém como sede de conferências internacionais. A

---

<sup>11</sup> Os relatórios finais dos Diálogos Amazônicos, 2023, estão disponíveis em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/assuntos/dialogosamazonicos/relatorios>. Acesso em: 03 out. 2023.

capital do Pará comportou a chegada de cerca de dez mil pessoas e a garantia de um espaço para a sociedade civil, com circulação de cerca de trinta mil pessoas, reestabeleceu a cultura de forte participação social em conferências internacionais realizadas no Brasil, como a ECO 92 e a Rio +20, ainda que o processo de negociação do resultado da Cúpula em si tenha sido fechado.

A Declaração de Belém, documento adotado ao final da reunião, contém 113 objetivos e princípios transversais que estabelecem uma agenda comum de cooperação regional para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O texto foi resultado da busca por consensos em torno de temas como: fortalecimento institucional da OTCA; cidades amazônicas; ciência, educação e inovação; mudança do clima; proteção das florestas, de ecossistemas vulneráveis e da biodiversidade; cooperação policial, judicial e de inteligência no combate a atividades ilícitas, incluindo crimes ambientais; infraestrutura sustentável; economia para o desenvolvimento sustentável; entre outros.

Divergências entre os Estados-membros da OTCA dificultaram o estabelecimento de compromissos mais incisivos e a construção de entendimentos comuns sobre alguns temas, como políticas de enfrentamento ao desmatamento e exploração de combustíveis fósseis. Enquanto o primeiro ponto foi descrito apenas no preâmbulo da Declaração de Belém e sem metas claras de cumprimento, ao segundo não foram feitas referências. O tema da bioeconomia também não foi expressamente citado na Declaração, mas pode ser compreendido em afirmações conexas, como nos compromissos de promoção do manejo integrado da floresta em pé e do uso sustentável dos recursos naturais, de geração de conhecimento, de recuperação de áreas degradadas e de fomento a práticas agrícolas sustentáveis e ligadas à agroecologia. Ademais, a Declaração reconhece que a diversidade e a identidade cultural de cada comunidade exercem papel fundamental na construção de um futuro sustentável e harmônico para a Amazônia.

A adoção da Declaração de Belém inicia uma nova agenda de integração regional e de tratativas para implementação e monitoramento. Nesse sentido, considerando a oportunidade de incidência para a construção de políticas públicas na Amazônia, iniciada a partir dessa importante reunião dos Estados-membros da OTCA, na próxima seção serão abordadas as contribuições voltadas à política econômica amazônica, com

destaque para a importância de maiores incentivos para a bioeconomia e para a adoção de modelos adaptados às realidades locais e ao contexto de mudança do clima.

## **2. A bioeconomia e a agenda ambiental e climática: desafios e propostas**

Conforme mencionado, o Seminário “Amazônia sustentável: contribuições das ciências sociais, do multilateralismo e da sociedade civil” foi realizado durante os Diálogos Amazônicos, com o objetivo de promover o debate sobre a “sustentabilidade na Amazônia, a partir de contribuições da comunidade científica, da sociedade civil, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais da região, bem como apresentar propostas de ação” (FUNAG, 2023). Buscando apresentar contribuições do eixo ambiental, social e econômico, foi realizado um painel intitulado “A bioeconomia e a agenda ambiental e climática: desafios e propostas”, tema desta seção.

O objetivo principal desse painel foi o de fornecer um panorama geral sobre os principais desafios e oportunidades para avançar a agenda ambiental e climática da Amazônia, a partir da reflexão sobre estratégias que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região, especialmente aquelas baseadas na bioeconomia. De modo geral, os palestrantes foram orientados a refletir, a partir de suas experiências, sobre quais os caminhos necessários para fortalecer modelos de bioeconomia que beneficiem as populações locais.

Para compor a mesa, foram convidados especialistas de setores técnicos, de organizações da sociedade civil dos Estados-membros da OTCA e de organizações de povos indígenas e comunidades tradicionais, de três países: Brasil, Bolívia e Colômbia. Os palestrantes foram: Fábio Calderaro, do Centro de Biotecnologia da Amazônia; André Baniwa, da Organização Indígena da Bacia do Içana e do Ministério de Povos Indígenas; Joaquim Belo, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e do Observatório das Economias da Sociobiodiversidade (ÓSocioBio); Marlene Quintanilla, da Fundación Amigos de la Naturaleza – FAN; Laura Santacoloma, do Dejusticia e João Pedro Galvão, do Fórum Social Pan-Amazônico.

Atualmente, um dos maiores desafios da gestão para a Amazônia é o de como conciliar a agenda das mudanças climáticas com o incentivo ao desenvolvimento econômico, considerando os índices de pobreza e desigualdade social. Nesse contexto, o debate sobre o investimento na economia dos produtos agrossilvopastoris tem se

confrontado com conceitos inovadores como o da bioeconomia e o da sociobiodiversidade. A bioeconomia<sup>12</sup> é o modelo de produção industrial baseado no uso de recursos biológicos, com objetivo de oferecer soluções para a sustentabilidade dos sistemas de produção com vistas à substituição de recursos fósseis e não renováveis (EMBRAPA, s/a). O que o conceito da cadeia produtiva da sociobiodiversidade agrega é o caráter de valorização dos serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais e que asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios (MDA, 2009).

A bioeconomia e a economia da sociobiodiversidade apresentam como pontos comuns a discussão sobre a valorização dos produtos da floresta, com potencial de associação a partir da construção de modelos de produção inclusivos. Essas questões impactam a discussão sobre qual será a plataforma econômica de governo, considerando que, para o regime multilateral de mudança do clima, a contribuição de cada país para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) deve necessariamente passar pelo fim do desmatamento ilegal, assim como pelo desenvolvimento de uma agricultura sustentável e de baixo carbono e por uma matriz energética com energias renováveis modernas.

Tendo esses desafios, discussões e conceitos como pano de fundo, a partir dos diálogos realizados pelos palestrantes do painel, alguns consensos foram construídos entre os expositores, especialmente sobre a necessidade de maior investimento para o acesso à tecnologia e sobre a construção de canais de participação das comunidades locais em comissões encarregadas pela repartição dos benefícios. O andamento de processos produtivos relevantes no modelo de bioeconomia conduzidos pelas próprias

---

<sup>12</sup> As abordagens de bioeconomia podem ser resumidas em três tipos (Costa *et al.*, 2023: 1) Bioeconomia Biotecnológica: o crescimento econômico e a geração de empregos se sobrepõem aos critérios de sustentabilidade. Pressupõe que a incorporação de tecnologias intensivas em ciência no processo de produção gera maior eficiência ambiental; 2) Bioeconomia de Bioerrecursos: busca maior equilíbrio entre crescimento e sustentabilidade dos produtos e processos, porém com a produtividade e a eficiência prevalecendo sobre a conservação da integridade dos ecossistemas em que a atividade econômica acontece. Propõe o aumento de produtividade e intensificação do uso do solo, o que pode aumentar a pressão sobre os recursos naturais; 3) Bioeconomia Bioecológica: o critério de sustentabilidade se sobrepõe ao de crescimento unilateral da economia. Privilegia a promoção da biodiversidade, conservação dos ecossistemas, habilidade de prover serviços ecossistêmicos e prevenção da degradação do solo. Os vetores de inovação, ganhos de produtividade e redução de custos são práticas orgânicas e ecológicas, com pesquisa e inovação voltadas para soluções locais, baseadas em diversidade, reuso de matéria e energia, redução de insumos agroquímicos e fontes de energia externas ao sistema.

comunidades, como no caso da pimenta Baniwa<sup>13</sup>, foi analisado como uma boa prática que poderia ser replicada em outras comunidades, com o devido suporte de parceiros públicos e privados.

Nesse cenário, como a espinha dorsal do debate levantado, se destaca a importância da implementação de salvaguardas de direitos humanos. Afinal, os pontos primordiais para discussão sobre a política econômica nesses termos são relativos aos direitos de participação das comunidades locais na exploração dos produtos da floresta, assim como à valorização e ao reconhecimento dos saberes tradicionais e da propriedade intelectual coletiva. Isso passa também, necessariamente, pela importância da regularização fundiária e da garantia dos direitos territoriais (Falcão; Ribeiro, 2022).

O contexto de fragilidades na implementação de políticas públicas, somado ao avanço das fronteiras agrícola, madeireira e pecuária, e também aos altos lucros obtidos pela exploração garimpeira, são fatores que impulsionam crimes ambientais e correlatos na Amazônia, assim como disputas pela posse da terra (conflitos fundiários) e conflitos associados ao controle dos recursos naturais e relativos à demarcação e à titulação de Terras Indígenas e Quilombolas (Vieira; Falcão, 2023:7). Nesse sentido, as salvaguardas de direitos humanos são fundamentais para a garantia de condições para que os defensores do meio ambiente, especialmente povos indígenas e comunidades tradicionais, possam seguir exercendo seu papel de liderança nas práticas de preservação e conservação dos ciclos ecológicos do bioma amazônico.

Considerando esses fatores e que, ao final da Cúpula da Amazônia, a Declaração de Belém não elaborou sobre os critérios e condições para adoção de modelos de bioeconomia, a próxima seção buscará analisar criticamente a importância da construção de medidas que promovam a inclusão das comunidades locais, povos indígenas e comunidades tradicionais nesta agenda. Afinal, ao ratificar o compromisso de promoção do manejo integrado da floresta em pé e do uso sustentável dos recursos naturais, devem ser dimensionadas as condições que evitem a continuidade do desmatamento e a concentração de renda na região.

---

<sup>13</sup> Para saber mais, ver: Menezes, Debora & Baniwa, André. Sem organização, não há como acessar políticas públicas. Mongabay, 2020. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/03/andre-baniwa-sem-organizacao-nao-ha-como-acessar-politicas-publicas/>. Acesso em: 08 out. 2023.

### **3. Um chamado para a construção de uma política econômica alinhada à justiça climática desde a Amazônia**

A Cúpula da Amazônia e os Diálogos Amazônicos foram espaços que incentivaram o debate público sobre os desafios, as alternativas e os caminhos para a cooperação para o desenvolvimento sustentável entre os países amazônicos. A conservação da integridade da Amazônia é crítica para mitigar duas crises globais: a da mudança do clima e a da perda de biodiversidade, que colocam em risco diversas espécies de vida. O avanço do desmatamento e a expansão da fronteira agrícola, especialmente da soja no Brasil, e do garimpo nas áreas de fronteira, têm transformado suas paisagens, demografias, vida social, cultural e política, criando obstáculos para a adoção de uma política econômica justa e inclusiva.

Do outro lado, se distinguindo do agronegócio e sua política de controle sobre os ativos florestais, as comunidades locais, povos indígenas e comunidades tradicionais, denominadas por Manuela Carneiro da Cunha (2019) como “povos da megadiversidade”, mantêm por conta própria, por gosto e tradição, as variedades em cultivo. Como tem sido defendido por movimentos sociais e comunidades indígenas, a valorização de uma produção vinculada à sociobiodiversidade abarca o apreço pela diferença e por processos de diferenciamento que dizem respeito tanto à natureza quanto a expressões culturais e a formas de organização sociais e políticas. Afinal, deve ser mencionado que há pelo menos 305 povos indígenas e 274 diferentes línguas, considerando apenas o território brasileiro (FUNAI, 2022).

No debate sobre a construção de uma política econômica voltada à bioeconomia, deve-se considerar que a construção desse modelo precisa colocar povos da floresta e do campo e suas tecnologias no centro das ações, a fim de não reproduzir práticas coloniais de dominação. Os bancos privados já estão controlando o direcionamento de investimentos para a aplicação intensiva de biotecnologia, na operacionalização e mercadorização de serviços e práticas ambientais (como créditos de carbono e pagamentos por serviços ambientais), assim como para a reformulação de soluções ambientais. Em 2022, já ultrapassaram a marca de R\$ 100 milhões em créditos para a agroindústria na região, sobretudo as que cultivam produtos amazônicos, como o açaí (Aleixo, 2022).

A adoção do termo *sustentável* para a produção e a produtividade agrícola e a integração dessas práticas ambientais na indústria agropecuária e no setor agroindustrial permitem estabelecer um sistema de valoração e otimização dos ativos naturais e das terras que, caso não sejam construídas políticas participativas, seguirá excluindo povos e comunidades tradicionais. Isso já é evidenciado na comercialização de recursos como florestas, empreendimentos de infraestrutura e logística, alterações no uso do solo e na agricultura sustentável, passíveis de negociação em mercados de carbono e acordos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+).

Nesse cenário, governos e instituições financeiras, garantidores do acesso a crédito, têm papel fundamental para que esses investimentos relacionados à bioeconomia cheguem nas comunidades, a partir da criação de diagnósticos, do provimento de assessoria técnica e da construção de conselhos participativos. A promoção deste mercado deve ser centrada também na garantia de representatividade e inclusão profissional, sendo que, em alguns cenários, cabe também considerar a necessidade de processos de consulta prévia, livre e informada, tendo em vista a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>14</sup>. Toda a estruturação de sistemas de fomento, inovação, pesquisa e desenvolvimento de produtos deve se pautar, como aventado, na salvaguarda dos direitos das pessoas detentoras dos conhecimentos tradicionais, sejam indígenas, sejam de outras comunidades.

Nesse contexto, a OTCA poderia ser a institucionalidade responsável por gerir a construção de um arcabouço metodológico e de taxonomias comuns que orientem o mercado financeiro e de capitais sobre os requisitos para investimentos verdes - que promovam a redução das emissões e a preservação da biodiversidade - em bioeconomia na Amazônia, um processo que deve ser necessariamente inclusivo e participativo. A cooperação entre os países amazônicos pode gerar valor agregado para a economia regional a partir da floresta em pé, dos rios fluindo e da valorização do conhecimento e dos modos de vida das populações tradicionais. Isso deve ser uma prioridade para tomadores de decisão, produtores ou investidores que desejam investir em

---

<sup>14</sup> A consulta prévia, livre, informada e de boa-fé é um direito estabelecido na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (1989), ratificada pelo Brasil em 2002, por meio do Decreto Legislativo n. 143. A consulta é uma obrigação e deve ser realizada pelo Estado e seus órgãos sempre que um ato administrativo ou legislativo possa afetar ou causar impacto aos direitos dos povos indígenas e tradicionais.

bioeconomia na Amazônia (Costa *et al.*, 2023). Para isso, as possibilidades de diversificação econômica devem se pautar na diversidade dos recursos existentes, e não em sua homogeneização.

### **Considerações Finais**

Quando falamos de Amazônia, as temáticas de comércio e ambiente se cruzam frequentemente, considerando os resultados de uma política econômica regional historicamente voltada à exportação de commodities, altamente concentradora de riqueza, e os efeitos da mudança do clima. Conferências internacionais como a Cúpula da Amazônia e a COP são oportunidades de construção de canais de cooperação para a produção de consensos sobre questões climáticas e de desenvolvimento e de espaços de visibilidade para o bioma e suas comunidades locais.

Este artigo buscou refletir sobre as contribuições apresentadas sobre bioeconomia e a agenda de clima e meio ambiente em uma das mesas do Seminário “Amazônia sustentável: contribuições das ciências sociais, do multilateralismo e da sociedade civil” realizado durante os Diálogos Amazônicos que antecederam a Cúpula da Amazônia, em agosto em Belém do Pará. Para isso, se apresentou uma breve contextualização sobre a realização dos Diálogos Amazônicos, da Cúpula da Amazônia e a adoção da Declaração de Belém; em seguida, se analisou a oportunidade de construção de uma bioeconomia alinhada à justiça climática, considerando o objetivo de promoção de um desenvolvimento sustentável, justo e inclusivo a partir da sociobiodiversidade das comunidades amazônicas.

Conforme mencionado, o tema da bioeconomia surgiu como uma alternativa sustentável para o desenvolvimento da região, porém ainda não há um entendimento fechado sobre qual a abordagem adequada para sua promoção. O espaço de participação social durante os Diálogos Amazônicos permitiu que a sociedade civil apresentasse contribuições sobre a necessidade de que a incorporação de processos sustentáveis na economia seja acompanhada de condições que não excluam comunidades e povos tradicionais, o que requer a construção de políticas participativas. Afinal, para a adoção de uma política econômica equitativa e inclusiva, a bioeconomia deve abranger não só as atividades agroindustriais consolidadas

Nesse cenário, considerando a oportunidade de guinada ao multilateralismo e à integração regional da PEB a partir do terceiro mandato de Lula, este texto sugere que a OTCA pode assumir a responsabilidade de desenvolver uma estrutura metodológica e categorias comuns orientadoras quanto aos requisitos para investimentos sustentáveis em bioeconomia na Amazônia, a partir de um processo participativo e de diálogo com as comunidades locais. A colaboração entre os países amazônicos tem o potencial de gerar valor econômico agregado para a região, desde que baseado na preservação das florestas, na segurança hídrica e no reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, o que passa necessariamente, também, pela finalização dos processos de regularização fundiária e ordenamento territorial na região.

### Referências Bibliográficas

ALEIXO, Junior. Com quantos milhões se faz uma bioeconomia? Projeto Colabora, 2022. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods12/com-quantos-milhoes-se-faz-uma-bioeconomia/>. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. Diálogos Amazônicos evidenciam importância de participação social. 17 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/agosto/dialogos-amazonicos-evidenciam-importancia-de-participacao-social>. Acesso em: 04 out. 2023.

COSTA, F. *et al.* Uma bioeconomia inovadora para a Amazônia: conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma floresta tropical. WRI Brasil. Texto para discussão. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/publicacoes>. Acesso em: 19 out. 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro. Questões Brasileiras I: Povos da Megadiversidade. *Revista Piauí*, Rio de Janeiro, 2019, edição 148. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/povos-da-megadiversidade>. Acesso em: 19 out. 2023.

EMBRAPA. Bioeconomia: sobre o tema. S/A. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-bioeconomia>. Acesso em: 04 jul. 2023.

FALCÃO, Luísa & RIBEIRO, Renata A. Crime ambiental e crime organizado: conflitos fundiários e extração ilegal de madeira no Oeste do Pará. Plataforma CIPÓ, 2022. Disponível em: <https://plataformacipo.org/publicacoes/relatorio-estrategico-crime-ambiental-e-crime-organizado-conflitos-fundiarios-e-extracao-ilegal-de-madeira-no-oeste-do-para>. Acesso em: 18 out. 2023.

FUNAG. Seminário internacional 'Amazônia Sustentável: contribuições das Ciências Sociais, do Multilateralismo e da Sociedade Civil', 21 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/seminario->

internacional-201camazonia-sustentavel-contribuicoes-das-ciencias-sociais-do-multilateralismo-e-da-sociedade-civil. Acesso em: 04 out. 2023.

FUNAI. Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/brasil-registra-274-linguas-indigenas-diferentes-faladas-por-305-etnias> Acesso em: 19 out. 2023.

MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Plano nacional de promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1024/1/Plano%20Sociobiodiversidade.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2023.

MENEZES, Debora & BANIWA, André. *Sem organização, não há como acessar políticas públicas*. Mongabay, 2020. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/03/andre-baniwa-sem-organizacao-nao-ha-como-acessar-politicas-publicas/>. Acesso em: 18 out. 2023.

VIEIRA, Flávia & FALCÃO, Luísa. Operações de combate ao crime ambiental na Amazônia: dos desafios às boas práticas. Plataforma CIPÓ, 2023. Disponível em: [https://plataformacipo.org/wp-content/uploads/2023/02/Relatorio-Estrategico\\_Operacoes-de-combate-ao-crime-ambiental-na-Amazonia-Dos-desafios-as-boas-praticas-Plataforma-CIPO.pdf](https://plataformacipo.org/wp-content/uploads/2023/02/Relatorio-Estrategico_Operacoes-de-combate-ao-crime-ambiental-na-Amazonia-Dos-desafios-as-boas-praticas-Plataforma-CIPO.pdf). Acesso em: 18 out. 2023.

## LAS FRONTERAS Y LA INTEGRACIÓN FRONTERIZA EN LA CUMBRE AMAZÓNICA

Carlos Gilberto Zárate Botía<sup>1</sup>

El presente artículo propone adelantar una reflexión sobre el significado y la importancia de las fronteras y de la integración transfronteriza entre los países de la Panamazonia en los eventos que desembocaron en la llamada ‘cumbre amazónica’ y especialmente en los eventos académicos preparatorios, primero con ocasión del llamado ‘camino a la cumbre’, realizado en Leticia entre los días 6 y 8 de julio y un mes después, en la ciudad de Belém do Pará, los días 5 a 7 de agosto del presente año.

Lo primero que se debe constatar es que el contexto político latinoamericano en que se desarrollaron estas cumbres y en gran medida en la región amazónica ha cambiado en estos últimos dos años, en particular en Colombia con el ascenso de la izquierda por primera vez en la historia republicana a partir de agosto de 2022, cuando se posesionó Gustavo Petro y en Brasil con la victoria de Ignacio Lula del Partido de los Trabajadores, en enero de 2023, ambos productos de coaliciones progresistas. En el caso de la región amazónica, o Panamazonia, el cambio también se vio reflejado en las reuniones presidenciales por la protección de la Amazonia y contra el cambio climático que distaron fundamentalmente de las cumbres realizadas en los años anteriores, bajo gobiernos declaradamente derechistas como los de Duque, en Colombia, y Bolsonaro, en Brasil. En las dos cumbres realizadas en Leticia, ambas en las instalaciones de la Universidad Nacional de Colombia, bajo el lema de firmar un ‘pacto por la Amazonia’ era paradójicamente evidente que uno de los propósitos ocultos de los proponentes de dichas cumbres, especialmente del gobernante colombiano, fue el de tender un ‘cerco diplomático’ en torno de Venezuela, el único país amazónico que no fue invitado a dichos eventos. Hoy nadie duda del fracaso de dichos intentos.

Estas últimas dos cumbres, bajo los gobiernos de Petro en Colombia y de Lula en Brasil, a pesar de los desacuerdos en definir medidas y plazos concretos representan, en el plano general, un indudable paso adelante en el tortuoso e incierto

---

<sup>1</sup> Sociólogo Universidad Nacional de Colombia, MSc en Estudios Amazónicos de la Flacso Ecuador y PhD en historia comparada de América Latina por la Universidad Nacional de Colombia. Actualmente es Profesor Especial de la Universidad Nacional de Colombia, Director del Centro de Pensamiento en Fronteras y Asesor de la Escuela de Alto Gobierno - Escuela Superior de Administración Pública (EAG-ESAP) en el tema de Gobierno Amazónico.

camino de configurar un proyecto progresista para América Latina y, en el caso de la Amazonia, una luz de esperanza en la urgente y desafiante tarea de detener la deforestación y evitar el llamado ‘punto de no retorno’ en el intento, si no de revertir, por lo menos de detener los procesos que la están destruyendo, no solo los de índole ambiental, sino también aquellos que los acompañan, como son los conflictos socioambientales, producto de la profundización del extractivismo y neoextractivismo, la informalidad, la ilegalidad y la violencia.

No obstante, estos avances que podemos considerar como premonitorios de un cambio de rumbo positivo para Latinoamérica y para la Amazonia; las cumbres de presidentes realizadas en Colombia y Brasil en los meses de julio y agosto de 2023, tuvieron la dudosa virtud de poner de presentes las grandes debilidades y los retos que los estados y sus políticas ambientales tienen a la hora de dirigir y enfrentar la misión de proteger el bioma y la población amazónicas. Estas debilidades se reflejaron tanto en el diseño de las agendas y su enfoque, pero principalmente en la persistencia de las viejas maneras y prácticas de los grupos del poder relativas a la ‘negociación’, el manejo y la implementación de las políticas públicas territoriales y sectoriales o a asuntos que no se han superado, como los que tienen que ver con la participación real, informada y decisiva de la sociedad. Algunos de estos problemas ocupan la reflexión en los párrafos que siguen.

Lo primero que se debe destacar en las reuniones de Leticia y Belém do Pará es la ausencia de una verdadera agenda pública (estatal) para la región amazónica y para sus zonas de frontera. Una que restituya de manera decidida y determinante una gobernabilidad pública debilitada y desmantelada a lo largo de casi tres décadas de gobernanza neoliberal. La gobernabilidad territorial, y más aún la estatal, no puede ser, como desafortunadamente apareció en las agendas de estas reuniones, una más entre otros problemas no jerarquizados ni priorizados.

Dicho en otros términos, tanto las fronteras como la integración transfronteriza estuvieron ausentes de las principales preocupaciones y, por tanto, de las deliberaciones de dichas cumbres, como si la suerte de la selva amazónica no tuviera en absoluto que ver con la articulación interna y la integración de las zonas de frontera y los ámbitos transfronterizos. Esto, a pesar del emblemático significado que el lugar de realización de buena parte de dichas cumbres, en la mismísima frontera de Brasil con Colombia sobre

el río Amazonas, ha tenido desde el punto de vista geopolítico no solo histórico, sino actual.

Si las fronteras amazónicas tuvieron alguna importancia en las discusiones y deliberaciones de estas cumbres, esta estuvo marcada por los viejos, trasnochados y verticales enfoques decimonónicos de las relaciones internacionales, la seguridad y la soberanía; nada que ver con la necesidad de la cooperación y la integración transfronterizas en el mundo actual. En consonancia con esto, asistimos a la profundización de la marginalización y revictimización de las fronteras y sus habitantes: las fronteras como los espacios del crimen, la ilegalidad, el narcotráfico y la violencia. Las fronteras que hay que asegurar y controlar, no las que hay que incorporar e integrar. Ese fue el tono de la discusión sobre los espacios fronterizos y transfronterizos en la Amazonia.

### **Las políticas públicas territoriales y las políticas de frontera**

La ausencia de políticas públicas y de integración transfronteriza para la región amazónica en la coyuntura actual no es algo que deba sorprender, es una falencia que se arrastra desde hace ya varias décadas. No obstante que Colombia, al igual que Brasil y Perú, lograron demarcar el territorio amazónico compartido a partir de mediados de la cuarta década del siglo pasado, con lo que el contorno geográfico de los mismos quedó definido y concluido. Estos países, y en particular Colombia, quedaron a medio camino en el proceso de articular las regiones amazónicas y sus fronteras a los respectivos países. A partir de allí, este último ha tenido y sigue teniendo muchas dificultades en consolidar la nacionalización y estatalización de este territorio, en articularlo al resto de la sociedad colombiana y en consolidar por tanto la construcción y configuración de la Amazonia colombiana como región: la marginación, desigualdad e inequidad entre las regiones en la Colombia actual, así como la persistencia de la guerra y el conflicto armado encuentran en la Amazonia uno de sus ejemplos más palpables.

Entre 1912 y 1991, y tal vez unos años antes en que se empezó a implementar la elección popular de alcaldes, la región amazónica, y en particular el hoy conocido departamento del Amazonas, han trocado el tipo de organización entre Intendencia y Comisaría sin que se haya sabido a ciencia cierta la diferencia entre estas dos figuras, ni tampoco su justificación ni pertinencia. Lo cierto es que desde la guerra con el Perú, y

como un rezago de ella, la construcción de la región amazónica, y por tanto la construcción de nación y presencia del estado, ha permanecido ligada a una fuerte presencia militar y a una visión de soberanía reducida a ésta, en detrimento de las demás dimensiones, responsabilidades e instituciones del Estado. Por eso no es extraño ver que la mayor parte de los alcaldes y gobernantes comisariales o intendenciales, hasta la década de los sesenta por lo menos, en casi toda la región amazónica colombiana, y especialmente en sus fronteras, hayan sido militares<sup>2</sup>.

La transformación en la organización territorial que supuso la Constitución de 1991 significó la abolición de las figuras de Comisarías e Intendencias, al igual que la exclusión de la región como parte de los ‘territorios nacionales’. Esta transformación, sin embargo, no dejó de ser superficial y no removió decididamente el manejo centralista de los territorios, las regiones y los departamentos, no solo en términos de creación de estructuras e instituciones estatales sólidas en todos los nuevos departamentos y en particular en sus zonas de frontera o de su financiación, que continuó siendo precaria e insuficiente, sino que tampoco removió una organización de origen colonial, como son los corregimientos departamentales que, después de treinta años de aprobada la Constitución y la LOOT, aún continúan vigentes en más del 50% del territorio de los departamentos de Amazonas, Vaupés y Guainía. Al respecto, una sentencia de la Corte Constitucional, hace más de dos décadas (1997), declaró los Corregimientos departamentales en la región amazónica como inconstitucionales, o sea, no forman parte de las entidades territoriales ni del ordenamiento territorial estatal. El Estado colombiano ha tratado de resolver esta situación, aunque con medidas transitorias como la expedición del Decreto de 2018 que permite la constitución de las llamadas áreas no municipalizadas y a la espera de que se reglamente definitivamente la ley que crea las Entidades Territoriales Indígenas o ETI’s.

Continuando con Colombia, una situación similar, y que esta intimamente ligada al ordenamiento territorial, se presentó en el caso de las fronteras. En el año de 1995, y en el marco de la implementación de la reforma constitucional, se formuló la Ley 191 o ley de Fronteras, que recoge la experiencia previa de 1985 cuando se formuló un Estatuto de Fronteras. Esta política de fronteras es la misma que no se ha podido

---

<sup>2</sup> Ver: Carlos Zárate. *Amazonia 1900-1940. El conflicto, la guerra y la invención de la frontera*. Bogotá: Leticia. Universidad Nacional de Colombia: IMANI: GET, 2019.

implementar satisfactoriamente, a pesar de la aprobación de políticas públicas llamadas CONPES, en 2002 y 2014<sup>3</sup>, entre otros instrumentos. Entre las razones por las que las políticas de frontera no se han podido implementar satisfactoriamente en Colombia y especialmente en la Amazonia, tenemos problemas que se relacionan con la concepción o enfoque sobre fronteras que se impulsan desde el Estado; con una falta de caracterización y seguimiento de las dinámicas reales de los territorios y territorialidades en las áreas fronterizas; con problemas de definición sobre lo que se debe entender por ámbitos fronterizos y en particular transfronterizos y, finalmente, por problemas que tienen que ver con la ausencia de esquemas y políticas efectivas de integración sectorial y territorial, tanto internas como externas.

Se hace necesaria aquí la comparación con la situación de Brasil, específicamente con su política de fronteras. Se sabe que este país reglamentó desde hace varias décadas la llamada *Faixa de Fronteira*, en sustitución de otras figuras o instituciones que se asocian a términos como los de *guardas de fronteira*, *serviço de fronteiras* o *inspetoria de fronteira* (Zárate *et al.* 2017:169). La ley de *faixa de fronteira* (Ley 2597) fue establecida en el año de 1955 y se reglamentó posteriormente en la ley 6634 de 1979. En términos generales, esta ley define una zona de doscientos kilómetros de ancho, a partir de la línea limítrofe con todos los países con los que Brasil tiene frontera terrestre en América del Sur, y que se divide en arco norte, arco central y arco sur. El arco norte es el que comprende directamente las zonas fronterizas de los países amazónicos con Brasil.

A pesar de que esta *faixa* y la política de fronteras que esta contiene precede, en varias décadas, a la política de fronteras mencionada para Colombia, podemos plantear que no está exenta de los problemas de enfoque y definición que se mencionaron para este último país, es decir, son esquemas de organización territorial estatal que están muy alejados de los territorios y territorialidades fronterizos y, en especial, de las dinámicas transfronterizas reales. El mapa brasileño de la *Faixa de Fronteira* es semejante al mapa colombiano de Departamentos fronterizos por su tratamiento vago de las fronteras que se asimilan sin mayor desarrollo ni detenimiento a las entidades municipales que la componen, en el primer caso, o a los departamentos fronterizos, en

---

<sup>3</sup> Los llamados Conpes de Fronteras No. 3155 de 2002 y 3805 de 2014.

el segundo, con el agravante de que basta con que departamentos como Boyacá compartan una pequeña línea limítrofe con Venezuela para convertirse en departamento fronterizo. Sobra decir que en estos mapas, como en las políticas que los contienen, no existe ninguna consideración seria sobre los territorios y las territorialidades transfronterizas, lo que nos ha permitido plantear la persistencia y el predominio de un nacionalismo metodológico en la concepción y definición de nuestras políticas de frontera, lo que ha permitido, complementariamente, continuar desconociendo la existencia de regiones y entidades transfronterizas.

En la confluencia de Brasil, Colombia y Perú en la Amazonia existe una realidad marcada por una intensa movilidad humana y comercial que expresa una multiplicidad de flujos de todo tipo; complejas redes de parentesco y asociatividad, identidades igualmente complejas que configuran lo que hemos denominado una región transfronteriza. Esta región tiene dentro de sus principales componentes dos que son significativos y, por tanto, determinantes. El primero, la existencia del pueblo Maguta, entre otros (Cocama), cuyos territorios y territorialidades atraviesan los límites fronterizos de estos tres países y cuyo origen es preexistente a los procesos demarcatorios de los siglos XIX y XX. El segundo, la existencia de una red de asentamientos urbanos y semiurbanos, dobles e incluso triples, como los que se ubican en el llamado trapecio amazónico colombiano, a lo largo del río Putumayo o a lado y lado de la línea Apaporis-Tabatinga. Estos asentamientos, los pobladores que los habitan y las dinámicas que los relacionan, desafortunadamente siguen sin existir y no están presentes en el pensamiento, en los mapas, ni en las políticas de frontera de los países amazónicos<sup>4</sup>.

### **Las fronteras como espacio del crimen, la ilegalidad y la informalidad**

El desconocimiento de las dinámicas territoriales fronterizas y transfronterizas explica la ausencia de una verdadera política de fronteras en todos los Estados amazónicos, si por esta entendemos una política que, sin olvidar los preceptos de la seguridad y soberanía nacionales, esté firmemente orientada a la cooperación y la integración transfronteriza. Dicho de otro modo, si se tiene en cuenta que como vimos,

---

<sup>4</sup> Ver. C. Zárate; J. Aponte y N. Victorino. *Perfil de una región transfronteriza en la Amazonia. La posible integración de las políticas de frontera de Brasil, Colombia y Perú*. Leticia-Bogotá. Universidad Nacional de Colombia, 2017.

los pueblos que habitan las fronteras mantienen vínculos comerciales y familiares y una movilidad cotidiana, entre otras manifestaciones e interacciones, bien vendría modificar las políticas públicas que continúan remarcando la diferenciación y la división. Desafortunadamente, las llamadas políticas de frontera en la región solo hacen énfasis en los aspectos que remarcan los criterios de la soberanía y la securitización y, a pesar de que mencionan ocasional y mediáticamente la necesidad de la integración fronteriza, poco hacen realmente por ella. Por tal razón, no es extraño el reduccionismo en las políticas de frontera y su preocupación casi exclusiva, entendible, pero insuficiente, por lo demás, en los fenómenos del crimen, la ilegalidad y la informalidad. La necesaria, desafortunada y, si se quiere, perversa contraparte de esto, como hemos visto en estos últimos años en varias zonas de frontera entre Perú y Colombia en el río Putumayo o en la misma frontera entre Colombia y Brasil, en la pospandemia y en el llamado 'posconflicto', ha sido la revictimización de la población que habita las fronteras, y en no pocas veces, incluso su conversión en victimarios<sup>5</sup>.

En el caso brasilero, no es desconocido que la política de la *Faixa de Fronteira*, en los comienzos de los años ochenta del siglo pasado y desde entonces, ha estado orientada principalmente a garantizar la seguridad y la soberanía en la región amazónica frente a la expansión de cultivos ilícitos, principalmente la coca, pero especialmente la eventual amenaza que representaba la presencia de la guerrilla de las FARC en territorios cercanos a la frontera de Colombia con Brasil. De alguna manera, esto explica que la ley de 1979 relativa a la *Faixa de Fronteira* se haya expedido como una 'zona de seguridad'<sup>6</sup>. No se puede desconocer que hacia el final del siglo pasado y con los gobiernos democráticos posteriores al periodo de la dictadura, durante los gobiernos progresistas de Lula y Dilma Rouseff, la política de *faixa de fronteira* empezó a cambiar su orientación hacia programas de equidad regional, desarrollo económico y conservación de la Amazonia, pero debe reconocerse que la principal preocupación y por tanto, la política en las zonas de frontera de la Amazonia brasilera siguió teniendo como eje principal la política de *segurança* y en todo caso siguió viéndose constreñida

---

<sup>5</sup> Un ejemplo de esto fue la masacre perpetrada por miembros del ejército nacional colombiano en una vereda cercana al municipio fronterizo de Puerto Leguizamo con el Perú, hacia finales del mes de marzo de 2022, donde murieron líderes indígenas e incluso niños, bajo pretexto de perseguir a las bandas criminales que operan en la región o la práctica del gobierno anterior de perseguir a los cultivadores de coca o 'raspachines', acusándolos de promover la deforestación y, por tanto, ser enemigos del medio ambiente amazónico.

<sup>6</sup> Zárate *et al.* Op. Cit: 167

por ella, como eco del 'legado' de la época del ambicioso proyecto militar llamado *Calha Norte*<sup>7</sup>. Como indicó un estudioso brasileiro de las relaciones internacionales fronterizas con los países andino-amazónicos, como Colombia y Perú, hacia finales de la primera década del presente siglo el Brasil, aspiraba a duplicar para la década siguiente (2010-2018) su ya abultada presencia militar en la zona de frontera en la Amazonia que en 2008 contaba con 25.000 efectivos, con "a criação de mais 28 Pelotões Especiais de Fronteira"<sup>8</sup> (Rego Monteiro; Licio Caetano do, 2009:40).

La reflexión y la pregunta que inevitablemente surgen aquí es si esta desproporcionada presencia militar en la frontera amazónica<sup>9</sup>, que no ha sido solo de Brasil, sino también de Colombia y en menor medida, Perú, han servido para detener o siquiera controlar la criminalidad, los circuitos de tránsito y transporte de sustancias de uso ilícito y sus derivados o las actividades asociadas a la minería ilegal, entre otras actividades. Las cifras del incremento de la criminalidad en ciudades fronterizas como Leticia y Tabatinga en los últimos años; el aumento de la conflictividad socioambiental y la violencia a lo largo de las fronteras como se puede ver por ejemplo en uno de los informes *Insight Crime*<sup>10</sup> o la persistencia y profundización del conflicto armado, en el caso colombiano, con posterioridad a la firma de los acuerdos de paz de 2016, permiten poner en cuestión la efectividad de la acción militar en las zonas compartidas de frontera en la Amazonia. El hecho de que existiera una mesa temática relativa al crimen transnacional y transfronterizo en las reuniones de julio y agosto de Leticia y Belém, único vestigio de que las fronteras tienen alguna importancia para nuestros gobiernos<sup>11</sup>, demuestra que la situación de conflictividad y violencia en estas zonas no ha cambiado mucho en las últimas décadas, por el contrario, se ha agravado.

---

<sup>7</sup> Op. Cit., p. 171

<sup>8</sup> Ver: Rego Monteiro, Licio Caetano do. 'Políticas territoriais do estado brasileiro na Amazônia e seus efeitos na fronteira Brasil-Colômbia: controle estatal e ameaças transnacionais'. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009 (Tesis de maestría), pp. 40.

<sup>9</sup> En comparación con unos pocos miles de personas ubicados a lo largo de esta extensa frontera y que se concentran en unas pocas ciudades, principalmente cerca del río Amazonas.

<sup>10</sup> Ver: Insight Crime: Instituto Igarapé. *La Amazonia saqueada. Las raíces de los delitos ambientales en las zonas de triple frontera*. Agosto de 2023.

<sup>11</sup> En versiones posteriores a la declaración final de la reunión de presidentes, hecha en Leticia, se trató de enmendar este serio olvido mediante la introducción improvisada, en varias partes del documento del término 'transfronterizo', lo cual por supuesto no resuelve el olvido y la inexistencia de una política pública para las zonas de frontera o de integración transfronterizas, en este caso de Colombia. Ver. *Camino a la cumbre Amazónica. Propuestas para una Amazonia Sostenible*. Agosto de 2023.

### **Subordinación de las políticas públicas territoriales a una agenda ambiental externa**

Desde la cumbre de 1992 de Rio de Janeiro e incluso desde unos años antes la región amazónica pasó al primer plano mundial cuando el mundo empezó a tomar conciencia de su importancia, así como de su eventual destrucción, y esa percepción continúa hasta el presente, en el contexto del llamado cambio climático expresado en un 'punto de no retorno' y también como consecuencia de la preocupación generada por el incremento de la deforestación, los incendios forestales y la destrucción ocasionada por el neoextractivismo<sup>12</sup>, que no es otra cosa que el extractivismo en el periodo del predominio del modelo y el credo neoliberal. Este contexto le ha servido a Gustavo Petro, el actual presidente de Colombia, para posicionar una agenda internacional en torno a la importancia, la defensa y la conservación de la Amazonia, lo cual se ha hecho sentir en todos los foros mundiales, desde el escenario de Naciones Unidas hasta el de Davos, pasando por las cumbres a las que nos hemos venido refiriendo.

La hipótesis que aquí queremos plantear es que este interés en destacar la importancia de la región amazónica en la escena internacional por su importancia ambiental global se ha podido hacer al costo de invisibilizar, dejar en segundo plano o simplemente subordinar tanto las prioridades internas de articulación de la región amazónica al resto del país, como para diseñar e implementar las políticas públicas territoriales nacionales tendientes a alcanzar la paz y al llamado 'ordenamiento territorial en torno al agua', estrategias enunciadas dentro del 'Plan de Desarrollo Colombia, potencia mundial de la vida'. La consideración de las prioridades temáticas propuestas en las agendas de Leticia y Belém nos permiten plantear, por lo menos en la primera, una inversión de las prioridades de consolidación de la Amazonia colombiana y en cierto sentido, una subordinación de las estrategias de política nacional con respecto a las expectativas de una política conservacionista definida por intereses ambientales transnacionales.

En el caso de las reuniones de julio en Leticia, denominadas 'camino a la cumbre', se pudo ver como la imposición de una agenda predominantemente ambientalista invisibilizó y/o subordinó asuntos cardinales de la acción estatal en la región, además de

---

<sup>12</sup> Ver: Maristella Svampa. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Universidad de Guadalajara: CALAS, 2019.

los de orden territorial y político, tales como el problema agrario en la Amazonia, que es muy diferente del que existe en el resto del país, o las dificultades del gobierno en la implementación del catastro multipropósito y los vacíos y disonancias de la información geográfica que tiene el Instituto Geográfico Agustín Codazzi, IGAC y la Agencia Nacional de Tierras en Colombia, lo cual, entre otras cosas, denota la ignorancia del Estado con respecto al territorio amazónico, pero también la disonancia entre los intereses de las agencias ambientalistas o indigenistas y estos temas prioritarios.

Por el diseño de la agenda en el ‘Camino a la cumbre’, de Leticia, por su carácter poco o nada crítico de las políticas ambientales o, menos aún, de los riesgos de la inminente y camaleónica resiliencia de un falsamente sustentable neoextractivismo (el relato ambiental del capitalismo en su fase neoliberal), aun carente de evaluaciones y análisis serios, todo esto sepultado bajo el traído imperativo de ser proactivos y propositivos y acicateado por la ‘falta de tiempo’, estas reuniones estuvieron servidas para satisfacer los intereses y los proyectos de agencias de cooperación, ONG’s ambientalistas o indigenistas y donantes, amén de la acostumbrada ‘lagarteria’ nacional e internacional, para no perder el lenguaje ambiental. Nada extraño a juzgar por el papel y la importancia que estos organismos han tenido y tienen en la financiación de los programas de conservación, en el manejo de áreas de importancia ambiental e, incluso, en el funcionamiento de agencias estatales que, ante la debilidad o ausencia de claras y serias políticas públicas territoriales ambientales, han acabado por convertirse en subsidiarias, intermediarias o simples ejecutoras de las primeras<sup>13</sup>.

### **Centralismo y ausencia de una participación real y cualificada**

En las reuniones de julio y agosto, a pesar de los esfuerzos y buenas intenciones de las instituciones organizadoras, fue inevitable constatar la persistencia de un centralismo trasladado a la región amazónica, no solo por la debilidad o ausencia para tratar temas propiamente fronterizos y de integración fronteriza más allá de los mencionados, sino por la persistencia de prácticas verticales, antidemocráticas y excluyentes, que se manifestaron en las dificultades que impidieron una participación real, amplia y suficiente, por ejemplo, de las universidades y centros de investigación

---

<sup>13</sup> Estos dos últimos párrafos aparecieron publicados dentro de un artículo reciente de la revista SUR. Ver: ‘Una resbalosa política pública camino a la Cumbre Amazónica’. Revista SUR. Julio de 2023.

existentes en toda la Panamazonia o de algunas de las organizaciones y representaciones indígenas de los países que componen la cuenca.

El centralismo reproducido a nivel regional se manifestó primero en las reuniones de Leticia, particularmente en las que tenían un carácter académico o científico. En el caso de las instituciones amazónicas brasileras, es muy notable la existencia de instituciones instaladas en la zonas de frontera como la Universidad Federal de Amazonas UFAM, la Universidad Estadual do Amazonas, El Instituto Federal do Amazonas IFAM, con varias decenas de profesores, investigadores, grupos de investigación e institutos, es decir capacidad científica y técnica instalada en la frontera, muy cerca, por lo demás, del sitio donde se realizaban dichas reuniones, por ejemplo Tabatinga y Benjamín Constant, sin embargo ninguna de estas instituciones ni sus investigadores fueron invitados a participar en ellas, con la notable excepción de un delegado enviado desde Manaus, la capital del Estado Amazonas, que representó a la Universidad Federal do Amazonas. El caso colombiano es un poco distinto en la forma, aunque igual por sus resultados. Tal vez por ser anfitriona de la reunión de los presidentes la sede Amazonia de la Universidad Nacional, fue invitada a participar, aunque con un solo delegado oficial, que, por supuesto, no representa ni puede presentar la variedad de acciones, grupos, proyectos y propuestas de formación, investigación o extensión que tiene y adelanta la UN en la región y especialmente en las zonas de frontera. Del mismo modo, el día de la visita presidencial, la comunidad universitaria de la sede Amazonia no pudo entrar a su sitio de trabajo, mientras los mandatarios estuvieron allí. No era un problema de espacio, tampoco de seguridad, como argumentaron los organizadores de estas reuniones.

Se podría esperar que esta situación fuera corregida en las reuniones de Belém previas a la reunión de los presidentes, pero desafortunadamente no ocurrió así<sup>14</sup>. El evento académico de los días 5 y 6 de agosto, organizado principalmente por la Universidad Federal do Para, la Flacso Brasil y la OTCA y titulado *Amazonia sustentable. Contribuciones de las Ciencias Sociales y el multilateralismo y de la sociedad civil*<sup>15</sup> y una de cuyas mesas (Panel 2) estaba destinada a las universidades y centros de investigación

---

<sup>14</sup> Esto sin desconocer los problemas de logística, presupuesto o cosas por el estilo que seguramente existieron pero que acabaron limitando el éxito y los alcances de la cumbre.

<sup>15</sup> Traducción mía del Portugués.

de los países amazónicos, apenas contó con un representante de Colombia<sup>16</sup>, una representante de Flacso Ecuador y un representante de Guyana. Como en Leticia, los docentes e investigadores de instituciones, centros y grupos de las zonas de frontera no solo brasileras, sino de los demás países amazónicos llamados a participar en la cumbre, no fueron convocados ni participaron en esta reunión.

Las dificultades en la participación de las representaciones indígenas, así como la acostumbrada instrumentación por parte de ONG's indigenistas y agencias de financiación también fueron muy manifiestas tanto en las reuniones de Leticia como en las de Belém. En el primer caso, varias organizaciones indígenas del lado colombiano alertaron a las autoridades ambientales, semanas antes de la cumbre sobre los riesgos de falta de transparencia, continuidad de prácticas neocoloniales, la manipulación y otras deficiencias en el proceso participativo<sup>17</sup>. En el caso brasileño, se supo que varios centenares de líderes indígenas participaron en un evento paralelo a la cumbre oficial, la *cúpula dos povos indígenas* porque no se sentían representados en ella o porque, según un líder indígena de la Coiab "*Não fomos convidados*"<sup>18</sup>.

Paralelamente y en previsión de que la declaración final de los presidentes no fuera lo suficientemente acorde con las reivindicaciones de los pueblos indígenas de la Amazonia brasilera, las organizaciones indígenas enviaron una carta al presidente Lula, tal como lo hicieran las organizaciones indígenas por el lado colombiano a las autoridades ambientales que ya mencionamos, planteando sus principales reclamaciones, señalando las grandes amenazas que se ciernen sobre la Amazonia y sobre los mismos pueblos por las grandes empresas extractivas mineras y petroleras, invitando a los gobiernos de la Panamazonia, y no solo al brasilero, a respetar y reconocer los territorios étnicos, a avanzar en las demarcaciones y, en particular, conminando al presidente brasilero a vetar la ley conocida como 'marco temporal'. Esta ley pondría en riesgo la demarcación de nuevas tierras e incluso permitiría la suspensión de procesos demarcatorios iniciados con posterioridad a 1988<sup>19</sup>. Después de concluida

---

<sup>16</sup> El suscrito autor de este artículo.

<sup>17</sup> Documento *Por la Amazonia y la vida. La cumbre debe ser participativa*. Firmado por varias organizaciones indígenas del Caquetá y Putumayo y entregado a la ministra de medio ambiente Susana Muhamad, el 23 de junio de 2023.

<sup>18</sup> Según apartes de entrevistas a líderes indígenas aparecidos en el periodico Amazonia Real, bajo el título 'Cúpula dos povos indígenas fica isolada da Cúpula da Amazônia', 7 de agosto de 2023.

<sup>19</sup> La ley de 'marco temporal' fue declarada inconstitucional por el Supremo Tribunal Federal, STF el 21 de septiembre

la cumbre, organizaciones como la Apib (Articulação dos povos indígenas do Brasil), se mostraron frustradas por los resultados y la declaración final por considerar que no se tomaron medidas ni decisiones concretas para la defensa y el reconocimiento de las tierras indígenas y el medio ambiente en la Amazonia. Finalmente, en esta declaración, recordaron al presidente, además del reconocimiento de algunos avances, el incumplimiento de las metas impuestas por su gobierno para los primeros 100 días de homologar la demarcación de 13 tierras indígenas<sup>20</sup>.

### **Conclusión: Una luz de esperanza.**

A pesar de las dificultades analizadas y el asombroso descuido en considerar seriamente las fronteras y los espacios de integración transfronteriza en la Amazonia, sin dejar de reconocer las deficiencias de los gobiernos como el colombiano y el brasilero en los comienzos de sus mandatos, ni las eventuales vacilaciones a la hora de enfrentar decididamente el desmonte y la transformación del modelo neoextractivista causante, en gran medida, de la destrucción y eventual desaparición de la selva y el bioma amazónico, se puede considerar que las cumbres realizadas en los meses de julio y agosto de 2023 significan un cambio en relación con los enfoques y las políticas encerradas en las cumbres amazónicas anteriores y representan una luz de esperanza en la protección de la Amazonia, sobre todo si esta protección está acompañada del reconocimiento de los derechos básicos de la población de la región, bajo la responsabilidad de los Estados y especialmente los derechos de los pueblos indígenas a sus territorios.

En el comienzo de estos gobiernos aún se puede advertir la gran brecha que existe entre la formulación de las políticas y su implementación en las regiones, así como el costo político que ellos tendrán que pagar si no logran empezar a cerrarla satisfactoriamente. Si estos gobiernos, como los demás de la Panamazonia, quieren tener éxito en salvar la selva amazónica y consolidar la región que la contiene, deberán poner al mando, proponer, elaborar y desarrollar una verdadera agenda integrada de políticas públicas territoriales y ambientales que prioricen, aborden y resuelvan los

---

de 2023, sin embargo no ha sido anulada por el actual Congreso, por lo cual podría volver a presentarse. Ver. Declaração da SALSA. Carta a Lula pedindo-lhe para vetar o Projeto de Lei no 2.903/2023. Octubre 8 de 2023.

<sup>20</sup> <http://apiboficial.org/2023/08/09>.

problemas estructurales relativos a la debilidad estatal, lo cual es válido diferencialmente para todos los países amazónicos. Sin el fortalecimiento del Estado y sus instituciones, será muy difícil remover eficazmente las causas de la destrucción del bioma amazónico o los factores de violencia y conflicto que las retroalimentan, así como proponer e implementar un modelo distinto al extractivo.

Por lo anterior, se acentúa la necesidad de avanzar en territorializar, regionalizar, fronterizar y localizar, es decir instrumentar y llenar de contenido amazónico, en las diferentes escalas, estas políticas que en buena medida no han superado la generalidad y el nivel de las buenas intenciones. Es la oportunidad de instrumentar y materializar, por ejemplo, las propuestas del actual presidente colombiano, contenidas en su Plan de Desarrollo 2022-2026 - Colombia potencia mundial de la vida, donde además de lograr la paz, se propone una estrategia de 'ordenamiento territorial en torno al agua' con el reconocimiento de las territorialidades regionales, así como medidas encaminadas a la protección de la selva amazónica, junto con el anuncio del apoyo a las llamadas 'economías populares' en la región. Con todo y sus deficiencias y diferencias, estas estrategias son compartidas por el presidente Lula, como puede verse en las declaraciones finales firmadas en las reuniones de Leticia y Belém.

### Referências Bibliográficas

ASOCIACIÓN TEJIENDO FUTURO DEL PUTUMAYO. *Por la Amazonia y la vida. La cumbre debe ser participativa*, junio de 2023. Disponible em: <https://www.ambienteysociedad.org.co/por-la-amazonia-y-la-vida-la-cumbre-debe-ser-participativa/>

INSTITUTO IGARAPÉ. Insight Crime: Instituto Igarapé. *La Amazonia saqueada. Las raíces de los delitos ambientales en las zonas de triple frontera*. Agosto de 2023. Disponible em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2023/08/La-Amazonia-Saqueada-las-raices-de-los-delitos-ambientales-en-las-regiones-de-triple-frontera.pdf>.

PEDROSA NETO, Cícero. *Cúpula dos povos indígenas fica isolada da Cúpula da Amazônia. Periódico Amazônia Real*, ago. de 2023. Disponible em: <https://amazoniareal.com.br/cupula-dos-povos-indigenas/>

REGO MONTEIRO, Licio Caetano do. *Políticas territoriais do estado brasileiro na Amazônia e seus efeitos na fronteira Brasil-Colômbia: controle estatal e ameaças transnacionais*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina*. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Guadalajara: CALAS, 2019.

ZÁRATE, Carlos *et alii*. *Perfil de una región transfronteriza en la Amazonia*. La posible integración de las políticas de frontera de Brasil, Colombia y Perú. Bogotá: Leticia, Universidad Nacional de Colombia, 2017.

ZÁRATE, Carlos. *Amazonia 1900-1940. El conflicto, la guerra y la invención de la frontera*. Bogotá: Leticia. Universidad Nacional de Colombia: IMANI: GET, 2019.

ZÁRATE, Carlos. Una resbalosa política pública camino a la Cumbre Amazónica. *Revista SUR*, julio de 2023. Disponible en: <https://www.sur.org.co/una-resbalosa-politica-publica-en-el-camino-a-la-cumbre-amazonica/>

## NOVOS OLHARES NO INTERIOR DA AMAZÔNIA

Ennio Candotti<sup>1</sup>

Quero agradecer inicialmente ao convite da Fundação Alexandre de Gusmão e da Flacso e lembrar que cerca de 15 anos se passaram desde a minha última intervenção em um encontro organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão, no Rio de Janeiro, no Itamaraty, em 2005 ou 2006, em que se discutia a Amazônia. Naquele tempo, estávamos pensando na Amazônia como um projeto nacional e, sobretudo, em como completar a construção da nação de modo que incluísse a Amazônia. Essas reflexões me marcaram muito e, digamos, eu trouxe aquele programa até hoje, porque vou falar exatamente de alguma coisa que nasceu naquele tempo.

Em 2005, foi programada a interiorização do sistema universitário brasileiro. Foi uma determinação de governo, discutida nos fóruns organizados pela Fundação Alexandre de Gusmão, entre outros, e isso fez com que institutos universidades interiorizassem.

Na Amazônia, criaram-se campi universitários no interior. Este foi um programa seguido pelos dez anos seguintes. Foram criados 300 campi universitários que modificaram o conhecimento da própria Amazônia, e a presença do Estado começou a ser articulada lá onde se imagina que não tenha nada.

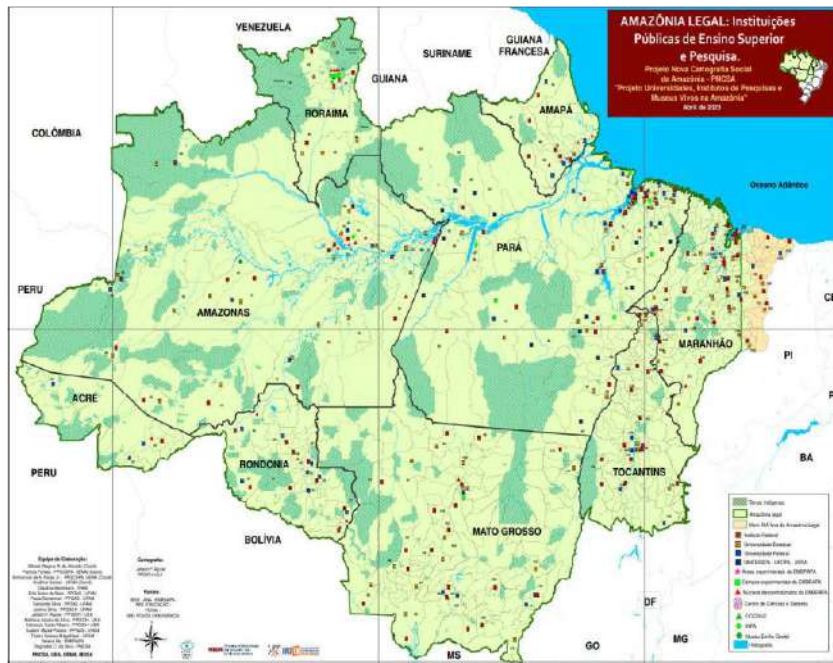
Este mapa [abaixo] foi elaborado por Alfredo Wagner<sup>2</sup>, que já falou dele e de outras questões paralelas. Todos esses pontos que vocês encontram no mapa são de campi universitários, campi de universidades, de institutos de ensino superior, de institutos de pesquisa em 166 municípios do interior da Amazônia. Ou seja, nós estamos recolhendo o que plantamos há 15 ou 20 anos atrás. E, obviamente, são sistemas que exigem tempo para amadurecer. E hoje estamos colhendo os frutos. Esses milhões de

---

<sup>1</sup> Ennio Candotti nasceu na Itália e veio para o Brasil com dez anos de idade. Formou-se em Física e foi professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na Universidade Estadual do Amazonas (UEMA) e na Universidade Federal do Amazonas (UFMA). Foi quatro vezes presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), sendo também intitulado como um de seus presidentes de honra. Como reconhecimento por seu importante papel na divulgação científica recebeu, em 1998, o prêmio Kalinga, da Unesco. Apaixonado pela Floresta Amazônica, foi o idealizador e fundador do Museu da Amazônia (MUSA), do qual foi diretor entre os anos de 2009 e 2023. Candotti faleceu em Manaus, no dia 6 de dezembro de 2023, aos 81 anos.

<sup>2</sup> Alfredo Wagner Berno de Almeida é antropólogo e professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Universidade Estadual do Amazonas (UEA), coordenador do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

peças que estão aqui são resultado de uma ação no interior da Amazônia. O nosso Caetano<sup>3</sup> é, sem dúvida, resultado de uma ação que amadureceu nos anos 2005/2007.



Amazônia Legal: Instituições Públicas de Ensino Superior e Pesquisa (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA, Projeto Universidades, Institutos de Pesquisa e Museus Vivos na Amazônia – Abril de 2023)

Precisamos olhar com outros olhos e outros instrumentos de trabalho no interior da Amazônia. Isto está, hoje, nos colocando um novo desafio e é muito bom que a Fundação Alexandre de Gusmão retome esta discussão, porque vai dar trabalho. Será necessário fazer com que esses 300 centros se integrem à nação, se tornem centros onde a presença do Estado encontre apoio, apoio de jovens, jovens professores e jovens estudantes.

Nesses 300 centros estão sendo educados indígenas, jovens da agricultura local, ribeirinhos, gente que nunca tinha tido uma educação superior lá no interior. E isso é muito importante, porque lança as bases de uma revolução que deveremos acompanhar para que ela não se dissolva.

Hoje de manhã vimos aqui uma discussão sobre biotecnologia. Um dos grandes problemas da Amazônia, uma das grandes questões, são os recursos humanos

<sup>3</sup> Caetano Scannavinno, coordenador da ONG Projeto Saúde e Alegria que também estava presente no seminário Amazônia Sustentável: contribuições das ciências sociais, do multilateralismo e da sociedade civil.

capacitados para realizar, por exemplo, a biotecnologia. Quem é que vai fazer isso? Lá no Estado de São Paulo, com centenas de doutores e especialistas em biotecnologia, ela ainda está engatinhando, está começando a ser articulada. Aqui nós temos 10, 20, 30 especialistas capazes de produzir produtos competitivos para o mercado da bioeconomia, da biotecnologia. Precisamos formar mais gente.

Nós, hoje, não temos pouca gente nas universidades. Há, digamos, mil, dois mil, três mil, cinco mil doutores na Amazônia, mas nós precisamos de dez mil, precisamos de dez vezes isto. Nós precisamos de cem mil engenheiros, sanitaristas, médicos, químicos, gente que possa nos ajudar a enfrentar essa imensa floresta, Amazônia metropolitana, de cidades, de municípios, que estão aí e precisam de apoio. Elas estão muito perturbadas por uma agressiva presença de interesses alheios aos interesses comuns. Mas para fazer isso, é preciso ter gente em condições de enfrentar a organização dos municípios, introduzir a educação, conectar a saúde com a universidade, conectar a agricultura com a saúde, para podermos enfrentar os desafios da construção de um mundo civilizado. Isto, sem dúvida, não é trivial.

Então, só para dar exemplos, a Universidade Federal do Pará (UFPA) tem 10 campi no interior, nas mais diversas cidades. A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), que foi uma 'filha' da UFPA, tem mais campi no interior do que a própria UFPA. A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) tem cinco campi no interior do Amazonas. Nos cinco campi tem 250 doutores. Não é uma coisa simples. Isto vem dos últimos quatro ou cinco anos, é recente. E o que esses jovens, que estão nesses centros do interior, pedem é socorro, porque eles estão isolados, estão sem internet, estão sem saúde, estão com a segurança ameaçada pelas razões todas que discutimos esses dias. Então isso precisa ser corrigido.

Agora, eles estão lá e eles ganham razoavelmente bem. Vocês vão ficar espantados, mas se a gente considerar os salários dos professores que estão em todos esses 300 centros no interior e nas capitais, nas universidades centrais, nós chegamos a 15 bilhões por ano. É um volume de recursos imenso, muito superior a todos aqueles recursos que são levantados para socorrer a Amazônia. Não é socorro que precisamos, nós precisamos fazer com que esses campi tenham condições de trabalhar. Esses recursos de operação são fundamentais. Eles correspondem a 20% do orçamento total. Sabemos, hoje, que eles estão em 5%.

É claro que todo mundo se queixa que não há recursos para fazer pesquisa, é verdade. Mas o principal é o salário e o salário é garantido, está sendo repassado. Foi graças a ele que sobrevivemos ao terremoto do Bolsonaro. Foi graças a ele que transitamos esses dez últimos anos e conseguimos construir uma base sobre a qual podemos começar a pensar a construção, a presença da nação no interior da Amazônia e, obviamente, nas capitais também.

Então, há um desafio que me parece ser um tanto diferente daquele que foi colocado das dificuldades de se organizar a vida universitária ou, por exemplo, os serviços de saúde que são necessários. Nós já temos uma base. Como mobilizá-la?

É como se o Caetano tivesse o navio, tivesse os jovens e não tivesse combustível para tocar o navio<sup>4</sup>. Ao chamado de um socorro, ele não poderia ir até lá. O que acontece com o nosso sistema é isso. Nós não temos os recursos para fazer com que as nossas máquinas e os nossos jovens que se deslocaram para o interior possam trabalhar. Não é uma questão muito complexa, mas certamente precisa de uma Alexandre Gusmão e de bons diplomatas para convencer os responsáveis pelo cofre. E é um cofre controlado pelo Haddad. O Haddad foi um dos promotores desta revolução da interiorização. Foi ele que participou. Eu estava, na época, envolvido também nessas questões e se discutiu isso. Quanto custa? Custa um montão de dinheiro! E agora precisamos colocar combustível no tanque dessa máquina que soubemos construir. Mas não só.

Veja, a Embrapa, por exemplo, que é fundamental nessa discussão da economia, da agricultura familiar, da bioeconomia e tudo isso. Ela tem nove unidades no interior e ela pode multiplicar a presença dessas unidades no interior. Ela já está lá, são nove unidades que poderiam ser mais eficientes. Precisamos arranjar um jeito de melhorar o orçamento necessário para isso, que é pouco perto dos resultados que podemos alcançar em pouco tempo, porque a base já está montada.

Um outro exemplo para as biotecnologias. A Bionorte formou 500 doutores. A Bionorte é absolutamente necessária para a bioeconomia. Isto foi feito e está acontecendo, ou seja, precisamos um pouco de uma injeção de otimismo.

Um outro aspecto dessa mesma situação é que nos últimos 10 ou 15 anos se multiplicaram as associações comunitárias. Ontem, ouvimos o relato das quebradeiras

---

<sup>4</sup> Ele está se referindo ao projeto Saúde & Alegria, coordenado por Caetano Scannavino, que conta com um navio-hospital para atendimento das comunidades da região.

de coco. Alguma coisa sensacional aconteceu no mês passado: 360 participantes de um encontro de quebradeiras de coco, com 240 delegadas. Isto é organização da comunidade para realizar projetos não apenas de sobrevivência, mas de construção mesmo, de uma nova organização para enfrentar as dificuldades e os conflitos sociais que estão encontrando. Para enfrentar esses conflitos sociais, só mesmo se conseguirmos articular as forças organizadas que estão lá no centro.

Uma das diretrizes que o próprio Alfredo Wagner insiste é a criação de centros culturais, de centros de memória no interior. Então, junto com os campi das universidades, deveríamos ter também museus comunitários, centros de memória dos saberes e dos conhecimentos tradicionais, de modo que a memória seja incorporada nessa articulação: saúde, agricultura, conhecimentos e alegria.

Temos uma imensidão de desafios para os campi universitários. Um deles, sem dúvida, é transformar o arquivo de línguas que está sendo consolidado em um instrumento de educação de indígenas pelos indígenas, ou seja, ensinar a sua língua para os seus próprios filhos. Esse é o passo sucessivo. Foi a Altaci Rubim Kokama<sup>5</sup> que nos sugeriu incluir este ponto nesta apresentação. Não é uma tarefa simples, mas precisará do que o Moore<sup>6</sup> apresentou e de uma nova articulação de conhecimentos.

Nos últimos cinco anos, da mesma forma como os campi universitários surgiram, as associações comunitárias se organizam e estão presentes; as mulheres tomaram conta de uma direção política de um mundo que não era aberto às mulheres. Cinco anos atrás, a discussão sobre a política indígena era liderada por homens. Hoje, é liderada por mulheres. Isto é uma revolução no meio, nas próprias aldeias indígenas, nas próprias etnias. Temos que levar em conta isso, porque o olhar da mulher modificará, provavelmente, a construção dessa articulação que queremos ver viva nos municípios do interior, no interior de toda a Amazônia.

Uma última questão é que a Amazônia climática, a Amazônia política, a Amazônia cultural, não pode se limitar a esse universo da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) e da presença da floresta. Quem domina o clima desta região são os Andes e os Andes se estendem do Equador, do Caribe até a Patagônia.

---

<sup>5</sup> Altaci Rubim Kokama é indígena do povo Kokama, linguista e professora da Universidade de Brasília (UnB).

<sup>6</sup> Denny Moore, linguista do Museu Paraense Emílio Goeldi também estava presente no seminário Amazônia Sustentável: contribuições das ciências sociais, do multilateralismo e da sociedade civil.

Vamos pensar nas questões climáticas dos Andes à Patagônia, da Amazônia à Patagônia, do Pacífico ao Atlântico. Ou seja, é a América do Sul que deve liderar a discussão climática neste continente.

Não se iludam, a Amazônia é importantíssima na questão climática, mas na questão climática planetária, é a Unasul (União de Nações Sul-Americanas), é a articulação em direção ao Sul. E não basta o tango argentino “El sur és una luz de almacén”. É verdade, mas é muito mais que isto, é uma diretriz política. Nós olhamos para o Sul como um projeto para toda essa região, que climaticamente é importante no planeta, mas politicamente é muito importante que seja inclusiva da Colômbia ao Chile, à Patagônia.

Nesse sentido, há uma questão que seria interessante levantar neste encontro que é a circulação de estudantes. Não é possível que os estudantes colombianos não conheçam, não estejam aqui. Como resolver a questão da circulação dos estudantes na América do Sul?

Os europeus costuraram a Europa com estudantes viajando da Itália para a Inglaterra, da Inglaterra para a Alemanha. Foram os estudantes que desprovincializaram a Europa. A Europa era um conjunto de províncias, os alemães contra os franceses, os franceses contra os italianos, os italianos contra os alemães. Isto foi superado pela juventude, que andou de um lado para o outro, o alemão namorou uma italiana, a italiana com o francês, e foi isso.

Precisamos fazer com que os estudantes jovens da América do Sul circulem pelas universidades, pelos centros, pelos centros comunitários, etc.

Então, o que eu quero dizer é que a construção da nação não está concluída. Foram instaladas escolas, universidades, campi nos municípios distantes. Falta agora conectá-los com a saúde, com a alegria, com a segurança e com o transporte.

Vejam o que acontece na Amazônia. Um recente estudo do Banco Mundial mediu os tempos de transporte na Amazônia pelas horas/ônibus. Quem escreveu isso nunca esteve na Amazônia, ou a ideia é asfaltar os rios para que possam transitar os ônibus. Está em quantas horas/ônibus a medida do transporte? Não é por aí, não vai funcionar! Essas coisas precisam ser planejadas aqui.

Precisamos trazer de volta a Alexandre de Gusmão, porque temos novos aspectos da construção da nação que plantamos naquela época e que agora estamos

colhendo os primeiros frutos, mas eles são complexos, precisará muita diplomacia para costurar os resultados do que plantamos naquela época. Os investimentos estão ao nosso alcance. Essa é uma mensagem que eu queria deixar clara: não é por falta de recursos. Os recursos já estão sendo investidos no sistema, na presença do Estado na Amazônia através das universidades.

Falávamos em 15 bilhões por ano. Isso é um valor muito significativo no quadro atual. Precisamos acrescentar os recursos operacionais, é isso.

Isso que eu estou dizendo é fruto de um grupo de trabalho de dez pessoas<sup>7</sup>, entre as quais a professora Marilene Correia e o Alfredo Wagner que estão aqui.

As sugestões apresentadas caminham na direção de sugerir ao governo que se crie uma secretaria especial da presidência para a Amazônia. Não porque queremos espaço político - é claro que queremos na Amazônia espaço político - mas porque é complexa a articulação daquilo que já está investido com aquilo que precisamos investir e com a missão de voltar a Amazônia para o Sul, em direção às articulações da Unasul ou dos projetos que vocês, no Itamaraty, haviam pensado e estavam bastante avançados há dez anos atrás.

Estamos no fim dos dez anos. Temos desafios pela frente. Mas a alegria nos ajudará a mostrar que a missão é possível.

---

<sup>7</sup> Este grupo publicou no JC Notícias (SBPC), n. 7227, edição de 19 de julho de 2023, um documento intitulado 'Amazônia em 14 tempos'.

## SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA: PRODUÇÃO CIENTÍFICA E CONTRIBUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES

José Guilherme Fernandes<sup>1</sup>

- Vou ao Rio com essa intenção, Manuel Raimundo. Terminarei o curso. Gostaria de me especializar em veterinária, por exemplo. Ser mais útil às minhas fazendas, ao meu gado. Em zootecnia. Tenho uns projetos (...)

- Ponha esses projetos de lado e consiga o seu diploma, menino. Em Marajó quem manda é a providência. Isso só melhora quando Deus mandar. No princípio do mundo não foi o dilúvio? (...) Não acredito em doutores de gado (...). O que Deus lhe dá basta, menino. O gado não cresce e não se multiplica? Coronel era homem sem projetos. Fazia o que a lei da natureza mandava e deu-se muito bem (JURANDIR, 1992, p.311).

A epígrafe da antológica obra *Marajó*, do romancista paraense Dalcídio Jurandir, publicada em 1947, retrata gerações de família oligárquica rural da Amazônia paraense e sua visão acerca da exploração da região, das relações socioeconômicas e do papel da ciência e da educação. O filho herdeiro de Coronel Coutinho, Missunga, após a morte do pai, resolve completar seus estudos para trazer novos conhecimentos veterinários para a lida com o gado de suas fazendas. No entanto, é repreendido pelo contador das fazendas, Manuel Raimundo, que é parte da herança do pai, que traz a velha lógica de que para lidar com bois e peões basta a mão de ferro e o “Deus-dará”, relegando qualquer conhecimento científico a uma balela de “doutores de gado”. Conclui-se que, seja por uma herança social ou por uma omissão científica, a Amazônia vive e sobrevive essa dicotomia. De um lado as oligarquias e os renegados da terra e de outro os ambientalistas e cientistas, ambos de olho na região, mas que pecam por uma simples razão: onde há o diálogo com os povos e comunidades locais? Onde há a aplicabilidade coletiva e inclusiva de suas práticas e modelos?

Nesta apresentação farei uma trilha entre esses dois marcos e protagonistas, na tentativa de vislumbrar um caminho possível e efetivo da participação e contribuição da ciência e dos cientistas locais para a sustentabilidade da Amazônia. Mas inicialmente, tendo por foco minha instituição de origem e de atuação, gostaria de apresentar alguns dados da Universidade Federal do Pará (UFPA). São os números

---

<sup>1</sup> Professor Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA), Pesquisador e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA/UFPA); bolsista produtividade em pesquisa PQ2 (CNPq); sócio colaborador da Associação Brasileira de Antropologia.

relativos aos atores envolvidos no processo de produção e ação acadêmicas, no ano de 2022:

- a) a UFPA tem 1.224 Bolsas PIBIC em todas as modalidades disponíveis;
- b) a UFPA dispõe de 2.523 docentes, sendo que 1.469 apresentavam projetos de pesquisas, havendo a presença de 83,91% de doutores no quadro de docentes;
- c) a UFPA tem 53.147 estudantes de graduação e 10.607 de pós-graduação, incluindo residências médicas;
- d) a UFPA possui 102 PPG stricto sensu;
- e) a UFPA apresentou orçamento executado de R\$1.601.064.562,16, para uma população universitária de 61.690 pessoas (per capita de 25.953,38 reais).

Contrariamente, para 2022, o Orçamento (LOA Belém) previu uma receita de R\$ 4,3 bilhões para custear as despesas do Executivo e Legislativo municipais e de uma população de 1.303.389 habitantes (Censo 2022) – per capita de 3.299,00 reais.

Enquanto isso Belém apresentou no mesmo ano:

- a) Esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2010) para 67,9% de sua população; ficou em 1464º lugar entre os 5.570 municípios do Brasil, quando ao IDH;
- b) A arborização das vias de Belém é de 22,3% (IBGE, 2010).

Os números e realidades acima depõem contra a instituição acadêmica, uma vez que para o leigo cidadão não cabe que uma instituição de pouco mais de 60 mil almas tenha gastos equivalentes a quase 30% do orçamento da capital do Estado do Pará, esta, com mais de 1,3 milhão de habitantes. Em tábula rasa, realmente seria um desatino o gasto; mas por quê? Primeiramente, o que efetivamente mudou na cidade de Belém, com péssimo esgotamento e pouca arborização, nos 66 anos de existência da instituição acadêmica? Quais os avanços ecológicos e econômicos dependentes da UFPA? Evidentemente que caberia enumerar os dados que a Universidade ajudou a melhorar quanto ao desenvolvimento do Pará e de sua capital, que talvez não coubessem aqui. Mas creio que boa parte do desconhecimento da população em relação à contribuição científica ocorra em função do distanciamento da entidade das bases da população, seja porque ainda haja pesquisadores que sustentem a objetividade da produção científica, o que implica em linguagem própria e distanciamento do objeto, ou seja, em razão de que a ciência não deve ter apelos sociopolíticos, e com isso as demandas devem partir da própria academia e não da

sociedade.

Sem querer apontar as razões destas escolhas ou suas possíveis reversões, apenas me apego a identificar os tipos de pesquisadores e de pesquisas que são viabilizadas nas universidades, inclusive as amazônicas:

1. pesquisador observador – aquele investigador/a científico que estabelece uma relação de distanciamento com o público, pois o considera como parte da pesquisa na condição de objeto e assim segue a orientação de objetividade científica;
2. pesquisador participante – este pesquisador/a constrói relação de confiança com o público foco de pesquisa ou mesmo o público que está no entorno do objeto, mas não interage politicamente com este, uma vez que considera que o papel do investigador científico é de auxiliar o empoderamento do público;
3. pesquisador colaborador – este tipo de pesquisador/a estabelece proximidade com o público, a partir do princípio de que a pesquisa envolve direta ou indiretamente a sociedade, estabelecendo relações interculturais, por vezes tensas, por vezes solidárias, pois este investigador científico atua na condição de parceiro de trabalho e de atividade política em decisões que envolvam os rumos da pesquisa

Opto pelo pesquisador colaborador em nossa região amazônica, pelo menos por ora, pois há urgência em incluir povos e comunidades tradicionais e seus saberes como garantia de sustentabilidade econômica e preservação ambiental, pois devemos, enquanto cientistas e acadêmicos/as, ser competentes para “desarrollar las aptitudes que necesita la gente para movilizar y crear un conocimiento que sea socialmente relevante” (CHEVALIER, BUCKLES, 2009, p.20). Ademais, a pesquisa de caráter colaborativo coloca acento

Sur la dynamique à travers laquelle des praticiens se mettent en recherche à propos de leur univers de pratique, que ce soit dans une perspective de réflexion et de retour sur la pratique ou dans une visée de transformation, les deux étant bien sûr imbriquées, mais pas nécessairement de façon directe et immédiate (BONNY, 2017, p.30-31)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Tradução livre do autor: “Na dinâmica através da qual praticantes realizam a pesquisa em seu universo de prática, seja em uma perspectiva reflexiva ou em uma perspectiva de transformação de suas realidades, sendo que estas perspectivas estão imbricadas, mas não necessariamente de modo direto e imediato.”

Tenho a nítida certeza de que a instituição acadêmica, em particular as instituições públicas, devem ser condutoras desse processo de colaboração. Elas certamente não devem ser as únicas, mas elas certamente têm um protagonismo proeminente entre as demais instituições públicas e privadas, porque:

Las instituciones de enseñanza superior todavía están en una posición de ofrecer liderazgo en el uso de diversas formas de conocimiento para ocuparse creativamente de los problemas y relacionarse con la gente en entornos complejos e inciertos. Los nuevos enfoques para el aprendizaje deben movilizar la reflexión colaborativa entre quienes trabajan en el campo académico y en otros sectores tales como el gobierno, los grupos voluntarios y sin fines de lucro, las organizaciones comunitarias, los medios de comunicación, las fundaciones filantrópicas, los centros de estudio e investigación, los institutos, las empresas consultoras y los organismos internacionales que laboran en diferentes campos (CHEVALIER, BUCKLES, 2009, p.20-21)

Evitando-se apontar qual o tipo ideal de pesquisador/a para a região, é prudente, no entanto, que tenhamos a consciência de que, a depender das finalidades, atores envolvidos e produtos originados de estudos e/ou projetos científicos, há a necessidade de termos a clareza das ações a serem implementadas como desdobramentos das produções acadêmicas, sob o risco de que a imparcialidade promova tão somente a exclusão dos segmentos locais envolvidos nos benefícios a serem gerados.

Exemplos não faltam quanto às escolhas epistemológicas e metodológicas que ampliam a distância entre universidade e sociedade e promovem a exclusão de atores sociais e seus saberes do meio acadêmico. A questão da invisibilidade de população de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) na educação superior começa com a indisponibilidade de dados acerca da população de PCT que estudam nas Instituições de Ensino Superior (IES), posto que as universidades da Amazônia Legal não apresentam, de forma transparente e imediata, estatísticas acerca de ingressantes e egressos, de modo geral e por cursos, o que dificulta a construção de projetos e a efetivação de políticas públicas. Foi isto que ocorreu nos sites da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), mesmo a despeito destas universidades atuarem em espaços de grande presença de territórios indígenas e quilombolas. Ademais, essa ocultação de dados tem a ver com o fato de que as vagas a serem preenchidas, segundo a Lei 12.711 (BRASIL, 2012) – que visa a garantia de acesso de pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas em instituições de ensino superior

públicas –, devem ser proporcionais ao número de pessoas desse segmento na população de cada estado onde está instalada a Instituição de Ensino Superior (IES) que ofertará vagas no sistema de cotas.

Ora, só para termos exemplo, em relação à Amazônia, o Pará apresenta a terceira população quilombola do Brasil, depois do Maranhão, totalizando 135.603 pessoas (IBGEb, 2023), mas que corresponde a apenas 1,67% da população do estado. No Maranhão, pela mesma fonte, temos 269.168 pessoas quilombolas, mas que corresponde a somente 3,97% da população. Tendo como referência o estado do Pará e considerando-se os pretos que não se autoidentificam como quilombolas (vivendo em território reconhecido como tal), temos no Pará um total de 793.621 pessoas, o que significa 9,77% do total de 8.120.131 habitantes. Em nosso entendimento, a resistência em se declarar quilombola ou preto/a é decorrente do longo e histórico processo de branqueamento da população e de racismo estrutural que impinge a população a negar qualquer herança mais direta com os/as pretos/as escravizados, levando-nos a assumir um colorismo que faz com que no mesmo Pará haja uma população de pardos/as de 5.673.446 de pessoas (quase 70% da população).

Por isso, acreditamos que haja uma subnotificação referente a assumir-se preto ou quilombola, ocorrendo quase a mesma situação entre os indígenas. O exemplo do Amapá é significativo quando no Campus Binacional do Oiapoque, da UNIFAP, houve 86 indígenas ingressantes nos cursos de graduação em 2023 (dados levantados por Mariana Janaina Alves, professora e pesquisadora da UNIFAP), o que corresponde a 1,72% da população indígena do baixo rio Oiapoque, em torno de 5 mil indivíduos (Vidal, 2007). E a grande maioria dos indígenas ingressantes naquele ano foi aprovada em curso específico de Educação Intercultural, o que significa irrisório acesso aos demais cursos de graduação: Geografia – 1 discente; Enfermagem – 1 discente; Letras Francês – 2 discentes; Direito – 2 discentes.

Esse fato acima leva-nos a observar uma invisibilidade desses segmentos nas IES, posto que com “diminuta” participação física nas academias decorre a ausência de força política para reivindicar inclusão de epistemologias nativas. Por isso que em termos de Amazônia, onde ainda coexistem com a língua oficial mais de uma centena de línguas nativas indígenas, a proporção de representação de PCT nas universidades é ínfima, pois na Amazônia Legal existe 26.650.798 habitantes, e 868.419 pessoas

indígenas, o que corresponde a somente 3,26% da população da região (IBGEa, 2023). Somente a colaboração intercultural entre os conhecimentos e saberes poderá diminuir essa assimetria de representação e de distanciamento de saberes, pois não há um saber estritamente universal posto que todos são relativos às suas condições de produção específicas (Mato, 2008), e são aplicáveis adequadamente às culturas das quais são indiciais. Com isso, os saberes ditos locais e nativos têm sua produção e aplicabilidade, em princípio, decorrentes e pragmáticas para dar conta de demandas de suas sociedades e culturas de origem, e no caso da Amazônia esta práxis tem a ver com a sustentabilidade, oriunda de ethos de suas populações praticantes de saber-fazer localizado. Portanto, considerar os saberes e fazeres de PCT da região é certamente promover a sustentabilidade ambiental e econômica. E com isso, com reconhecimento de saberes “locais” na academia, poderemos paulatinamente incluí-los nos currículos, promovendo a tão considerada decolonialidade de saberes e ainda extinguindo a subalternização na academia que, por vezes, gera a política de cotas em razão de racismo institucional por parte da “branqui(a)tidade” de parte da parcela universitária: afinal, todos os saberes são locais e localizados, gerados por uma única raça, a humana.

Particularmente, sigo a perspectiva aventada da ampla interação e colaboração em pesquisa para a Amazônia, uma vez que as populações locais, além de terem a sapiência e propriedade de seus recursos ecossistêmicos, são coprodutoras de conhecimento já que, em variados momentos, os cientistas necessitam do apoio destas populações para o sucesso de suas pesquisas: sejam os biólogos que queiram conhecer as rotas migratórias das aves e a necessária informação de pescadores artesanais; ou os arqueólogos, que buscam os sítios situados nos confins de territórios indígenas; sejam os historiadores e antropólogos em busca dos modos de vida e eventos dos ancestrais de povos e comunidades quilombolas; sejam os farmacêuticos, querendo saber das plantas medicinais e seus princípios ativos segundo os extrativistas florestais; em suma, todos/as necessitam do diálogo e aprendizado dos povos e comunidades locais da Amazônia, e portanto devem reconhecer que a pesquisa que fazem tem caráter colaborativo.

A seguir, disponho de diretrizes a serem consideradas desde o cenário apresentado acima, a fim de que tenhamos, neste encontro e diálogo, marcos a serem

considerados na aplicação da pesquisa e seus desdobramentos em cenário amazônico.

### **Contribuições das Instituições de Pesquisa para as Políticas Públicas e Realidades Socioeconômicas da Amazônia**

- Institucionalizar propostas de pesquisa com equipes e metodologias interdisciplinares, visto que os problemas na região são complexos em razão da associação humano e meio ambiente;

- Propor projetos e programas em redes de pesquisas, a fim de evitar guetos científicos-acadêmicos e a exclusão dos grupos locais, favorecendo-se o estudo comparativo e relacional;

- Promover vivências e experiências de pesquisadores/as diretamente com as comunidades amazônicas, em nível de graduação e pós-graduação, a fim de obter-se demandas e soluções *in situ*;

- Fomentar mudanças curriculares na educação superior, com ampla interculturalização de cursos de licenciaturas e bacharelados, e ainda pós-graduações, mediante o diálogo de saberes e a educação para os sentidos.

- Compartilhar, na medida do possível, dados de pesquisa em rede entre as instituições locais, com a construção de bancos e acervos unificados do ponto de vista de sistematizações entre as universidades, para que haja equanimidade na produção de conhecimentos na região;

- Instituir a pesquisa colaborativa entre comunidades e pesquisadores universitários, proporcionando-se a formação loco-regional e a partilha de métodos e epistemologias, com produção em coautoria;

### **Contribuições do Poder Público e Privado para o Fortalecimento de Instituições de Pesquisa**

- Fomentar pesquisas em que haja prioritariamente o atendimento de demandas loco-regionais, em que os dados gerados possam possibilitar base para a elaboração de políticas públicas acordadas com a sustentabilidade da região;

- Instituir a participação de instituições de ensino superior e pesquisas em conselhos e fóruns governamentais e de representação social, na condição de consultores e de conselheiros com ação político-social;

- Instalar bases móveis de pesquisa e formação superior em meios fluviais e terrestres (ônibus e embarcações), com a disponibilidade de estrutura de ensino, de laboratórios, de hospedagem e espaços para a inovação, atendendo-se *in loco* comunidades remotas da região, através de equipes interdisciplinares e interinstitucionais, com a presença efetiva do Estado;

- Favorecer a urgente inclusão digital na Amazônia, com equipamentos e com a garantia da qualidade de sinal, bem como com formações para o letramento digital das populações locais;

- Criar Observatórios Culturais na Amazônia, com a alimentação em tempo real de informações socioambientais e histórico-culturais pelos povos e comunidades tradicionais, garantindo-se a colaboração em pesquisa e a formação continuada, e ainda a inovação biomimética e o monitoramento ambiental;

- Instituir a participação de representações de comunidades amazônicas, em caráter consultivo e/ou deliberativo, em conselhos de gestão em pesquisa da IES públicas.

### **Brevíssima Conclusão**

Não exatamente para concluir, mesmo porque estas breves palavras soam mais como provocação, uma proposta, um projeto, do que um resultado de pesquisa e relatório final. Mas tenho a pretensão de, com esta provocação, gerar subsídios para problematizar as estruturas existentes de pesquisa na região (as físicas e as humanas) e com isso promover a subversão a tantos coronéis amazônicos, de fazendas e de academias: “O gado não cresce e não se multiplica? Coronel era homem sem projetos. Fazia o que a lei da natureza mandava e deu-se muito bem”. Até quando teremos que lidar com essa natureza, não a ecossistêmica, mas a humana, dos Manuéis Raimundos, que perverte e inverte a lógica da própria sobrevivência, sem projetos e ao deus-dará?

### **Referências Bibliográficas**

BONY, Yves. Les recherches partenariales participatives: éléments d’analyse et de typologie. In: GILLET, Anne, TREMBLAY, Diane-Gabrielle (direction). *Les recherches partenariales et collaboratives*. Québec: Presses l’Université du Québec, 2017.

CHEVALIER, Jacques M., BUCKLES, Daniel J. *Guía para la Investigación Colaborativa y la Movilización Social*. Ottawa: IDRC; Ciudad de México: Plaza y Valdés, 2009.

IBGEa. *Censo Demográfico 2022: indígenas*; primeiros resultados do universo: segunda apuração. - Rio de Janeiro: IBGE, c2023.

IBGEb. *Censo Demográfico 2022: quilombolas*; primeiros resultados do universo: segunda apuração. - Rio de Janeiro: IBGE, c2023.

JURANDIR, Dalcídio. *Marajó*. Belém: CEJUP, 1992.

MATO, Daniel. No hay saber “universal”, la colaboración intercultural es imprescindible. *Revista Alteridades*, Cidade do México, v. 18, n.35, 2008, pp. 101-116.

VIDAL, Lux. *Povos Indígenas do Baixo Oiapoque: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, Iepé, 2007.

## BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO SUSTENTÁVEL: O CASO CPI-ACRE

Vera Olinda Sena de Paiva<sup>1</sup>

Sou da Comissão Pró Indígenas do Acre – CPI-Acre, uma instituição que nasceu em 1979 com o objetivo de lutar por direitos, justiça territorial e social e, principalmente, pela demarcação das Terras Indígenas. Desde então, ao longo de 45 anos, a CPI-Acre vem trabalhando com os povos indígenas. O diferencial do nosso trabalho é que ele tem base em um longo tempo de atuação, nas ações em parcerias com os povos indígenas e no conceito de ‘autoria indígena’.

Desde o início de sua atuação, a CPI-Acre tem seguido os princípios de escuta, respeito ao protagonismo e autonomia dos povos indígenas, com objetivo de fortalecer, empoderar e investir no apoio para ecoar o poder de decisão das comunidades. O empoderamento, tão discutido atualmente, faz parte do trabalho da CPI-Acre, desde o final dos anos 70 e início dos anos 80.

Valorizamos e damos concretude ao estar junto, ao trabalho coletivo, a lutar juntos(as)(es) por direitos territoriais, como a demarcação das terras indígenas e a melhoria da qualidade de vida nesses territórios. Mas o que significa autoria, nesse trabalho? Significa capacidade de ouvir, como mencionei anteriormente. A escuta é essencial. Mas também significa respeitar as decisões das comunidades em relação ao que chega de fora. Um exemplo sólido disso é a criação e funcionamento das escolas indígenas, que foram criadas sob muita escuta: por que e para que escolas indígenas? Como fazer com que elas funcionem? À época, mediamos e problematizamos esse diálogo para que as lideranças e professores tomassem suas decisões. E, acima de tudo, reconhecemos e fortalecemos a importância e o lugar do culturalmente diferenciado nesse processo. Entendemos que as boas práticas devem estar bem fundamentadas, e isso leva tempo.

Importante mencionar um grupo de pessoas muito importante que fundou a CPI-Acre e que continua trabalhando com os povos indígenas até hoje. São pessoas como Txai Terri Valle de Aquino, Dedê Maia, Antônio Macedo, Luiz Carvalho e Nietta Monte,

---

<sup>1</sup> Graduação em Letras, pós-graduação *latu sensu* em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Acre (UFAC) e Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento pelo Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe (CREFAL – México). Trabalha com povos indígenas no Acre desde 1985. Atualmente, é coordenadora executiva da Comissão Pró-Índio do Acre.

que abriram caminhos para todo esse trabalho, que reconhecemos e honramos. É por isso que boas práticas estão diretamente ligadas à continuidade, ao estar e fazer juntos(as)(es), e não a um trabalho norteado por uma atitude colonizadora, de cima para baixo, ou de fora para dentro.

Importante lembrar que esse trabalho não pode ser dissociado do direito à terra. O fortalecimento de lideranças em suas lutas pela demarcação das terras. Como resposta a esse investimento, é necessário que essas lideranças e comunidades mostrem aos poderes e à sociedade como vivem e cuidam, como fazem a gestão de seus territórios valorizando seus conhecimentos e saberes, valorizando suas culturas, seus modos de ser e fazer em todos os aspectos de suas vidas.

Esses conhecimentos não podem ficar escondidos ou invisibilizados. Eles devem estar no centro das discussões e resultar em políticas públicas reconhecidas por sua legitimidade. Como resultado desse processo, há mudanças na forma de viver e estar no mundo dessas comunidades, como o aumento da autoestima e do orgulho de pertencer a um povo, que não existia quando essas comunidades enfrentavam os processos de colonização, nos seringais.

Na década de 80, os jovens indígenas eram inibidos e incentivados a esconder sua identidade. Nosso trabalho voltou-se a valorizar e fortalecer as culturas, a estimular o uso das línguas indígenas e a combater a ideia de que os povos indígenas apenas falavam 'gírias'. Fizemos e continuamos a fazer um trabalho árduo para manter as línguas vivas e as culturas fortalecidas, por entendermos que as boas práticas andam passo a passo com as identidades.

Hoje, podemos ver os resultados desse empoderamento na presença e atuação dos(as) indígenas que estão aqui, neste Seminário: o orgulho, a beleza da diversidade, os cocás, a potência das falas. Há 45, 50 anos, isso não existia, ou era muito acanhado.

Entendemos que é bem importante observar o tempo necessário para que um projeto se viabilize como boa prática. No nosso caso, esse tempo representa muitos anos de trabalho com os princípios culturais e linguísticos.

André Baniwa discorreu, neste Seminário, sobre as disputas para reverter a situação da exploração de indígenas como mão de obra pouquíssimo valorizada. Falou também sobre as injustiças e sobre a necessidade de colocarmos as culturas, os

conhecimentos e as línguas indígenas como dimensões importantes, para que os povos vivam bem em seus territórios.

Nesse ponto, precisamos refletir sobre o que contribui com boas práticas de desenvolvimento. A escuta de que falamos anteriormente significa também considerar o respeito necessário a um outro modo de conceber o tempo, sem a pressão e as urgências do mundo ocidental. É poder chegar e integrar uma roda de conversa, na horizontalidade, no olho a olho, sem a planilha de projetos definindo tempo de fala. Sem a pressa.

É desafiador e complexo chegar a uma terra indígena e conversar em um tempo e ritmo que são balizados por outros modos de ser, estar e fazer, forjados a partir de outras perspectivas, outros olhares, outras maneiras de estar no mundo – próprias dos povos indígenas.

Nessas territorialidades e contextos, não somos nós – não indígenas parceiros – que damos o tom. A construção desse trabalho em parceria, que vem ocorrendo desde as décadas 70 e 80, nos ensinou e permanece ensinando, e nos faz entender que o caminho não é mudar o *time* para atender o projeto, para planilhar tudo, correr para alcançar resultado. Trilhamos outros caminhos e, por meio deles, conseguimos chegar a essas boas práticas, porque consideramos esses outros modos de viver e conciliar com tempo maior; o tempo do compromisso de escutar, de interagir, de dialogar.

Assim, conquistamos espaços e construímos saberes, capacidades e acúmulos que nos ensinaram a, juntas e juntos, dar passos para frente e para trás, em iniciativas e projetos. Não foi nem é fácil, porque os resultados são necessários. Mas atingimos bons resultados, porque o trabalho é continuado e sistemático.

Por tudo isso, a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas é um potente exemplo de trabalho desenvolvido pela CPI-Acre – que pode ser qualificado como uma boa prática. Em primeiro lugar, porque é uma ação que começou em 1996 e se mantém firme, pulsante e atualizada. Em segundo lugar, porque, a partir da formação – organizada em cursos anuais no Centro de Formação dos Povos da Floresta – os agentes organizam e animam a gestão territorial e ambiental em suas terras indígenas. Cada aldeia conta com um agente agroflorestal com formação específica e fundamentada nos princípios da educação indígena: bilinguismo, interculturalidade, valorização de conhecimentos indígenas, organização comunitária.

Esse agente estuda, faz cursos e contribui com a sua comunidade realizando ações bem concretas em suas terras: desenvolvimento de Sistema Agroflorestal (SAF), de quintais agroflorestais, manejo do lixo e das águas, vigilância do território, ajudam a identificar e proteger espécies ameaçadas de extinção, bem como promovem a recuperação de áreas degradadas. Cabe acrescentar que esses agentes agroflorestais contam com apoio para desenvolver todas essas atividades: recebem uma bolsa do governo do Acre por esse trabalho de gestão ambiental.

Importante lembrarmos que essa formação de que tratamos tem caráter investigativo, problematiza, propicia espaço para muitas perguntas, reflexões, análises e é realizada considerando contextos e dimensões diferentes. Por tudo isso, a formação de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) desenvolvida pela CPI-Acre é um exemplo de boa prática que ocorre há 27 anos!

O professor Alfredo Wagner (UEA/UEMA) discorreu, no âmbito da Conferência, sobre a análise de contexto e problemas na cartografia social, citando o exemplo das balsas na Amazônia. Em sua fala, chamou atenção para o quanto uma equipe precisa observar, refletir e analisar para mapear e discutir impactos, problemas e soluções. Para isso, precisa de tempo e essa é condição para que as boas práticas aconteçam e avancem. No percurso, enfrentam fluxos e refluxos, progridem e regridem, próprio de situações complexas que almejam mudar realidades para melhor.

Compreendemos que esse olhar também baliza e referencia as boas práticas que realizamos. Colocar em escala, grau ou nível, numa série progressiva, não é nem foi uma preocupação em nosso trabalho. Não afirmamos com isso que esse tipo de medição não deve existir, ou que não importa, mas entendemos e defendemos outra forma de acompanhar e avaliar nossas ações, que necessita de um tempo bem maior, tanto no que diz respeito à formação, como a outras ações realizadas com os povos indígenas: o tempo das culturas, das línguas, o tempo de entender outros modos de pensar e tomar decisões.

Acreditamos que esse tipo de compreensão também faz diferença para que sejam construídas essas boas práticas de sustentabilidade, que envolvem fazer a gestão de territórios com a força das culturas, com os conselhos dos pajés e dos mais velhos. Essas práticas demandam outro tipo de indicadores, focados em fatores como o bem viver e o nível de felicidade, como existe oficialmente em países como a Nova Zelândia.

E, no Acre, fazemos isso desde os anos 80, por entender que uma boa prática tem que ter sentido e promover coisas boas para as comunidades. As festas, as pinturas, os rituais são vitais para a sustentabilidade e muito contribuem com a diversidade cultural do Brasil.

Na década de 90, quando foram formuladas e definidas políticas públicas com ênfase no desenvolvimento sustentável, a CPI-Acre contribuiu já trazendo experiências de, pelo menos, 15 anos. Estamos atentos(as) ao fato de que, em contexto de mudanças e transformações, a tecnologia é necessária e o financiamento fundamental, e que ambos precisam andar juntos, mas sem alterar essa essência de que falamos e que defendemos.

Uma das questões importantes a serem consideradas é o respeito aos conhecimentos indígenas. Os povos detêm conhecimentos ancestrais sobre a preservação da natureza, sobre outros modos de estar no mundo. É fundamental valorizar e respeitar esses conhecimentos. A formação de agentes agroflorestais pode incluir a participação de líderes indígenas, que podem compartilhar suas experiências e ensinamentos sobre como viver preservando e promovendo a biodiversidade, em harmonia com a natureza.

Reconhecemos que a antropologia, a academia e a ciência contribuíram e contribuem bastante, apoiando, articulando e coparticipando dos processos de construção de políticas públicas e de manutenção de direitos, reconhecimento e valorização dos povos indígenas e suas culturas.

Antes de concluirmos, não podemos deixar de citar como boa prática, a Aliança dos Povos da Floresta, que também nasceu no Acre. A Aliança foi muito importante para o sucesso do processo de regularização fundiária, que resultou na criação das Reservas Extrativistas, inspiradas nas terras indígenas. Entendemos e defendemos que, nesse momento por que passamos, no Acre e na Amazônia, é muito importante atualizarmos, ou mesmo estabelecermos novas Alianças, porque essa é uma luta estratégica para proteger a floresta e seus povos. Precisamos defender que, não só as florestas das terras indígenas devem estar conservadas, mas também as que compõem as Reservas Extrativistas e quantas mais ainda existam e resistam.

Testemunhamos o avanço da destruição das nossas florestas e a exploração desenfreada dos recursos naturais, que tem causado danos irreparáveis às florestas, em

toda Amazônia, de forma muito acelerada nos últimos anos. Por isso, é essencial adotar e apoiar iniciativas práticas que visem a sustentabilidade e a preservação da região. Há urgência e emergência para que pensemos e pratiquemos a sustentabilidade e o desenvolvimento com conservação. O desmatamento aumentou, a violência também e, no mesmo ritmo, cresceram as ameaças às terras indígenas e unidades de conservação. Por isso, defendemos que é fundamental olhar, reconhecer e atualizar o que está dando certo, desde os anos 90.

No Acre, e em toda Amazônia, há muitas iniciativas e experiências consolidadas de boas práticas, em muitas áreas. Se reunidas e sistematizadas, geráramos um mapa incrível com boas práticas de desenvolvimento sustentável, que nos ajudaria a olhar para os caminhos trilhados, reconhecer e considerar que são essenciais para garantir um futuro melhor para as próximas gerações.

A Amazônia Sustentável, os projetos bem-sucedidos e o protagonismo dos povos indígenas desempenham um papel crucial nesse processo. Ao adotar essas práticas, é possível conciliar o progresso econômico com a conservação ambiental, garantindo um planeta mais saudável e equilibrado para todos.

Em resumo, as boas práticas de desenvolvimento sustentável incluem o respeito aos povos indígenas, a formação de agentes agroflorestais e a conscientização sobre a importância da conservação da biodiversidade. Todos(as) nós podemos contribuir para um mundo mais sustentável, e cada pequena ação faz a diferença. Vamos juntos construir um futuro melhor para as próximas gerações.

## BOAS PRÁTICAS NA DOCUMENTAÇÃO DE LÍNGUAS INDÍGENAS: ENCICLOPÉDIA DIGITAL DA LÍNGUA E CULTURA TRADICIONAL DOS GAVIÃO E PAITER (SURUÍ) DE RONDÔNIA

Denny Moore<sup>1</sup>

Além dos seus rios, plantas e animais, a Amazônia também tem povos, culturas e línguas ameaçadas. As línguas têm interesse científico para testar hipóteses sobre as propriedades universais. Também têm importância como patrimônio dos falantes e como meio de transmissão dos conhecimentos tradicionais. Os idosos indígenas, que conhecem melhor a língua e a cultura tradicional, frequentemente falam pouco português. Eles usam palavras indígenas para designar itens e processos da natureza.

O Brasil tem aproximadamente 150-160 línguas indígenas (definidas na base de inteligibilidade mútua) que estão sendo faladas, ou pelo menos conhecidas por alguém. Outros números de línguas indígenas se devem à confusão perpétua, imortal, entre línguas, dialetos e etnias (Moore e Galúcio, 2016). O número de línguas indígenas do censo nacional é baseado em autodeclaração, que pode não ser acurada. Pelos menos 20% das línguas indígenas estão em perigo de extinção no futuro próximo. Muitas outras línguas têm um número reduzido de falantes e vêm perdendo falantes com o falecimento dos idosos.

A onda de documentação linguística digital chegou ao Brasil no início do século. Programas internacionais, especialmente o *Documentation of Endangered Languages* (DOBES)<sup>2</sup> e o *Endangered Language Documentation Programme* (ELDP)<sup>3</sup>, apoiaram projetos de documentação de línguas indígenas no campo. Linguistas no Brasil ganharam habilidade na tecnologia e metodologia de documentação de línguas. Um programa nacional de documentação linguística, o Projeto de Documentação de Línguas Indígenas - PRODOCLIN, foi inaugurado no Museu dos Povos Indígena no Rio de Janeiro, que tem um dos dois acervos digitais do país. O outro é da Área de Linguística do Museu Goeldi em Belém, Pará. Hoje em dia a documentação linguística brasileira é respeitada internacionalmente. A demanda por parte dos povos indígenas

---

<sup>1</sup> PhD em Antropologia pela *City University of New York*. Linguista do Museu Paraense Emílio Goeldi vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Mais informações: [https://youtu.be/bA5400\\_paNo](https://youtu.be/bA5400_paNo)

<sup>2</sup> Documentação de Línguas Ameaçadas - <https://dobes.mpi.nl/dobesprogramme/?lang=pt>

<sup>3</sup> Programa de Documentação de Línguas Ameaçadas - <https://www.eldp.net/>

é muito grande e seria necessário realizar a documentação em uma escala muito maior que a atual para atender essa demanda.

Um projeto recente testou um modelo de como aumentar a escala de documentação, aproveitando os talentos e interesse da nova geração de indígenas, muitos dos quais já entendem o uso de computadores e estão acostumados a fazer gravações de áudio e de vídeo, pelo menos com telefones celulares. O projeto (2016 a 2019), *Language documentation with a focus on traditional culture among the Gavião and Suruí of Rondônia*, foi patrocinado pelo *Endangered Languages Documentation Programme* (ELDP-Programa de Documentação de Línguas Ameaçadas), administrado na época pela *School of Oriental and African Studies* (SOAS- Faculdade de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres).

A ideia organizadora foi a de uma enciclopédia digital da língua e cultura tradicional de um grupo indígena. Os não-indígenas têm enciclopédias escritas para registrar conhecimentos. Um povo indígena pode criar uma enciclopédia digital, registrando os conhecimentos e uso da língua através de gravações digitais de áudio e de vídeo na língua indígena. Dessa maneira, a cultura e a língua são ambas documentadas.

Como documentação da língua, esse modelo registra vocabulário de muitos campos semânticos. Por exemplo, quando o assunto é roças tradicionais, as gravações contêm a terminologia de agricultura. Quando o assunto é casamento, as gravações contêm a terminologia de parentesco. As gravações incluem as falas das mulheres, dos idosos e das crianças. O uso da língua está em contextos naturais, com identificação dos participantes e dos itens e processos sendo discutidos, como também os gestos utilizados. Monólogos, diálogos e discussões em grupo podem ser incluídos, bem como gêneros especiais de fala: músicas, narrativas tradicionais ou fala assoviada.

Registros através de gravações têm a vantagem de eficiência e rapidez. A quantidade de informações coletadas é muito maior do que seria possível através da escrita, em tempo igual. Também, o uso de gravações evita o problema comum de ortografias inadequadas ou ortografias múltiplas associadas a facções na comunidade. As gravações são acessíveis a todos os falantes, incluindo crianças e idosos que não são alfabetizados. Devido aos avanços tecnológicos, a qualidade das gravações digitais é alta e o custo é baixo.

O projeto foi realizado entre os povos Gavião e Paiter (Suruí) de Rondônia, que estavam querendo registrar as suas línguas e os seus conhecimentos tradicionais. O projeto foi apresentado às comunidades e aprovado. Todas as gravações foram catalogadas e arquivadas permanentemente no acervo digital da Área de Linguística do Museu Goeldi e copiadas no acervo *Endangered Languages Archive* (ELAR)<sup>4</sup> do patrocinador, para segurança. Os dois linguistas do projeto e os assistentes locais somente forneceram assessoria técnica e apoio financeiro. Os participantes indígenas já eram pré-adaptados à cultura, à língua e ao ambiente, com acesso livre à sua própria comunidade indígena. Eles escolheram os tópicos mais interessantes para a comunidade, frequentemente tópicos que alguém de fora da comunidade não teria imaginado.

### **Equipamentos do projeto**

Quatro kits de equipamentos semiprofissionais foram comprados. Cada kit continha um gravador de vídeo digital (SONY FDR AX33) que grava em até formato 4K, com possibilidade de gravar simultaneamente em formato MP4. Esse modelo tinha excelente estabilização e resistiu ao uso frequente em aldeias, onde havia chuvas e poeira. Uma bateria extra foi incluída em cada kit, com um recarregador. O gravador de áudio foi um Zoom H5, que tem um microfone estereofônico excelente e que também resiste bem ao clima e uso. Um laptop Acer Aspire (chip i7, 1 TB HD, 8 RAM) foi comprado para processar as gravações. A placa mãe foi o ponto fraco desses laptops. Três microfones foram incluídos: o unidirecional Sennheiser MKE 400 (uso em cima do camcorder), o Shure WH20XLR, microfone de cabeça supercardioide (que reduz ruídos externos), e o Shure PGA-48, microfone de mão unidirecional. Um HD externo de 1 TB foi útil para transferir arquivos. Um tripé permitiu gravação estável. Uma luz para o camcorder (Godox LED 64) iluminou cenas escuras. Um fone de ouvido foi incluído para monitorar o nível das gravações. Itens menores do kit foram um filtro UV para o camcorder e vários cabos e adaptadores.

Todos os itens, exceto o tripé, foram colocados dentro de uma maleta de transporte (Greika JK53498) à prova de água, com espuma interna e com cadeado. Cada

---

<sup>4</sup> Arquivo de línguas ameaçadas.

item do kit tinha seu espaço na maleta, cortado na espuma, com etiqueta. Assim os equipamentos ficaram organizados e era visível quando um item não estava no seu espaço. Devido à organização dos kits, a ênfase na proteção de equipamentos no treinamento e o levantamento dos equipamentos frequentes pelos assistentes locais, houve pouca perda de equipamentos, apesar do seu uso por várias pessoas e transporte frequente para as aldeias.

### **Condições gerais do curso intensivo em documentação**

No caso dos Paiter, o treinamento de 15 alunos indígenas durante 5 dias ocorreu em um centro de treinamento na cidade, com moradia simples e espaço para experimentar o uso dos equipamentos. No caso dos Gavião, foi possível realizar o treinamento em uma aldeia.

Os alunos foram selecionados com base na inteligência, confiabilidade, conhecimento de informática e interesse nas tradições. Um outro critério foi a representação das várias aldeias no grupo de alunos para que o projeto não ficasse limitado a algumas aldeias ou facções. Uma dificuldade enfrentada na seleção dos alunos foi a dependência de recomendações, pois não conhecíamos vários dos jovens.

O regime do curso foi intensivo: quatro horas de manhã, quatro horas à tarde e mais duas horas à noite, quando frequentemente havia exercícios práticos com os aparelhos. Os alunos foram lembrados da tradição dos seus ancestrais: aprendem tudo, não cansam e fazem trabalhos bonitos. Os alunos indígenas demonstraram grande capacidade de aprender através de demonstrações, com menos interesse em informações escritas. A prática de manuseio dos aparelhos ajudou na aprendizagem e manteve o interesse do grupo.

### **Conteúdo técnico do treinamento**

O treinamento técnico incluiu os seguintes tópicos:

- Introdução aos gravadores digitais e os arquivos e formatos que eles produzem.
- Os ajustes dos gravadores digitais, com manuseio dos mesmos para se familiarizar com os aparelhos.

- Dicas básicas para a gravação de vídeo: filmar o lado iluminado, adicionar iluminação suplementar com lâmpada no camcorder, não exagerar no zoom, monitorar o nível do áudio com fones de ouvido.
- Dicas básicas para a gravação de áudio: checar o indicador do nível de gravação, selecionar o microfone apropriado (estéreo/monofônico, omnidirecional/unidirecional) para a situação, evitar ruído.
- Uso de tripé para estabilidade, movimentos suaves da cabeça do tripé.
- Transferência dos arquivos de gravação para o computador e a sua organização.
- Edição de áudio básico, cortando trechos, normalização do nível de uma gravação.
- Edição de vídeo básico: cortando e juntando trechos, adição de transições, áudio e legendas.

### **Conteúdo metodológico do treinamento**

O treinamento na metodologia do modelo de documentação usado incluiu os seguintes tópicos:

- A escolha de tópicos para documentar. Uma lista de aspectos etnográficos foi apresentada e os alunos discutiram suas ideias para tópicos da cultura tradicional.
- A pesquisa do tópico - quais as questões para fazer, como montar um roteiro para gravar o tópico para maximizar as informações contidas (demonstração, entrevista, monólogo).
- Preparação dos participantes para gravação, para todos saberem o que haverá.
- Gravação de uma introdução: quem gravou quem, quando, onde, com quais equipamentos, sobre o que? Autorização do uso da gravação pelos participantes.
- Entrada dos metadados nos formulários do projeto, trecho por trecho.
- Técnica para gravar a tradução da gravação. (A tradução é necessária para futuras gerações, que possivelmente não falarão a língua suficientemente para entender a gravação.)

- Projetos pilotos para alunos aplicarem os conhecimentos e criar documentação de algo. Os pilotos foram exibidos e discutidos criticamente.



Figura 1. Aluna Gavião gravando vídeo (foto: Denny Moore)

### **Organização do trabalho do projeto**

Além de dois linguistas, o projeto contratou um assistente local na cidade mais próxima aos Gavião e um outro na cidade próxima aos Paiter, além de um bolsista do Museu Goeldi para receber e catalogar as gravações e dados recebidos, que foram arquivados no acervo digital da Área de Linguística do Museu. Os dados dos formulários preenchidos pelos participantes indígenas foram utilizados no processo de catalogação.

Para criar um ‘microprojeto’ de documentação de um tópico, um dos indígenas treinados pensava em um tópico, consultava os conhecedores das tradições (frequentemente um(a) parente próximo(a) dele), preenchia e entregava o formulário com proposta de tópico, roteiro e participantes ao assistente local. Uma vez aprovado, ele levava um kit de equipamentos para a aldeia e realizava as gravações. Quando devolvia o kit, as gravações (incluindo a tradução) e o formulário de metadados ao

assistente local, ele inspecionava tudo e lhe pagava R\$500 (que deveria ser compartilhado com outros participantes da gravação), como compensação pelo tempo e esforço. O assistente local copiava os metadados numa planilha para registrar os trabalhos realizados e depois enviava as gravações e dados ao bolsista no Museu Goeldi, onde eram classificados e depositados no acervo digital.

### **Resultados do projeto**

O projeto produziu mais gravações entre os Paiter do que entre os Gavião, onde o projeto demorou para ter início, devido a problemas administrativos. Além dos participantes treinados no curso intensivo, alguns Paiter se interessaram pelo projeto quando estava em andamento. Eles foram treinados por outros Paiter e produziram trabalhos interessantes. Um total de 148 tópicos foram documentados, em média aproximadamente 45 minutos cada, em um total de aproximadamente 110 horas de áudio e vídeo. Os tópicos são de alto valor etnográfico. Exemplos incluem os seguintes títulos de microprojetos, categorizados:

- *História do povo*: História do contato com os brancos, História antiga— a origem do clã Kabán, História do povo Suruí, História do calendário cultural dos Paiter.
- *Subsistência*: Caça antes do contato, Plantação das roças tradicionais, História dos produtos da roça Paiter, Como preparar gongo para comer, História dos alimentos retirados da floresta.
- *Vida social*: Crime e punição, Contribuição da mulher Paiter na construção da vida tribal, História do casamento com a filha da irmã, Forma de liderança entre os Paiter, Gravidez e parto entre os Paiter.
- *Religião e crenças*: História dos espíritos, História de como nasce pajé, Plantas medicinais, Regra sexual durante o resguardo Paiter.
- *Cultura material (sumarizando)*: cerâmica, arcos e flechas, colares, cestos, esteiras, cocares, redes.
- *Artes (sumarizando)*: vários mitos, cantos, pintura corporal

Um produto do projeto, como retorno imediato ao povo indígena, foi um CD de música Paiter. Por causa da compressão do tamanho dos arquivos .mp3, foi possível colocar 43 cantos em um CD, confeccionado por um Paiter. O CD foi distribuído às

aldeias, onde havia grande falta de música tradicional. Cópias das gravações realizadas ficaram com o indígena que organizou o microprojeto.

Entre os Gavião, 32 tópicos foram documentados, com o ritmo do trabalho aumentando no ano final do projeto. Como retorno à comunidade, CDs de alguns vídeos foram distribuídos às aldeias.

Um resultado do trabalho junto aos dois grupos foi um certo orgulho e autoconfiança por terem realizado um projeto técnico e intelectual com excelentes obras produzidas. Uma tradição de documentação foi criada e uma quantidade de indígenas foi capacitada para esse trabalho. Os dois grupos têm grande interesse em continuar a documentação. Algumas das práticas tradicionais foram revitalizadas. Por exemplo, os Gavião voltaram a produzir cerâmica. A exibição de conhecimentos pelos idosos aumentou o respeito dos jovens por eles e provocou a curiosidade sobre a história e cultura tradicional do seu povo.

### **O desafio de como devolver a documentação às comunidades**

É essencial disponibilizar o material documentado à geração jovem para estimular o interesse na língua e cultura tradicional e transmitir os conhecimentos. Porém, os Paiter, por exemplo, estão espalhados em 25 aldeias, com 10 escolas cuja tecnologia de informática é precária. As gravações ocupam muito espaço. Uma possibilidade, sugerida por um Paiter, seria disponibilizar as gravações online, por exemplo, no canal do YouTube, possivelmente com *playlists* diferentes para cada autor indígena. Empresas como YouTube não são confiáveis para armazenamento permanente de gravações, mas podem ser convenientes para a sua divulgação. Os jovens indígenas geralmente têm acesso à internet, através de celulares ou laptops, e podem acessar as gravações dessa maneira.

### **Boas práticas: Acervos digitais**

Para garantir a permanência das gravações é essencial depositá-las em um acervo digital profissional (Brandão *et al.*, 2023). Todas as mídias físicas – fitas, CDs, DVDs, MDs – têm uma vida útil limitada, especialmente em climas quentes e úmidos. Por sua vez, em um acervo digital, gravações de áudio e vídeo podem ser preservadas indefinidamente, copiadas e migradas para outros formatos com mudança tecnológica.

Gravações analógicas (fitas cassetes, por exemplo) podem ser digitalizadas para serem arquivadas em forma digital. Para que se possa localizar as gravações e seu conteúdo, seus metadados têm que ser registrados no acervo digital. Um HD externo pode conter gravações durante um tempo, mas é vulnerável e limitado em capacidade. Para ter mais capacidade e segurança, o acervo digital da Área de Linguística do Museu Goeldi utiliza um Network Attached Storage (NAS) de 96 TB. Com redundância RAID, o NAS tem capacidade de 72 TB. A redundância evita perda de dados um dos discos do NAS falhar. Os dados são copiados em um outro NAS localizado em um outro prédio, como backup.



Figura 2. NAS de 96 TB do acervo digital da Área de Linguística do Museu Goeldi (foto: Denny Moore)

Esse acervo tem registros, de algum tipo, das línguas de 80 grupos indígenas. Desses, as gravações de 73 grupos foram completamente digitalizadas, catalogadas e armazenadas até o ano de 2020. O tempo das gravações é de 1.561 horas de áudio e 474 horas de vídeo. Adicionalmente, há 9 TB de gravações brutas, 1,5 TB de trabalhos editados (geralmente para devolução às comunidades) e 6 TB de outro material, incluindo fotografias. As mídias físicas que têm gravações são guardadas em armários.

Até 2020, havia 795 itens de vários tipos guardadas: fitas cassete, mini-DV, Hi-MD, minidiscos, fitas DAT, fitas Hi-8, DVDs e CDs.

O acervo aceita doações de material de legado. Por exemplo, um antropólogo recentemente doou 109 cassetes de gravação de áudio de dois dialetos Nambikwara. As gravações foram feitas a partir da década de 1970 e contém, por exemplo, música, um dicionário, conversas e pares mínimos de tom. As gravações foram digitalizadas, produzindo 139 GB de som no formato .wav, um total de 151 horas e 47 minutos de som. As digitalizações, em .wav e em .mp3, foram devolvidas ao antropólogo para adicionar metadados, antes de serem catalogadas e depositadas no acervo da Área de Linguística e devolvidas em formato .mp3 para as comunidades indígenas.

O outro acervo digital de línguas no Brasil, localizado no Museu dos Povos Indígenas no Rio de Janeiro, faz parte da Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Vem aumentando a sua infraestrutura ao longo dos anos, incluindo armazenamento digital. O seu acervo digital contém aproximadamente 10 TB de documentação de línguas, de 25 povos indígenas. Há material linguístico interessante nos 9 TB de documentação da cultura de 27 grupos indígenas. As comunidades gravadas recebem cópias das gravações, mas o acesso às gravações através da Internet está sendo resolvido (ver <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br>).

O Museu Nacional, diferentemente do Museu dos Povos indígenas e do Museu Goeldi, resistiu à onda de documentação digital e acervos digitais. A coleção extensa de documentos e gravações não foi digitalizada nem copiada como backup. O incêndio de 2018 destruiu todo o acervo. Esse exemplo trágico ilustra a necessidade de ter acervos profissionais com digitalização e backup de gravações.

Uma questão é como expandir a quantidade e os locais de acervos digitais para registrar línguas e culturas indígenas. Uma possibilidade é a criação de acervos digitais regionais, com programas de documentação afiliados. As universidades têm números crescentes de alunos indígenas, que entendem de informática e que, frequentemente, pesquisam aspectos da sua própria cultura. Seria possível implantar um acervo digital e programa de documentação digital, talvez no modelo da Enciclopédia Digital discutido acima. Centros regionais teriam contato mais direto com os povos da região, facilitando o deslocamento para o campo e o acesso às gravações por parte das comunidades envolvidas. Seria necessário a capacitação de indígenas em documentação e na

administração de um acervo. Museus regionais são uma outra opção para sediar um acervo digital, por exemplo, nas regiões com uma maior concentração de indígenas, como na área de Manaus.

A finalidade deste artigo foi apresentar informações sobre boas práticas na documentação linguística para estimular o pensamento sobre a questão de como aumentar a capacidade nacional nessa área.

### **Referências Bibliográficas**

BRANDÃO, A. P. *et al.* Os acervos e a documentação linguística. *Cadernos de Linguística*, 2023, v. 4, n. 1 e666. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/666>.

MOORE, D. & GALÚCIO, A. V. Perspectives for the documentation and revitalization of indigenous languages in Brazil. In: PEREZ-BAEZ, Gabriela, ROSÉS-LABRADA, Jorge & ROGERS, Christopher, (orgs) *Language Documentation and Revitalization in Latin American Contexts*. Berlim: De Gruyter Mouton. Série Trends in Linguistics, Studies and Monographs 295, pp 29-58. 2016.

# MAPEAMENTO DE TECNOLOGIA SOCIAL NA AMAZÔNIA -AGENDA 2030

Regina Oliveira<sup>1</sup>  
Denise Gutierrez<sup>2</sup>  
Dávila Souza<sup>3</sup>  
Estefani Segato Fujita<sup>4</sup>  
Benedita Barros<sup>5</sup>  
Cassia Toshie Yamanaka<sup>6</sup>  
Felipe Addor<sup>7</sup>  
Diana Cruz Rodrigues<sup>8</sup>

## 1. Introdução

Na Amazônia, diversas são as instituições que têm desenvolvido tecnologias sociais. Esses conhecimentos se encontram difusos e, portanto, a construção de bases de dados permite uma melhor compreensão, apropriação e reaplicação desses conhecimentos. Essas informações sistematizadas, operacionalizando, registrando e dando maior acesso, transparência e visibilidade a essas iniciativas serão transformadoras para a atual condição em que se encontram muitos grupos sociais da região.

O Programa de Tecnologias Sociais para Amazônia Sustentável-Agenda 2030 inicia-se no final de 2020, com os protocolos institucionais e constituindo-se em uma demanda do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação-MCTI. O Termo de Referência determina o estabelecimento de ações envolvendo uma parceria entre as três instituições e Unidades de Pesquisa na Amazônia, a fim de responder aos objetivos de fortalecimento do ecossistema de inovação e promoção da tecnologia social como estratégias do MCTI para o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Para tanto, o objetivo geral se desenha em fortalecer a articulação entre as Instituições

---

<sup>1</sup> Bióloga, Doutora em Desenvolvimento Sustentável e Políticas Ambientais- Museu Paraense Emílio Goeldi-Belém, Pará

<sup>2</sup> Psicóloga, Doutora em Saúde da Mulher e da Criança. Instituto Nacional de Pesquisa da Amazonia -Manaus, Amazonas

<sup>3</sup> Cientista Social, Mestre em Sociologia- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá- Tefé, Amazonas

<sup>4</sup> Médica Veterinária, MBA em Gestão de Projetos- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá- Tefé, Amazonas

<sup>5</sup> Advogada e Economista, Doutora em Biodiversidade e Biotecnologia – Museu Paraense Emílio Goeldi- Belém, Pará

<sup>6</sup> Engenheira Ambiental- Mestre em Administração- Bolsista- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá- Tefé, Amazonas

<sup>7</sup> Engenheiro de Produção, Doutor em Planejamento Urbano e Regional- Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ) Rio de Janeiro

<sup>8</sup> Administradora, Doutora em Administração. Bolsista Museu Paraense Emílio Goeldi-Belém, Pará

Científicas e Tecnológicas-ICT vinculadas ao MCTI: Instituto de Pesquisa da Amazônia- INPA, Museu Paraense Emílio Goeldi-MPEG e Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-IDSMA, entre outros parceiros atuantes na região enquanto atores na gestão da inovação e no desenvolvimento e aplicação/reaplicação de soluções orientadas pelo conceito de tecnologia social na região amazônica.

Além disso, as ICT desenvolveram seus projetos internos atendendo aos objetivos institucionais, onde o tema tecnologia social é central. A expertise de cada unidade de pesquisa foi somada visando cumprir as ações em comum, além de agirem sob um prisma científico, como linhas de pesquisa das Ciências Sociais Aplicadas e na promoção da identificação e disseminação de tecnologia social existente na Amazônia.

O arranjo interinstitucional construído a partir do Programa contou com a participação de outras instituições na elaboração e discussão do levantamento realizado com o Núcleo de Inovação e Desenvolvimento Social-NIDES da Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de bolsistas que se alinharam para contribuir, não somente para as atividades institucionais, mas também nos projetos desenvolvidos internamente.

O primeiro desafio, portanto, foi entender tecnologia social, seu histórico na região e o conceito a ser alinhado.

### **Contextualização: definições conceituais**

É consenso que as tecnologias sociais-TS têm longa história de desenvolvimento no mundo todo, envolvendo diversos grupamentos humanos. Estas surgem em diferentes épocas e espaços sociais, de modo espontâneo e socialmente concertado quando um grupo social agencia recursos disponíveis para resolver problemas da vida cotidiana.

Consiste em um verdadeiro patrimônio e capital social, pois, além de poder produzir aparatos técnicos de base material em forma de ferramentas, metodologias, atividades e equipamentos úteis e efetivos para resolução de problemas, promove a inclusão social e protege o meio ambiente. Ademais, o desenvolvimento dessas tecnologias implica em uma forte articulação entre o saber popular, consolidado na cultura local, e o saber técnico-científico em constante desenvolvimento no mundo moderno. A inovação, as tecnologias sociais desenvolvidas, disseminadas e divulgadas

em geral, são reflexo das atividades científicas e de conhecimento, associadas à formação de arranjos sociotécnicos.

Dentre as referências conceituais destaca-se Dagnino (2004) ao afirmar que as tecnologias sociais podem incorporar novos valores, como a participação social no processo decisório, o que implica repensar o próprio processo de desenvolvimento tecnológico a partir de uma nova ética centrada nos valores de igualdade e solidariedade em conjunto com as questões econômicas. É ainda entendido que as tecnologias sociais podem se constituir num elemento eficaz para a consecução de desenvolvimento que seja efetivamente sustentável, se forem socialmente construídas, pois a inovação não pode ser pensada como algo feito em um lugar e aplicada em outro, mas como um processo desenvolvido no território e pelos atores sociais que efetivamente farão uso dela. Além da importância de valorizar aspectos culturais, sociais e políticos no desenvolvimento tecnológico (Dagnino, R. *et al.*, 2010).

Ademais, a tecnologia social pode transformar tecnologias convencionais. Dagnino *et al.* (2010) apontam um conjunto de 'modalidades', entre as quais destacamos:

- *Uso* – simples uso da tecnologia antes empregada, ou adoção de tecnologia convencional, com a condição de que se altere a forma como se reparte o excedente gerado.
- *Apropriação* – processo no qual a condição de existência se dá na propriedade coletiva dos meios de produção, que implica ampliação do conhecimento do trabalhador sobre os aspectos produtivos, gerenciais e de concepção dos produtos e processos, sem que exista qualquer modificação no uso concreto que deles se faz.
- *Revitalização e alteração de máquinas e equipamentos* – permite não só o aumento da vida útil de máquinas e equipamentos, mas também ajustes, recondicionamento e aumento de potência do maquinário. Supõe ainda a fertilização de tecnologias preexistentes com componentes novos.
- *Ajuste do processo de trabalho* – ajustamento da organização do processo de trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção, com questionamento da divisão técnica do trabalho e adoção progressiva do controle operário.
- *Busca ou verificação de alternativas tecnológicas, ou seja, de tecnologias alternativas à convencional.*

- *Incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente* – esgotamento do processo sistemático de busca de tecnologias alternativas e percepção de que é necessária a incorporação à produção de conhecimento científico-tecnológico existente ou mesmo novo.

Conforme Bignetti (2022), no Brasil as tecnologias sociais são discutidas academicamente desde o final da década de 1970. Com o fenômeno da globalização, é na década de 1980 que surge o Programa de Transferência de Tecnologias Apropriadas - PTTA. Este programa, de caráter governamental, objetivou a criação de tecnologias locais para demandas locais, maximizando o uso de recursos naturais e energéticos, enfatizando o desenvolvimento de tecnologias adaptadas às culturas e às vocações regionais. É ainda na década de 1980 que o termo ‘tecnologia social’ se consolida, com a participação cada vez mais ativa de atores locais na sua concepção, além de ter uma relação não predatória com o meio ambiente, fortalecendo conceitualmente a partir da década de 2000. Em 2005, desenvolveu-se a Rede de Tecnologia Social-RTS, que integrou mais de 800 instituições com o intuito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, mediante a difusão e a reaplicação em escala de Tecnologias Sociais. Para a RTS, a tecnologia social abrange produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que devem representar efetivas soluções de transformação social (RTS, 2010). Fortalece a concepção de tecnologia como construções sociais que podem ser reaplicadas mediante adequação sociotécnica.

Há que se estar atento que empregar uma tecnologia de modo utilitarista de produção de conhecimento científico é uma armadilha, conduzindo ao fracasso de iniciativas nessa perspectiva. Ao contrário, aplicar e promover tecnologias integrando aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais e contextuais, caracteriza as tecnologias sociais. Algumas características da tecnologia social são peculiares, como a transformação social, o desenvolvimento participativo, a contextualização local, a simplicidade, o baixo custo, a reaplicabilidade e a viabilização de empreendimentos populares (Silva, 2012).

As Tecnologias Sociais têm como principais dimensões:

1. Conhecimento, ciência, tecnologia - TS tem como ponto de partida os problemas sociais; TS é feita com organização e sistematização; TS introduz ou gera inovação nas comunidades;
2. Participação, cidadania e democracia - TS enfatiza a cidadania e a participação democrática; TS adota a metodologia participativa nos processos de trabalho; TS impulsiona sua disseminação e reaplicação;
3. Educação - TS realiza um processo pedagógico por inteiro - TS se desenvolve num diálogo entre saberes populares e científicos; TS é apropriada pelas comunidades, que ganham autonomia;
4. Relevância social - TS é eficaz na solução de problemas sociais; TS tem sustentabilidade ambiental; TS provoca transformação social. Até 2015, as tecnologias sociais contribuíram, de forma participativa e democrática, com os Objetivos do Milênio-ODM da Organização das Nações Unidas-ONU.

Com a Agenda 2030 da ONU e seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS, as tecnologias sociais são importantes instrumentos para a construção de um mundo mais justo, resiliente e sustentável. Nesse contexto, a compreensão da Tecnologia Social está aderente à perspectiva internacional de desenvolvimento sustentável, denominada Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## **2. A busca por Tecnologia Social na Amazônia**

Documentos recentes permitem identificar a necessidade de se propor um conjunto de ações de fortalecimento das tecnologias sociais apropriadas à região amazônica. De acordo com Theis, Strelon & Lasta (2017) a região amazônica recebeu somente 1% dos investimentos realizados pela Rede de Tecnologias Sociais, em comparação com 40% para grandes centros urbanos e 59% para o Semiárido, na ocasião em que definiram as políticas de tecnologia social entre 2005 e 2011.

Cabe destacar que no levantamento das experiências a trajetória metodológica empregada nesta pesquisa foi de natureza exploratória e quantitativa, com a utilização de diversos meios e materiais para sua consecução. Dessa forma, uma revisão de fontes bibliográficas e documentais foi realizada, assim como o estabelecimento de elementos essenciais componentes de uma tecnologia social: a) baixa complexidade, b) baixo custo, c) acesso aos meios e insumos, d) participação/interação social, e) uso livre.

A seguir se realizou a identificação de contatos e referências de parceiros na região que, de alguma forma, atuavam, ou se relacionavam com o campo da tecnologia social e a estes foi enviado o formulário para preenchimento. Esta ação, devido a pandemia causada pelo vírus SAR-Covid-19, ocorreu de abril de 2021 a agosto de 2022.

É relevante informar que o envio do formulário foi precedido da solicitação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, tendo sido avaliado e aprovado no parecer nº 4.825.606 (CAAE 48142621.4.0000.5020), sendo então formalizado o termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O formulário contendo 47 questões que abordaram as seguintes áreas de interesse: dados da tecnologia, dados da implementação, histórico de desenvolvimento, construção e implementação, condição atual da TS, colaboração intersetorial, impacto, governança, tomada de decisão, conhecimento, dados da instituição, identificação e contato, foi amplamente divulgado.

Complementarmente, realizou-se um encontro com os Núcleos de Inovação e Tecnologia da Amazônia (NIT), promovido pela equipe do MCTI para exposição da proposta de pesquisa, solicitação de adesão por parte dos possíveis desenvolvedores de tecnologia social na Amazônia e apoio na divulgação nas microrregiões de atuação de cada instituição. Na ocasião, foram identificados parceiros atuantes em TS na Amazônia, os quais foram contatados para colaboração na pesquisa.

Outra estratégia utilizada para identificação de tecnologias sociais na Amazônia foi a participação da equipe de pesquisa em diversos eventos técnico-científicos na área, ou afins, que resultaram em maior exposição do projeto e reação dos parceiros.

O Programa desenvolvido pelas três unidades de pesquisa, identificou 100 experiências de tecnologias sociais em diferentes áreas temáticas e as relacionou com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, evidenciando, assim, a capacidade tecnológica da região e seu potencial para produzir sustentabilidade.

Os dados foram inseridos em planilhas do Programa *Excel* e analisados por meio da estatística descritiva com a elaboração de tabelas e gráficos que evidenciem a distribuição dos dados em termos de frequência e porcentagem.

Analisando as experiências, estas foram categorizadas de acordo com as áreas de aplicação, a partir das respostas obtidas pelo desenvolvedor da TS, resultando em sete grandes áreas, considerando que a aplicação de uma tecnologia social resulta em

mais de uma área, de acordo com suas características. As tecnologias sociais estão sendo aplicadas nos nove estados da Amazônia Legal brasileira, sendo os estados do Amazonas e Pará com maior incidência (Figura 1).

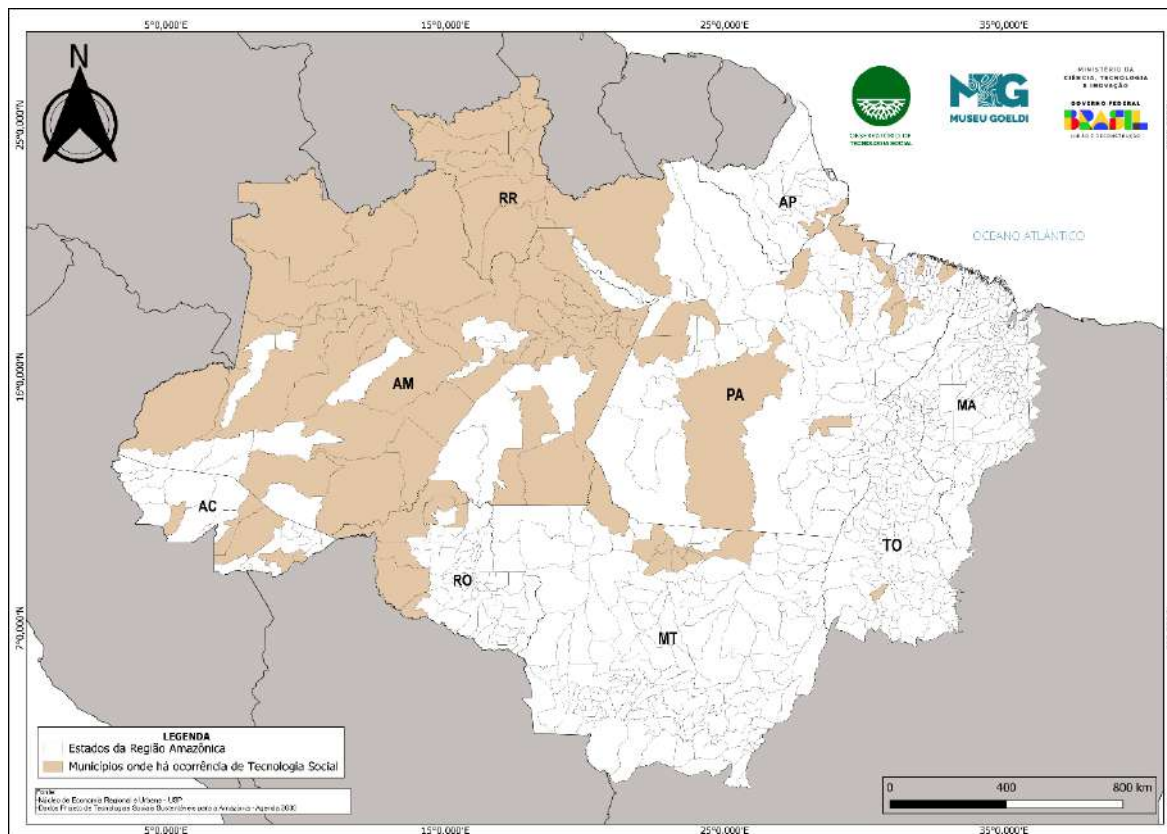


Figura 1 - Distribuição das Tecnologias Sociais identificadas nos estados da Amazônia Legal. Fonte: Levantamento de dados realizado.

### 3. Resultados do levantamento de experiências de tecnologia social na Amazônia

As experiências estão distribuídas nos estados da Amazônia Legal brasileira, ocorrendo em 128 municípios. As experiências foram agregadas em sete grandes categorias que representam 13 áreas de atuação e que abrangem uma expressiva gama de políticas públicas como educação, cultura, inclusão digital, saúde, saneamento, energia, agricultura familiar, piscicultura, extrativismo, conservação ambiental, manejo de recursos naturais, geração de renda e inclusão socioprodutiva (Quadro 1).

Quadro 1- Classificação das Áreas de Atuação das Experiências de Tecnologia Social.

Área de atuação	Total de respostas (%)
Materiais Sustentáveis para Construção e Geração de Energia	9
Tecnologia de alimentos	9
Agricultura familiar, Piscicultura & Extrativismo	13
Conservação Ambiental & Manejo de Recursos Naturais	15
Educação, Cultura e Inclusão Digital	15
Geração de Renda e Inclusão Socioproductiva	18
Saúde e Saneamento	21
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Podemos afirmar que esta abrangência evidencia o potencial da tecnologia social em resolver diferentes problemas sociais na Amazônia de forma viável e adequada à sociobiodiversidade regional. De acordo com o documento produzido pela Articulação Regional Amazonica - ARA (ARA, 2011), que avaliou a situação socioeconômica e ambiental em toda região amazônica por meio dos ODM, estes concluíram que a região amazônica está abaixo das médias nacionais em todos os indicadores avaliados. Afirmando, ainda, que na região ainda persistia a pobreza e a desigualdade com agravamento da saúde, causado pelo insipiente saneamento básico e desmatamento.

Em 2021, Silva & Pereira avaliaram a implementação das ações da Agenda 2030 no contexto amazônico, levando em relevância a sociedade, economia e meio ambiente, os desafios e oportunidades. As autoras observaram que apesar dos avanços, os indicadores de desenvolvimento humano na Amazônia seguem sendo inferiores às médias nacionais e que precisamos diversificar as fontes de financiamento nacionais e internacionais para a promoção do desenvolvimento humano sustentável. Destacam a importância pela busca por políticas de combate ao desmatamento e perda de biodiversidade biológica e serviços ecossistêmicos ligados ao padrão de crescimento econômico, visto que é importante conciliar o progresso econômico com a preservação cultural, sem ameaça à coesão social.

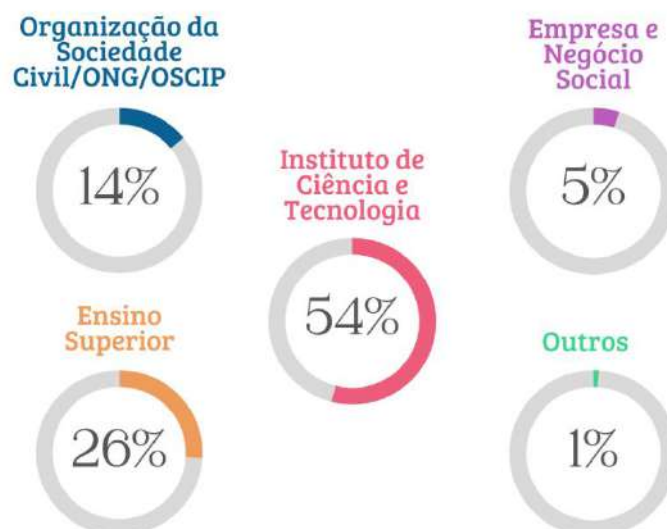
Observa-se que dentre as TS classificadas, cerca de 60% das respostas apontadas pelos participantes, com múltipla escolha, o quesito meio ambiente foi citado, ainda que seu foco de atuação final fosse outro, como, por exemplo, a geração de renda, o manejo de recursos naturais ou o saneamento.

### 3.1 Quem faz tecnologia social na Amazônia?

Neste estudo as experiências identificadas foram cadastradas por ICT (54%), IFES (26%) e OSC (14%) (Figura 2). Apesar de o resultado ir ao encontro do afirmado por Dagnino (2007), de que há uma certa concentração percentual em organizações do complexo da Ciência e Tecnologia brasileiro como os ICT e IFES, observamos que 81% das experiências relatadas correspondem a soluções tecnológicas que iniciaram seu processo de desenvolvimento para atender a demandas sociais. Podemos afirmar que há substantiva diversidade organizacional no desenvolvimento tecnológico alternativo na região, sendo relevante identificar esses atores no campo e estabelecer fóruns adequados de diálogo e aprendizados conjuntos.

Importante ressaltar esse elevado percentual de demanda, pois uma das características associadas às iniciativas de tecnologia social se refere ao estabelecimento de diálogos e parcerias entre a comunidade de pesquisa e organizações da sociedade civil organizada ou de governos locais (Dias, 2012; Fonseca, 2009).

Figura 2 - Natureza jurídica dos respondentes.



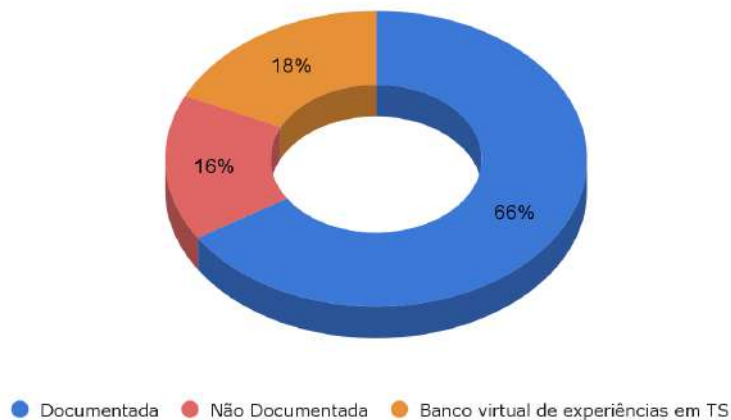
### 3.2 Tipos de soluções tecnológicas e a sistematização do conhecimento produzido

O levantamento também abordou os tipos de soluções nas quais as experiências de tecnologia social se concretizaram e o grau de sistematização do conhecimento produzido sobre elas. Os tipos de soluções se relacionam à caracterização da tecnologia social em suas múltiplas formas, como técnica, procedimento, método, produto, serviço ou inovações organizacionais e de gestão.

Independente das nomenclaturas específicas usadas, é relevante entender que as soluções baseadas em tecnologia social podem constituir-se em uma diversidade de componentes tecnológicos e que podem demandar a integração de diferentes componentes. Dentre as experiências mapeadas, 70% das respostas de múltipla escolha apresentam soluções associadas a técnicas, procedimentos e metodologias, com destaque para iniciativas relacionadas a práticas de produção sustentável, segurança alimentar, melhoria da renda e iniciativas pedagógicas e culturais na Amazônia. E 51% das soluções apresentadas estão associadas ao desenvolvimento de produtos, dispositivos, equipamentos ou processos, podendo ser unidades de beneficiamento de alimentos; sistemas de acesso à água, à energia ou ao esgotamento sanitário; materiais sustentáveis para construção de casas ou aproveitamento de materiais para produzir. Os serviços (22%) representam a gestão de iniciativas que podem ser espaços produtivos, pedagógicos ou de fomento a coletivos sociais e culturais.

Das experiências que compõem esta coletânea, 66% informaram que a solução tecnológica está documentada em vídeos, cartilhas, manuais técnicos entre outros materiais (Figura 3). Porém, chama a atenção o percentual relativamente baixo das soluções de tecnologia social na Amazônia que estão registradas e descritas em *sites* ou plataformas de acesso público para a reaplicação, que chegam a 18%. Existem experiências que não possuem registro e sua reaplicação depende da transmissão oral (16%). Esse baixo percentual pode vislumbrar um processo de invisibilidade de experiências da região amazônica no campo da tecnologia social nacional.

Figura 3 - Experiências de tecnologia social sistematizadas.



### 3.3 Reaplicação e Políticas Públicas

As áreas de atuação e os ODS das experiências de tecnologia social estão diretamente associadas a demandas de políticas públicas na Amazônia. De acordo com Dagnino; Bagattolli (2009), a abrangência de soluções baseadas em tecnologia social em uma região com déficits históricos em políticas públicas ressalta a necessidade de retomarmos a discussão sobre como transformar as experiências de tecnologia social em políticas públicas. Embora esta realidade ainda seja real na região amazônica, alguns avanços já existem. Entre eles, notadamente os que se referem ao meio ambiente e saneamento.

Entre as experiências registradas em nosso mapeamento, destacamos o Manejo Sustentável do Pirarucu e a Fossa Séptica Biodigestora. O Manejo do Pirarucu se tornou política pública no estado do Amazonas, contando com instruções normativas do IBAMA e o decreto estadual nº 36.083/2015. A Fossa Séptica Biodigestora é um exemplo em nível nacional, tendo sido incorporada como referência para o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, por meio da Portaria nº 268/2017 do Ministério das Cidades.

A urgência dos problemas públicos da Amazônia aliados à potencial viabilidade de resposta via tecnologia social demanda uma ampla discussão sobre como difundir e qualificar experiências baseadas em tecnologia social para transformá-las em políticas públicas eficazes. Cabe observar que a maioria das experiências nesta coletânea registra

alguma forma de reaplicação da tecnologia social, o que entendemos que evidencia o potencial de disseminação dessas experiências, inclusive via fomento de políticas públicas. Entretanto, faltam estudos e financiamento para qualificar e fomentar a reaplicação de boas experiências de tecnologia social na Amazônia.

### **3.4 Organizações participantes no processo de desenvolvimento tecnológico**

Neste quesito, inserido no formulário, obteve-se a participação de 32 organizações, tendo diferentes perfis, como Instituições de Ciência e Tecnologia -ICT, Instituições de Ensino Superior-IES, organizações da sociedade civil, empresas e negócios sociais, entre outras.

Podemos afirmar que na região há diversidade de organizações atuando, embora não se tenha uma avaliação dos atores em campo. Este resultado aponta para ações futuras em que o estabelecimento de fóruns adequados de diálogo e aprendizados conjuntos possam ocorrer, visto que 81% das experiências relatadas correspondem a soluções tecnológicas que iniciaram seu processo de desenvolvimento para atender a demandas sociais.

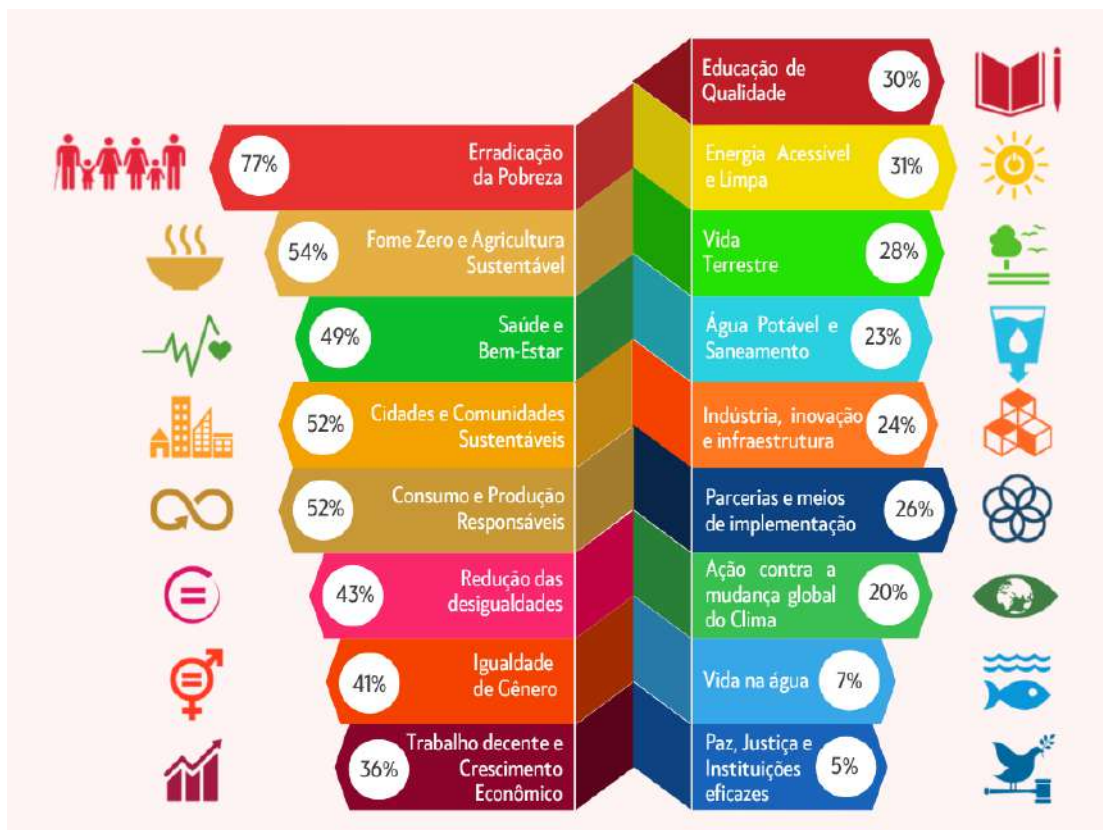
Cabe destacar a ocorrência de mobilização para fortalecimento ao redor do tema de tecnologia social e seu espaço a ser conquistado no âmbito de apoios financeiros. Esta mobilização tem ocorrido tanto pela via da organização da sociedade civil, que vem recriando espaços de articulação, como é o caso do Fórum de Tecnologia Social e Economia Solidária (ForTES) e da Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social (Abepets), quanto pela via do Estado, principalmente a partir do novo Governo Federal, iniciado em 2023, principalmente com a criação do Departamento de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva, dentro da Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do MCTI.

### **3.5 Tecnologia Social e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia**

Os debates acerca de soluções que possam contribuir para que inúmeras questões relacionadas à conservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável global são pauta de diferentes conferências, acordos e reuniões mundiais que aconteceram de forma a implementar políticas de gerenciamento ambiental. Na Amazônia, os desafios da implementação da Agenda 2030 são evidentes, devido à

realidade vivida na região. O empenho do governo e sociedade deverão acontecer para o êxito da Agenda. No mapeamento, as experiências de tecnologia social quando vinculadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS se observou transversalidades e intersetorialidades. Considerando as respostas dos executores de TS, o ODS com maior percentual de experiências associadas foi o da Erradicação da Pobreza, que ressalta o problema da desigualdade social, o qual tem impactos econômicos, sociais e ambientais na região (Figura 4). Em seguida, há quatro ODS com patamares similares de percentuais: Fome Zero e Agricultura Sustentável, Saúde e Bem-Estar, Cidades e Comunidades Sustentáveis e Consumo e Produção Responsáveis, nos quais se destaca a questão da sustentabilidade como recorrente, afirmando a relevância da questão ambiental na região, que ainda se faz presente em ODS como Vida Terrestre, Ação Contra a Mudança Climática e Vida na Água.

Figura 4 - Experiências de tecnologia social relacionadas aos ODS, segundo os respondentes. Fonte: dados da pesquisa



#### 4. Além do mapeamento: demais produções realizadas

Além das ações realizadas em parceria, as instituições promoveram diferentes atividades visando a disseminação e divulgação de resultados que permitiram o fortalecimento da tecnologia social como ações de pesquisa. Neste contexto foram produzidos eventos, artigos, *wokshops*, cartilhas, *lives* e participação em Congressos acadêmicos (Quadro 2). Essas atividades resultaram em visibilidade do Programa e dos Projetos intra e interinstitucionalmente apoiando a continuidade junto ao MCTI com novas etapas dentre as quais destacamos: a realização de estudos de aprofundamento sobre o processo de disseminação de experiências de tecnologia social na região, principalmente na sua potencialidade de reconhecimento e incorporação em políticas nacionais, tendo incidência também na discussão de dinâmicas de reaplicação.

Quadro 2- Atividade e produtos desenvolvidos pelas três instituições.

Eixo Divulgação		Eixo Reaplicação	
Publicações científicas	25	Cursos e Oficinas	16
Orientações acadêmicas	04	Cartilhas e Manuais	10
Participações em eventos	25	Protótipos	06
Realização de eventos	12	Unidades demonstrativas	06
Vídeos	13		
Publicações em elaboração	03		
<i>Lives</i>	23		
Outros	09		

É relevante destacar que muitas atividades, sobretudo as *online*, foram realizadas durante o período crítico da pandemia causada pelo vírus COVID-19, o que permitiu a manutenção da integração das três unidades de pesquisa.

#### 5. Tecnologias Sociais em destaque

A seguir destacamos algumas das tecnologias sociais por área desenvolvidas pelas três instituições.

##### 5.1 Educação, Cultura & Inclusão Digital

*Dicionários multimídia de línguas indígenas*: é desenvolvida em parceria entre pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi e da Universidade de New Mexico. Esta tecnologia social preserva e revitaliza línguas indígenas ameaçadas, baseando-se em uma metodologia reaplicável para diversas outras línguas indígenas. A diversidade

linguística dos povos indígenas é um tesouro cultural e histórico. A abordagem é colaborativa na produção dos dicionários, seguindo classificações como de fauna, flora, partes do corpo humano e manufaturas. As informações incluem imagens, audiodescrição, pronúncia e a tradução para o português. Os dicionários podem ser utilizados por meio de celular, computadores ou tablets. Até 2023, foram desenvolvidos cinco Dicionários Multimídia para Línguas Indígenas: línguas Kanoé, Oro Win, Sakurabiat, Puruborá e Wanyam.



Foto: Ana Villacy- MPEG

## 5.2 Agricultura Familiar, Piscicultura e Extrativismo

Manejo do Bananal: desenvolvida pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, esta tecnologia social tem como objetivo transmitir aos produtores familiares práticas agroecológicas sustentáveis, usando principalmente a agricultura orgânica, o manejo e conservação do solo, visando a produção de bananas em agroecossistemas mais sustentáveis. Os cursos teóricos e práticos ensinam como fazer um plantio de bananeiras e todas as práticas culturais, que fazem com que o agricultor produza utilizando seus próprios recursos. No processo, dá-se ênfase à produção de mudas a partir do fracionamento do rizoma, uma prática simples e de baixo custo que vem sendo adotada com sucesso pelos agricultores, que passam a produzir mudas de bananas saudáveis e em maior quantidade do que pela forma tradicional. Essa tecnologia social foi compartilhada em 24 municípios do Estado de Amazonas, nos quais já foram

capacitados aproximadamente 3000 produtores familiares, em especial, assentados da reforma agrária, ribeirinhos e indígenas.



Foto: Sonia Alfaia-INPA

### 5.3 Tecnologia de Alimentos

Casa de farinha melhorada e boas práticas de produção: desenvolvida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, essa tecnologia social visa suprir uma estrutura precária para que sejam preparados produtos de boa qualidade em termos de higiene sanitária e de segurança e salubridade do ambiente de trabalho na produção de farinha. A construção da casa de farinha atende as normativas da Indicação Geográfica e, desta forma, a farinha de mandioca será beneficiada a partir de um regulamento que assegura a qualidade ao produto e proporciona maiores chances de inserção no mercado qualificado. Com isso, as famílias mantêm uma produção tradicional e ao mesmo tempo inovadora, que respeita os limites de uso dos recursos naturais e ainda promove geração de renda. Além disso, tem como princípios a produção de base agroecológica, admitindo apenas os fitossanitários aprovados na Lei de Orgânicos, o que fortalece e protege a produção tradicional da farinha, gerando um produto saudável e com valor agregado.



Foto: José Carlos Campana Junior- IDSM

### **Considerações Finais**

Este mapeamento possibilitou a integração e o diálogo entre as unidades de pesquisa do MCTI que atuam na Amazônia fortalecendo atividades, promovendo formação e capacitações e dando visibilidade a tecnologias sociais que ocorrem na região. No entanto, permitiu gerar novas questões de pesquisa que se complementarão à sua finalização. É necessário um olhar minucioso sobre as experiências da região e análises locais que irão conduzir a produção/reprodução da tecnologia social na região.

Este estudo permitiu ainda detectar fragilidades, visto que suas atividades ocorreram em plena pandemia causada pelo vírus COVID-19, dificultando contatos e a realização de atividades de campo. Além disso, a precariedade da inclusão digital na região, pois, como vimos, são mais de 100 milhões de pessoas sem acesso à internet.

Por fim, a ausência de política pública que gere apoio para o crescimento e disponibilidade de ações voltadas a tecnologia social na região.

## Referências Bibliográficas

AGENDA PÚBLICA 2021. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Dinamismo-Econ%C3%B4mico-na-Amaz%C3%B4nia-Agenda-P%C3%ABlica.pdf>. Acesso em 10 out. 2023.

BIGNETTI, B. *Reaplicação de tecnologias com fundamento social: Uma análise à luz da teoria ator-rede*. 2022. 156 p. Tese (doutorado em Administração e Negócios) - PPGA da Escola de Negócios da PUC/RS, 2022.

CELENTANO, D. & VEDOVETO, M (orgs.) *La Amazonía y los Objetivos del Milenio*. ARA (Articulación Regional Amazónica), Quito, Ecuador, 2011.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In LASSANCE Jr, A. et. al. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil. 2004.

DAGNINO, R. *Ciência e tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

DAGNINO, R. & BAGATTOLLI, C. Como Transformar a Tecnologia Social em Política Pública? In DAGNINO, R. (org.). *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, SP: IG/Unicamp, 2009.

DAGNINO, R. et al. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, SP: Komedi, 2010. p. 71–112.

DIAS, R. B. *Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2012.

FONSECA, R. Tecnologia e Democracia. *Tecnologias Sociais: Caminhos para a sustentabilidade*. Brasília: RTS, 2009. p. 145–154.

RTS. *Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação*. Brasília: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social, 2010.

SILVA, E. DA. *O desenvolvimento de tecnologias sociais nas universidades públicas estaduais do Paraná*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

SILVA, M. L. A. & PEREIRA, E. M. Amazônia e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2021. Disponível em:  
<https://engemasp.submissao.com.br/23/anais/arquivos/147.pdf?v=1698588854>.  
Acesso em 13 out. 2023

THEIS, I. M.; STRELOW, D. R.; LASTA, T. T. CT&I e desenvolvimento desigual no Brasil: é possível outro 'modelo de desenvolvimento'? *Revista Tecnologia e Sociedade*, 13(27), 43-61. 2017

**ANEXO I – PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMAZÔNIA  
SUSTENTÁVEL: CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, DO  
MULTILATERALISMO E DA SOCIEDADE CIVIL**



Seminário Internacional  
**AMAZÔNIA  
SUSTENTÁVEL**

contribuições das  
Ciências Sociais, do  
multilateralismo e da  
sociedade civil

**05 e 06 DE AGOSTO DE 2023**  
**Hangar Centro de**  
**Convenções**  
Belém (PA)



***Seminário Amazônia sustentável: contribuições das ciências sociais,  
do multilateralismo e da sociedade civil***

**5 de agosto**

**8h às 9h** – Credenciamento

**9h às 10h30** – Sessão de Abertura

- Reitor da Universidade Federal do Pará, Emmanuel Zagury Tourinho
- Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho
- Prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues
- Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG/MRE), Márcia Loureiro
- Diretora da Sede Acadêmica no Brasil da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), Rita Potyguara
- Diretor Acadêmico do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, Feliciano Guimarães
- Diretora de Programas da Plataforma Cipó, Mariana Rondon
- Coordenadora de Projetos de Descentralização e Desenvolvimento Sustentável da Fundação Konrad Adenauer, Ana Carolina Abreu
- Coordenador da Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, Toya Manchineri

**10h30 às 10h40** – Mensagem gravada da Secretária-Geral da FLACSO

**10h40 às 11h20** – Conferência da Secretária-Geral da OTCA

**11h20 às 12h** – Conferência da Profa. Edna Castro (UFPA): “Amazônia Urgente: cartografias políticas, narrativas e insurgências”

**Apresentadora:** Rita Potyguara, Diretora da FLACSO no Brasil

**12h às 14h** – Intervalo para almoço

**14h às 15h50** - Painel 1

**Sustentabilidade da Amazônia: o protagonismo dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais**

*Este painel abordará a sustentabilidade da Amazônia sob o olhar dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Como o conceito de 'sustentabilidade' se aproxima (ou não) da noção indígena de 'bem viver', que vem ganhando força nos últimos anos e tem sido cada vez mais utilizado por esses povos e comunidades?*

- Palestrante 1 – Gersem Baniwa (Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena – FNEEI)
- Palestrante 2 – Davi Pereira Júnior (Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara – MABE)
- Palestrante 3 – Ângela Amanakwa Kaxuyana (COIAB)
- Palestrante 4 – Maria do Rosario Soares Costa (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB)
- Palestrante 5 – Patricia Gualinga (liderança Kichwa de Sarayaku) – participação remota, Equador

Moderador: Almiros Martins Machado (UFPA)

**15h50 às 16h** - Intervalo

**16h às 18h** - Painel 2

**Sustentabilidade da Amazônia: a produção científica e a contribuição das universidades**

*Este painel abordará a produção científica concernente à Amazônia a partir da ação das instituições públicas de ensino superior e pesquisa da região. Qual o papel das universidades nesse contexto? Qual a contribuição de cada universidade (projetos de pesquisa e extensão, produções, parcerias etc)?*

- Palestrante 1 – Rosa Acevedo (UFPA) – Venezuela
- Palestrante 2 – Marilene Correa (UFAM)
- Palestrante 3 – Enio Candotti (Museu da Amazônia)

- Palestrante 4 – José Guilherme Fernandes (Fórum das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas)
- Palestrante 5 – Ivette Vallejo (FLACSO) – participação remota, Equador
- Palestrante 6 – Raymond Kirton (University of the West Indies) – Guiana

Moderadora: Jane Beltrão (UFPA)

### **6 de agosto**

**9h – 10h** – Conferência do Professor Alfredo Wagner (UEA/ UEMA): Amazônia na encruzilhada entre políticas de “proteção” e de “protecionismo”

**10h às 12h** – Painel 3

#### **A bioeconomia e a agenda ambiental e climática: desafios e propostas**

*A ideia deste painel é apresentar experiências da chamada bioeconomia, como também discutir desafios comuns e propostas.*

- Palestrante 1 – Fabio Calderaro (Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA)
- Palestrante 2 – André Baniwa (Ministério dos Povos Indígenas – MPI)
- Palestrante 3 – Joaquim Belo (Observatório das Economias da Sociobiodiversidade – Ósociobio)
- Palestrante 4 – Marlene Quintanilla (Fundación Amigos de la Naturaleza – FAN), participação remota, Bolívia
- Palestrante 5 – Laura Santacoloma (Dejusticia) – Colômbia
- Palestrante 6 – João Pedro Galvão Ramalho (Fórum Social Pan-Amazônico)

Moderador: Flávia do Amaral Vieira (Plataforma Cipó)

**12h20 às 14h00** – Intervalo para almoço

**14h às 16h - Painel 4**

**Boas Práticas de Desenvolvimento Sustentável**

*Neste painel serão apresentadas iniciativas/projetos bem-sucedidos de desenvolvimento sustentável na Amazônia.*

- Palestrante 1 – Vera Olinda Sena de Paiva (Comissão Pró-Índio do Acre)
- Palestrante 2 – Caetano Scannavino (Projeto Saúde e Alegria – Santarém)
- Palestrante 3 – Regina Oliveira (Museu Paraense Emílio Goeldi - Programa de Tecnologias Sociais da Amazônia – Agenda 2030)
- Palestrante 4 – Renzo Piana (Instituto del Bien Comum) – participação remota, Peru
- Palestrante 5 – Carlos Zarate (Universidade Nacional da Colômbia) – participação remota, Colômbia

Moderador: Feliciano Guimarães (CEBRI)

**16h às 16h30 – Sessão de Encerramento**

- Márcia Loureiro, Presidente da FUNAG/MRE
- Rita Potyguara, Diretora da FLACSO Brasil

**16h30 às 18h – Oficina de sistematização das conclusões e elaboração de documento final.**

## ANEXO II – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL: CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, DO MULTILATERALISMO E DA SOCIEDADE CIVIL

Mesa de abertura do seminário com representantes das instituições organizadoras



**Diretora da Sede Acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) no Brasil, Rita Potyguara, e Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG/ MRE) entre 2021 e 2024, Márcia Loureiro**



**Conferência da Profa. Edna Castro (UFPA): “Amazônia Urgente: cartografias políticas, narrativas e insurgências”**



**Conferência do Prof. Alfredo Wagner (UEA/ UEMA): Amazônia na encruzilhada entre políticas de ‘proteção’ e de ‘protecionismo’**



**Painel 1 - Sustentabilidade da Amazônia: o protagonismo dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais**



**Painel 2 - Sustentabilidade da Amazônia: a produção científica e a contribuição das universidades**



### Painel 3 - A bioeconomia e a agenda ambiental e climática: desafios e propostas



### Painel 4 - Boas Práticas de Desenvolvimento Sustentável





**FLACSO**  
BRASIL

**Série Cadernos FLACSO**

**N25**

[www.flacso.org.br](http://www.flacso.org.br)